

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E ABERTURA DE CAPITAIS: UMA
DESCRIÇÃO DENTRO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO
DO BRASIL**

Elisa Nogueira Novaes

**SÃO CARLOS
2009**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E ABERTURA DE CAPITALS: UMA
DESCRIÇÃO DENTRO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO
DO BRASIL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL E ABERTURA DE CAPITAIS: UMA
DESCRIÇÃO DENTRO DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL CANAVIEIRO
DO BRASIL**

Elisa Nogueira Novaes

**Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção
da Universidade Federal
de São Carlos, como parte
dos requisitos para a
obtenção do título de
Mestre em Engenharia de
Produção**

Orientador: Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves

Agência Financiadora: CAPES

**SÃO CARLOS
2009**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

N935rs

Novaes, Elisa Nogueira.

Responsabilidade social e abertura de capitais : uma descrição dentro do complexo agroindustrial canavieiro do Brasil / Elisa Nogueira Novaes. -- São Carlos : UFSCar, 2009.

153 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Engenharia de produção. 2. Mercado de capitais. 3. Responsabilidade social. 4. Agroindústria canavieira. I. Título.

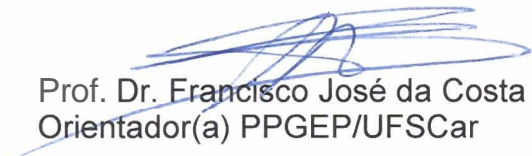
CDD: 658.5 (20^a)



FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno(a): Elisa Nogueira Novaes

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DEFENDIDA E APROVADA EM 27/02/2009 PELA
COMISSÃO JULGADORA:




Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves
Orientador(a) PPGE/UFSCar



Prof. Dr. Nilton Luiz Menegon
PPGE/UFSCar



Prof. Dr. José Roberto Pereira Novaes
IE/UFRJ



Prof. Dr. Mário Otávio Batalha
Coordenador do PPGE/UFSCar

Dedico este trabalho aos meus pais, Samuel e Mariucha,
À minha irmã, Ligia,
E ao meu namorado, Daniel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao apoio financeiro da CAPES,

Ao Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves (Chiquinho) pela orientação neste trabalho,

Aos meus pais, Samuel e Mariucha, pelo apoio, atenção e carinho, em todos os dias da minha vida; e por me mostrarem que é possível fazer uma família feliz,

À minha irmã e melhor amiga Ligia, pela dedicada amizade, ótimos conselhos e por me mostrar os caminhos que muitas vezes eu não conseguia enxergar,

Ao meu namorado, Daniel, pela pessoa íntegra que é, pelos ensinamentos, companheirismo e dedicação,

Às amigas de anos, Maíra, Priscila, Julia e Natália, pelo ombro amigo, pelas incansáveis risadas, e por me mostram que a amizade dura a vida toda,

Às amigas Sabrina, Silvana e Gabriela, pelo apoio e discussões no DEP,

Aos familiares (não só os de sangue, mas o que vieram da parte do Daniel, que são tão importantes e apoiadores quanto),

Aos amigos distantes,

À UFSCar, ao Departamento de Engenharia de Produção, à Raquel e o Robson e ao corpo docente, pelas oportunidades e ensinamentos.

RESUMO

As empresas do setor sucroalcooleiro, desde seu início até a década de 1990, mantiveram as mesmas características. Eram controladas por grupos oligárquicos, contavam com forte intervenção estatal e não demonstravam preocupações em se dissociar do estigma negativo de exploradoras de mão de obra e destruidoras do meio ambiente. A partir do início do século XXI, o setor passou a inaugurar dois movimentos inéditos que mudariam seu perfil: a abertura de capitais de algumas usinas e a busca pela inserção de ações de Responsabilidade Social Empresarial em suas estratégias. A proposta dessa dissertação é investigar quais os principais fatores que contribuíram para o nascimento dessas novas iniciativas, e se existe alguma relação entre o movimento de abertura de capitais e a adoção de práticas de Responsabilidade Social no Complexo Agroindustrial Canavieiro do Brasil. Nesse contexto, foi possível apurar que as principais transformações foram iniciadas na década de 1990. Com o esgotamento dos recursos financeiros por parte do Estado, recebidos pelos produtores paulistas, e o afastamento deste das regulamentações, os empresários foram forçados a se posicionarem no mercado a partir de suas próprias competências. As boas perspectivas de mercado que o Complexo vive atualmente também têm contribuído para que apareçam novas formas de organizar as estratégias corporativas das empresas do setor, introduzindo questões nunca antes relevadas, como as relacionadas à Responsabilidade Social. Entretanto alguns fatos importantes apurados durante a elaboração desta dissertação colocam questões quanto a relação entre a Responsabilidade Social e a abertura de capitais, abrindo lacunas que podem contribuir para o surgimento de novos estudos de mais fôlego, que não caberiam nesta pesquisa de mestrado.

Palavras-chave: Complexo Agroindustrial Canavieiro, Abertura de Capitais, Responsabilidade Social.

ABSTRACT

The companies of the sugar-alcohol sector kept the same characteristics since their beginning up to the nineties. They were controlled by oligarchic groups, were under the State protection and were not worried about dissociating from the negative stigma of exploiting the workforce and destroying the environment. In the beginning of the XXI century, the sector started two new movements that would change its profile: the opening of capital of some plants and the interest in actions related to Social Responsibility. The proposal of this dissertation is to investigate which were the main factors that contributed to the beginning of these initiatives and whether there is any relationship between the opening of capital, and the adoption of actions related to Social Responsibility in the Agroindustrial Complex Sugar from Brazil. Within this context, it was possible to find out that the main transformations were initiated in the nineties. The end of the indirect support from the State; the impoverishment of resources received by the producers in São Paulo; and the withdrawal of the State from the market regulations forced the entrepreneurs to establish in the market based on their own competence. Nowadays, the good perspectives of marked for the Complex have contributed to the introduction of new ways of organizing corporative strategies in the companies of this sector. Social Responsibility that was not taken into account before became an important issue. Some important facts revealed during this research raise some questions about the relationship between Social Responsibility and the opening of capital, giving place to a new investigation that can be a subject for another research.

Key-Words: Agroindustrial Complex Sugar from Brazil, Opening of Capital, Social Responsibility.

LISTA DE TABELA

- TABELA 1** Área colhida, produção e rendimento agrícola dos principais estados produtores de Cana de Açúcar (1960-1975)..... 24
- TABELA 2** Produção de açúcar, cana moída e rendimento industrial dos principais estados produtores – Médias trienais (1960/61-75/76).....25
- TABELA 3** Produção de Automóveis no Brasil por tipo de Combustível em 2008.....37
- TABELA 4** Relação das Unidades Produtoras Cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia do Mapa.....39
- TABELA 5** Área colhida (ha) de Cana-de-açúcar, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação produtoras Brasil - 2001-2007.....73

LISTA DE QUADRO

QUADRO 1. Transações de fusões e aquisições ocorridas no setor de 1997 a 2001.....	32
QUADRO 2. Exportações Anuais de Etanol pelo Brasil	35
QUADRO 3. Companhias Abertas do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Brasil.....	42
QUADRO 4. Empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro do Brasil que estão listadas na BOVESPA e seus segmentos.....	45
QUADRO 5. Liberação de recursos do BNDES para o setor por ano.....	48
QUADRO 6. Projetos do Setor Sucroalcooleiro – 2008 (R\$ bilhões).....	49
QUADRO 7. Diferenças e Semelhanças dos Balanços Sociais.....	62
QUADRO 8. Empresas do setor de açúcar e álcool que divulgaram o Balanço Social do Ibase.....	68
QUADRO 9. Infrações direcionadas ao setor de açúcar e álcool no ano de 2007-2008.....	87

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 Projeção de produção de álcool no Brasil entre as safras 2005/06 e 2015/16..... 35

GRÁFICO 2 Projeção de exportação de álcool brasileiro entre a safra 2005/06 e 2015/16..... 36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1. CONTANDO A HISTÓRIA DO SETOR: DOS “BARÕES DO AÇÚCAR” AOS EXECUTIVOS DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS.....	17
1.1. Dos “barões do açúcar” às primeiras mudanças.....	17
1.2. O início da transformação – a década de 1990.....	28
1.3. A Abertura de Capitais no Setor	33
1.3.1. O etanol e a matriz energética internacional.....	34
1.3.2. O processo de fusões e incorporações e a entrada de capital internacional.....	40
1.3.3. As ações negociadas nas bolsas.....	44
1.3.3.1. O primeiro grupo a iniciar a abertura de capitais na Bolsa: Cosan.....	46
1.3.3.2. Performance das empresas na Bolsa de Valores (Bovespa).....	47
1.3.4. A necessidade de ampliação do setor.....	47
1.4. Conclusões	50
CAPÍTULO 2. O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL.....	52
2.1. História e forma de disseminação da Responsabilidade Social.....	52
2.2. Balanços Sociais.....	56
2.2.1. Os Principais Balanços Sociais do Brasil.....	57
2.2.1.1. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE	57
2.2.1.2. Instituto ETHOS.....	59
2.2.1.3. O Principal Balanço Social Internacional Utilizado no Brasil: Global Reporting Initiative (GRI).....	60
2.2.2. Diferenças e Semelhanças dos Balanços sociais.....	62
2.3. Responsabilidade Social no CAI Canavieiro	63
2.3.1. O Complexo Agroindustrial Canavieiro e o Ibase.....	65

2.3.2. O Complexo Agroindustrial Canavieiro e o Instituto Ethos.....	69
2.3.3. O Complexo Agroindustrial Canavieiro e o GRI.....	69
2.4. Conclusões.....	71
CAPÍTULO 3. O CRESCIMENTO COM GRAVES IMPACTOS.....	72
3.1. Impacto Ambiental. Ainda presente?	72
3.2. Impacto Social.....	77
3.2.1. Corte Manual.....	78
3.2.1.1. Desemprego.....	78
3.2.1.2. Condições de Vida e Trabalho	80
3.2.2. Medidas públicas para sanar as irregularidades.....	81
3.2.3. Problemas que devem ser sanados.....	82
3.3. Conclusões.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
ANEXO 1. Novo Mercado – Bovespa.....	92
ANEXO 2. Valor de mercado por segmento no mês de Junho/2008.....	94
ANEXO 3. Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.....	97
ANEXO 4. Balanço Social do Ibase.....	100
ANEXO 5. Indicador GRI Relatório de Sustentabilidade 2008 dos associados à UNICA.....	103
ANEXO 6. Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI: Relação dos projetos de Responsabilidade Social e Ambiental e as usinas que participam.....	115

ANEXO 7. Posição Acionária das empresas do setor de açúcar e álcool listadas na Bovespa.....142

REFERÊNCIAS.....145

INTRODUÇÃO

Desde o início até o final do século XX, o setor canavieiro do Brasil manteve o mesmo perfil de controle: pelas oligarquias regionais. Até a década de 1940, era a Região Nordeste a mais relevante em termos de área plantada e produção de açúcar no Brasil, e as famílias detentoras deste poder eram conhecidas como “barões do açúcar”. Com a transferência do eixo de produção da região Nordeste para a Centro-Sul do País, o capital direcionado ao café passou a ser investido no setor de açúcar e álcool, fazendo com que o controle do setor passasse das oligarquias nordestinas para a região Sudeste do país, para os grupos paulistas, em sua maioria.

Durante todo este momento, o setor viveu sob a intervenção do Estado, que criou diversos mecanismos para promover seu desenvolvimento no país, apoiando sempre a produção e venda do principal produto: o açúcar. Com a queda dos preços do açúcar a partir de 1974, o governo brasileiro optou pela promoção de outro produto da cana de açúcar: o álcool combustível - a partir de um programa, o Proálcool. A partir deste programa, parte substancial do capital destas empresas – tanto agrário, quanto industrial e financeiro – continuaram sendo financiados por recursos públicos, garantidos pelo governo.

Assim, o cenário em que as empresas do setor estavam inseridas, neste momento era representado pela de forte proteção Estatal e a associação ao estigma negativo de explorador de mão de obra e destruidor do meio ambiente (já que sempre causaram grande impacto social e ambiental ao país).

A partir de 2002, o perfil do setor apresenta-se modificado, a partir da inauguração de dois movimentos inéditos. Um deles é apontado por alguns especialistas como uma possível tendência: algumas usinas passam a abrir seu capital para negociar suas ações nas bolsas de valores. O segundo é a busca por práticas que identifiquem as empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro como éticas e responsáveis, ou seja, a integração da temática da Responsabilidade Social às empresas que historicamente carregaram o estigma de exploradoras de mão de obra e destruidoras ambientais.

Esse trabalho de mestrado nasce da indagação da autora em relação à esses dois marcos nas empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro Paulista. Quais os principais fatores que contribuíram para o surgimento dessas mudanças? Na medida em que nascem simultaneamente, existe alguma relação entre ambos? Os impactos sociais e ambientais ainda estão presentes no Complexo? Quais as principais atuações? Quais

empresas do setor estão sendo autuadas? Existe alguma medida criada com o objetivo de sanar tais problemas?

Neste contexto, nasce o objetivo desta dissertação: entender quais os principais fatores históricos que contribuíram para a inauguração dos dois movimentos no Complexo Agroindustrial Canavieiro do Brasil: o movimento da abertura de capitais por algumas usinas, e a introdução dos conceitos e práticas ligados à Responsabilidade Social Empresarial; e se existe alguma relação entre ambos.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta um breve apanhado da história do setor, desde quando ainda pertencia às oligarquias regionais, principalmente as nordestinas, que mantinham grande influência política nas estâncias de Estado, onde via IAA controlavam os programas governamentais altamente protecionistas; passando pelo primeiro momento em que a mudança do perfil dos empresários do setor é observada, na década de 1990, a partir das mudanças da ação do Estado nas regulamentações do setor; até a forma como o Complexo encontra-se atualmente, a partir da abertura de capitais e negociação de ações de algumas empresas na Bolsa de Valores.

O segundo capítulo trata da Responsabilidade Social, desde sua origem até sua apresentação nos dias atuais no Brasil. Neste capítulo, procurou-se mostrar como a responsabilidade social tem se disseminado atualmente, e sua incorporação pelas empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro do País, enfatizando os principais motivos que levam as empresas do setor à preocupações por questões sociais e ambientais.

O terceiro capítulo busca investigar se as empresas de açúcar e álcool ainda acarretam impactos social e ambiental ao país, buscando entender como tem-se apresentado o cenário do setor neste momento de inauguração dos movimentos inéditos.

Finalmente, na última parte deste trabalho, são apresentadas as considerações gerais, com base na análise realizada.

CAPÍTULO 1. CONTANDO A HISTÓRIA DO SETOR: DOS BARÕES DO AÇÚCAR AOS EXECUTIVOS DAS SOCIEDADE ANÔNIMAS

O primeiro capítulo deste trabalho busca tratar da história do Complexo Agroindustrial Canavieiro, tendo como foco a passagem de empresas familiares para as Sociedades Anônimas com a abertura de capitais em processo de consolidação. Para isso, procurou-se demonstrar as transformações das oligarquias regionais, que dominaram este setor, para empresas controladas por empresários modernos conectados a diferentes setores da economia.

Dessa forma, este capítulo foi organizado em 4 partes, além desta introdução. A parte 1.1. busca passar brevemente pela história do setor enquanto este ainda pertencia às oligarquias regionais, principalmente as nordestinas, que mantinham grande influência política nas estâncias de Estado, onde via IAA controlavam os programas governamentais altamente protecionistas. A parte 1.2. trata do primeiro momento em que a mudança do perfil dos empresários do setor é observada, na década de 1990, a partir das mudanças da ação do Estado nas regulamentações do setor. A parte 1.3. mostra como o setor encontra-se atualmente, a partir do movimento em direção à abertura de capitais. Finalmente, a parte 1.4 apresenta as conclusões iniciais deste trabalho.

1.1. Dos “barões do açúcar” às primeiras mudanças

Historicamente, o Complexo Agroindustrial Canavieiro do Brasil passou por diversos períodos cíclicos de crescimento, que tiveram sempre duas características: foram determinados pelo crescimento da demanda externa ou interna de açúcar e álcool e sempre contaram com forte proteção do Estado (ALVES, 2007).

Desde o início, ainda no período Colonial, até a década de 1940, era a Região Nordeste a mais relevante em termos de área plantada e produção de açúcar no Brasil. Primordialmente, o açúcar produzido nesta região tinha como destino a exportação, sempre garantida pelo estado. Segundo Belik e Ramos (1998), esta região foi destaque na produção brasileira por quatro séculos devido à sua proximidade ao mercado europeu e suas condições climáticas.

As principais usinas da região pertenciam a importantes e influentes grupos de famílias, chamados de “barões do açúcar”:

- a) **Família Andrade Bezerra:** Usina Trapiche – Pernambuco – fundada em 1890 por Menezes Drummond; Usina Coelhas - Pernambuco – fundada em 1920 por Antonio da Fonte;
- b) **Família Armando Monteiro:** Usina Cacaú (Pernambuco), Usina Laranjeiras (Pernambuco), Usina Tinoco, Usina Aripibu (fundada em 1888 por Leocádio Alves Pontual, cujos herdeiro vendem-na para o grupo Armando Monteiro), Usina Ribeirão (constituída em 1897 e incorporada à Usina Cacaú);
- c) **Família Beltrão (JB):** Companhia Usina Bolhões (PE), Destilaria JB Ltda;
- d) **Família Cavalcanti de Moraes:** Usina Nossa Sra de Lourdes (PE), Agroindustrial Vale do Paraíba Ltda (PB);
- e) **Família Lundgren:** grupo nacional de origem pernambucana participa do setor sucroalcooleiro desde a década de 1920. Usina Timbó;

Fonte: MANOEL, 1986.

Entretanto, durante as primeiras décadas do século XX, diversos acontecimentos contribuíram para a perda de controle do setor pelas famílias nordestinas. Ao mesmo tempo em que este, na região nordeste, enfrenta diversos problemas, outras regiões do país criariam mecanismos que proporcionaram a competição pelo mercado de açúcar.

A Segunda Guerra Mundial afetou o volume das exportações do açúcar nordestino, fazendo com que tal produto dependesse apenas do mercado interno para manter a sua expansão, principalmente dos estados do sul do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, a região Nordeste produzia apenas o açúcar cristal, e o mercado interno preferia o açúcar branco refinado. Assim, aos poucos, o Nordeste perdia espaço para essa demanda insatisfeita que havia criado meios para desenvolver e produzir o produto em falta, o que posteriormente daria origem à definitiva transferência do eixo da produção canavieira e açucareira para a região Sudeste do Brasil, fato que permanece até hoje (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991).

Após a crise de 1929, a região Centro-Sul do País, historicamente cafeeira, também estava em crise, o que determinou um movimento de capitais acumulados para os demais setores da economia, tanto financeiros, comerciais, industriais e de serviços. Tal fato criou uma conseqüência, dentre outras, da transferência de capitais que antes eram destinados ao café para a cana de açúcar. Segundo Silva (citando Villela & Suzigan), “(a crise criou) *a necessidade de constantes desvalorizações cambiais e controle de mercado de divisas, favorecendo a industrialização, fazendo com que os*

efeitos negativos da depressão fossem menos agudos sobre a produção industrial (canavieira) do que sobre a produção agrícola (cafeeira)”. Assim, o capital antes concentrado no café, transfere-se para a produção de açúcar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Estado de São Paulo.

Dessa forma, ao contrário do que ocorreu nos estados nordestinos, ligados historicamente à produção açucareira, a produção de cana recente (das primeiras décadas do século XX) no estado de São Paulo, em particular, é fruto desse duplo processo do sistema cafeeiro – a partir da qual são incorporadas áreas de agricultura cafeeira para a cultura da cana de açúcar – e de movimentos em direção à industrialização do país (NASCIMENTO, 2001).

Segundo Vian (1997), ao contrário do que estava ocorrendo no Nordeste, o estado de São Paulo passou por um período de proliferação da constituição de engenhos, os quais eram, posteriormente, modernizados e transformados em usinas. Essas unidades eram, em sua maioria, montadas por grandes fazendeiros de café com os lucros da exportação, além de outros casos de usinas que foram montadas por grupos ligados ao comércio de açúcar.

Segundo Nascimento (1990), o avanço do sistema de produção capitalista no Brasil não se deu a partir do Nordeste, área onde historicamente concentrou-se a grande produção canavieira e açucareira do país (até meados da década de 1940), mas sim na região Centro-Sul, particularmente em São Paulo, onde se localizou a grande produção cafeeira brasileira, região na qual o setor sucroalcooleiro avança somente depois que a industrialização já se enraizava na economia dessa região e do Estado.

As primeiras grandes usinas do estado de São Paulo neste momento eram: Da Barra (desde 1901- Barra Bonita-SP, fundada pela família Ometto), Amália (desde 1903- Sta Rosa do Viterbo-SP, família Matarazzo), Esther (desde 1905- Cosmópolis-SP, família Nogueira), Albertina (desde 1916- Sertãozinho-SP, família Ometto), Junqueira (desde 1922- Igarapava-SP, família Junqueira) e Furlan (desde 1930- Santa Bárbara D’Oeste-SP, família Furlan).

Essa transferência de eixos de produção e o conseqüente impulso de crescimento na região Centro-Sul do País se deram fundamentalmente graças aos incentivos financeiros e administrativos da intervenção estatal de âmbito nacional na agroindústria canavieira, que foi iniciada em 1931 com a criação da Comissão de Defesa da Produção do Açúcar (CDPA), sucedida pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933.

Tal intervenção teve como primeiro e principal objetivo conseguir o equilíbrio

entre produção e consumo internos, definindo cotas de produção de açúcar e álcool para cada produtor, e arcando com as responsabilidades dos excessos (RAMOS, 2007).

O Decreto de criação do IAA¹ indicava:

a) *“Assegurar o equilíbrio do mercado interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante a aplicação obrigatória de matéria prima, a determinar o fabrico de álcool;*

b) *Fomentar a fabricação de álcool anidro mediante a instalação de destilarias centrais nos pontos mais aconselháveis, ou auxiliando as cooperativas e sindicatos de usineiros que para tal fim se organizarem, ou os usineiros individualmente a instalar destilarias ou melhorar suas instalações atuais”* (ALVES, 1991).

O IAA controlava a produção de açúcar através dos mecanismos de cotas, que eram inicialmente, baseadas na capacidade instalada de cada unidade produtiva e nas previsões de crescimento do mercado. A construção de novas unidades e a expansão das já existentes deviam ser autorizadas pelo IAA, mas essa obrigatoriedade não era respeitada, segundo Vian (1997): os grandes grupos do setor conseguiam aprovar o maior número de projetos de instalação de novas unidades e garantiam a compra do açúcar produzido acima da cota, pois possuíam grande capacidade de investimento próprio e acesso a crédito barato junto ao setor financeiro e ao governo federal, permitindo o investimento em aumento de capacidade de produção e, posteriormente o pedido de aumento de sua cota para o IAA.

Segundo Gordinho (1986), em um estudo sobre a família Ometto (das principais famílias ligadas ao setor do Brasil), afirma que: *“Pedro (Ometto) percebeu, no início da década de 1930, que era necessário juntar os esforços da família e aproveitar as oportunidades trazidas pelas novas diretrizes governamentais que iam orientar a produção do açúcar. Para se conseguir uma cota de produção e se transformar em usineiro, era preciso justificar a produção na safra 1933. Liderou, então, os irmãos na compra da fazenda Boa Vista e na volta do trabalho em grupo”*.

Durante os anos 50, devido ao processo de industrialização e urbanização do país, houve um crescimento da demanda interna de açúcar, o que levou o IAA a ampliar as cotas de produção, beneficiando os produtores paulistas.

Em 1960, em decorrência dos rumos da Revolução Cubana, os Estados Unidos boicotaram seu principal fornecedor de açúcar (Cuba), excluindo-os de seu mercado

¹ O decreto 22.789 de 01/06/1933, foi o marco da intervenção estatal definitiva e permanente, pois antes desse a intervenção era exercida em caráter provisório e por órgãos de emergência.

preferencial (que determinavam cotas fixas de importação por países), abrindo uma lacuna que o Brasil aproveitaria. Pela primeira vez o Brasil teria acesso substancial a esse mercado, onde os preços tinham maiores níveis que os do mercado livre mundial e eram menos instáveis.

O Brasil nesse momento, segundo Ramos (2007), já era o quarto maior produtor mundial de açúcar centrifugado, levando o IAA a conferir a mais alta prioridade ao abastecimento aos mercados externos conferindo créditos subsidiados aos produtores. Tal esforço se deu pelas grandes expectativas deste vir a poder substituir toda a produção cubana destinada àquele mercado (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991).

As exportações de açúcar foram assumindo uma crescente importância e um caráter mais permanente na expansão do setor, chegando a tornar-se o principal fator do seu desenvolvimento. Entre os anos-safra de 1961/62 e 1971/72, o volume das exportações de açúcar do Brasil aumentou quase 106%, contra um crescimento de aproximadamente 50% na produção, e de apenas 38% no consumo interno do produto e as políticas de incentivo às exportações ganharam ainda mais êxito (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991).

Nesse momento, o IAA lança uma série de planos de incentivo à reestruturação produtiva das usinas já existentes e a implantação de novas unidades de produção, o que significava concentração e centralização da produção através da mudança da base técnica da produção, incorporação de novas tecnologias em busca do aumento da produtividade na produção e competitividade nos mercados.

Assim, durante a década de 1960, foram elaborados diversos fundos e programas, como o “Fundo de Recuperação da Agroindústria Canavieira” (1961); “Fundo de Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste” (1963); “Fundo Especial de Exportação” (1965); “Plano de Expansão da Indústria Açucareira Nacional” (1965); “Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira” (1971); e “Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-Açúcar/PLANALSUCAR” (1971).

De forma sintética, pode-se dizer que o Fundo de Recuperação, composto dos saldos financeiros das exportações para o Mercado Preferencial americano, visava ampliar a produção de açúcar e garantir sua exportação e comercialização no mercado externo. Para isso, criou condições especiais de empréstimos, com juros de 6% ao ano, carência de dois anos e prazo de 15 anos para pagamento.

Já o Fundo de Racionalização, objetivava a ampliação da oferta de açúcar a partir da redução dos custos de produção e da modernização do setor a partir do

estímulo às fusões e incorporações de usinas de forma a modernizar e aumentar a escala de produção das plantas industriais (este programa aumentou a produção de açúcar até a safra de 1974/75 em 31%, reduzindo o número de usinas em 17%, segundo Moreira, 1989)².

Por último, o Fundo Especial de Exportação, que era o mais abrangente, estava voltado à sustentação dos preços do açúcar brasileiro no mercado internacional, mas também estabelecia responsabilidades para as regiões quanto ao atendimento dos mercados externo e interno, dispunha sobre a manutenção de estoque regulador para evitar o desequilíbrio do mercado interno e uma série de outras atribuições.

O Plano de Expansão estava voltado à ampliação do limite global de produção das usinas brasileiras, e seu objetivo era atingir uma produção de 100 milhões de sacas até a safra de 1970/71, sendo 80 milhões destinados ao mercado interno e 20 milhões para exportações e para a formação de um estoque regulador de transferência.

O Programa de Racionalização visava modernizar as empresas açucareiras e alcooleiras e alcançar economias de escala através de fusões, incorporações e relocalizações, tudo isso com o objetivo maior de elevar os índices de produtividade e reduzir os custos de produção. O PLANALSUCAR, entretanto, era voltado à atividade agrícola, visando modernizar a produção canavieira, criando uma estrutura de pesquisa agrônômica para introduzir novas variedades mais produtivas e com mais adaptabilidade às condições de cada região.

Até a criação destes fundos/planos/programas, o País constituía-se por um conjunto de 216 unidades produtivas, agrupadas entre usinas de açúcar, destilarias anexas ou não (autônomas) às usinas e refinarias, além de um conjunto extremamente amplo – cerca de 42.000 produtores e fornecedores de cana de açúcar – vinculados às essas unidades agroindustriais por meio de “quota de fornecimento”. Entretanto, apesar da aparente diferenciação em termos de capitais, Szmrecsanyi (1991) observa “*a existência de uma forte concentração da produção da cana fornecida nas cotas dos maiores fornecedores. Apenas 8,2% deste (em 1974/75), com cotas individuais superiores a 1000 TM, são responsáveis por nada menos que 51,3% da produção atribuída aos fornecedores*” (pp. 53).

Esses programas não deram os resultados esperados, pelo menos no que se referia ao aspecto mais importante que era o aumento da produtividade do complexo (ton/ha). Em relação à expansão da produção e da capacidade instalada, os resultados

² Segundo dados levantados por Moreira (1989), o número de usinas instaladas na país, caiu de 260, em 1970/71 para 209 em 1974/75.

foram plenamente realizados, conforme demonstra as tabelas 1 e 2 , onde se mostra como evoluíram os indicadores das atividades agrícola e industrial dos principais estados produtores no período em que foram adotados estes planos e programas. Os dados evidenciam que nenhum dos principais estados produtores de cana atingiu a meta quantitativa de eficiência agrícola, segundo o padrão estabelecido no Programa de Expansão.

TABELA 1. Área colhida, produção e rendimento agrícola dos principais estados produtores de Cana de Açúcar (1960-1975)

ANOS	1960	1965	1970	1975	% 1960-75
Alagoas					
Área colhida (ha)	93.112	115.991	119.514	227.846	144,70
Produção (ton)	4.118.325	4.863.288	5.335.358	10.500.000	154,96
Rendimento (ton/ha)	44,24	41,93	44,64	46,08	4,16
Pernambuco					
Área colhida (ha)	214.150	242.459	238.605	267.210	24,78
Produção (ton)	8.536.855	10.483.986	10.919.736	12.826.080	50,24
Rendimento (ton/ha)	39,86	43,24	45,76	48,00	20,42
São Paulo					
Área colhida (ha)	371.593	533.126	524.139	621.000	67,12
Produção (ton)	19.896.447	29.476.223	30.357.197	35.600.000	78,93
Rendimento (ton/ha)	53,54	55,29	57,92	57,33	7,08
Rio de Janeiro					
Área colhida (ha)	111.481	125.897	144.522	162.326	45,61
Produção (ton)	4.676.756	5.619.052	5.917.718	7.304.670	56,19
Rendimento (ton/ha)	41,95	44,63	40,95	45,00	7,27
Brasil					
Área colhida (ha)	1.339.933	1.705.081	1.725.121	1.969.227	46,96
Produção (ton)	56.926.582	75.852.866	79.752.936	91.524.559	60,78
Rendimento (ton/ha)	42,48	44,49	46,23	46,48	9,42

Fonte: IBGE – Anuários Estatísticos do Brasil – 1961, 1966, 1971 e 1976

Quanto à situação industrial, o comportamento foi ainda pior que o da situação agrícola: a expansão da capacidade produtiva combinou-se a uma queda na eficiência industrial (Kg de açúcar/ton de cana), conforme mostra Tabela 2:

TABELA 2. Produção de açúcar, cana moída e rendimento industrial dos principais estados produtores – Médias trienais (1960/61-75/76)

Safra	1959/60-1961/62 (a)	1968/98-1970/71	1973/74-1975/76 (b)	Δ% (a-b)
Alagoas				
Cana moída (ton)	3.072.467	5.680.451	9.850.331	220,6
Açúcar (sacos de 60 Kg)	4.530.159	8.878.266	12.484.340	175,6
Rendimento (Kg/ton)	88,7	92,1	73,1	-17,6
Pernambuco				
Cana moída (ton)	8.931.217	9.229.979	13.184.418	47,6
Açúcar (sacos de 60 Kg)	13.015.062	14.338.486	17.973.745	38,1
Rendimento (Kg/ton)	87,4	91,7	79,3	-9,3
São Paulo				
Cana moída (ton)	15.084.603	23.258.413	34.246.875	127,00
Açúcar (sacos de 60 Kg)	22.813.719	35.219.363	54.034.823	136,94.245.361
Rendimento (Kg/ton)	93,6	92,9	92,9	-7,8
Rio de Janeiro				
Cana moída (ton)	4.245.361	4.748.596	6.274.450	47,8
Açúcar (sacos de 60 Kg)	6.769.532	4.748.596	6.274.450	-7,3
Rendimento (Kg/ton)	96,3	93,9	88,5	-8,1
Brasil				
Cana moída (ton)	35.794.649	49.221.623	72.890.020	103,6
Açúcar (sacos de 60 Kg)	53.882.458	75.357.931	107.172.698	98,9
Rendimento (Kg/ton)	91,6	92,6	86,5	-5,5

Fonte: MIC/IAA Coordenadoria de Planejamento, Programação e Orçamento – Divisão de Estatística

A busca de maior eficiência agrícola, que deu origem ao PLANALSUCAR levou a instalação de estações experimentais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Alagoas, onde foram realizadas pesquisas e experimentos nos campos da genética, fitopatologia, entomologia e agronomia. O programa teve uma aplicação crescente de recursos, oriundos do Fundo Especial de Exportação, de 1973 a 1977,

contudo, segundo Gomes (1979:127), “(...) Apesar de serem estas aplicações relevantes, inclusive em termos das próprias previsões iniciais do Programa, o PLANALSUCAR consumiu uma parcela ínfima dos recursos empregados pelo IAA no setor açucareiro(...)”.

O Programa de Racionalização/Apoio patrocinou processos de fusão, relocalização e incorporação como objetivo de promover a concentração, ampliação e modernização das unidades produtivas, tornando-se o principal absorvedor de recursos do Fundo Especial de Exportação. Segundo Pélico Filho & Medeiros (1975:22) “o processo de racionalização da agroindústria açucareira no Brasil teve início com incorporação das usinas Pedras e Boa Vista, ambas localizadas no estado de Sergipe, pela usina alagoana Coruripe”. Conforme levantamentos feitos por Gomes (1979:128), tem-se que “(...) num cálculo inicial, a quantidade de recursos que o Instituto destina à expansão e melhoria de eficiência do setor industrial é dez vezes maior que a destinada à parte agrícola” (grifos do original).

Os preços do açúcar alcançaram seu nível máximo nas bolsas internacionais de mercadorias em novembro de 1974: US\$ 1.388,56 por TM (ou US\$ 0,62 por libra-peso). Seis meses mais tarde, entretanto, eles estavam reduzidos a US\$ 336,12. Assim, o setor canavieiro se via em uma crise de rentabilidade, que foi adiada pela decisão do governo brasileiro de promover o aumento na produção de álcool combustível.

Em novembro de 1975, foi criado o Programa Nacional do Álcool, ou Proálcool, que não diferente dos outros planos, garantia condições extremamente favoráveis à expansão da produção, já que concedia um pacote de incentivos para estimular a modernização, fusão, incorporação e realocação de usinas³.

Como resultado, houve um rápido crescimento da produção de álcool anidro adicionado à gasolina. O estado de São Paulo, que às vésperas do Proálcool já era responsável por metade da produção brasileira de açúcar, após o início do programa, passou

³ “Os incentivos do Proálcool destinavam-se tanto à produção industrial quanto à agrícola. Em relação ao segmento industrial, o Programa financiava até 80% do valor do investimento fixo, no caso de destilarias que utilizassem a cana-de-açúcar como matéria-prima. Os encargos financeiros englobavam juros de 4% ao ano para as destilarias anexas e de 3% para as autônomas na área da SUDENE/SUDAM e uma correção monetária equivalente a 40% da variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN). Em relação ao setor agrícola, havia os financiamentos de investimento para fundação ou ampliação de lavouras (preparo do solo, plantio e tratos culturais até a primeira safra) e financiamento de custeio para despesas relativas às socas ou às ressocas. O programa financiou entre 80% e 100% do valor total do projeto, cobrando juros que variavam entre 10% (custeio para o pequeno produtor) e 26% (investimento para o grande produtor), sem cláusula de correção monetária. Tais condições de financiamento em uma economia sob processo inflacionário equivaliam, na verdade, a juros negativos para a agroindústria” (MOREIRA e TARGINO, 1997: 105/106).

a concentrar também dois terços da produção de álcool (SZMRECSÁNYI & MOREIRA, 1991).

Até a década de 70, as usinas do país operavam sob um caráter patrimonial e familiar, ou seja, “(...) tanto a gestão administrativa (da empresa) quanto a propriedade eram controladas e financiadas, na sua maior parte, por uma ou mais famílias, e dois ou mais membros da família participam diretamente de algumas atividades relacionadas à produção, além de exercerem cargos na diretoria da empresa”. (LOURENZO, 1999, pp. 78.). Neste cenário constata-se uma administração empresarial caracterizada pelas relações patriarcais.

A partir do Proálcool, parte substancial do capital destas empresas – tanto agrário, quanto industrial e financeiro – são financiados por investimentos públicos, garantidos pelo programa. Ao mesmo tempo, segundo Paixão (1997), tal programa acabou criando um processo – relativo – de diferenciação de capitais: “a promissora perspectiva de evolução do mercado alcooleiro trouxe, para este setor produtivo, diversos empresários de outros ramos econômicos. Estes novos usineiros tinham um perfil bastante diferenciado entre si, como por exemplo as firmas cooperativas (tal como no Paraná), capitais de porte relativamente menores (tal como no Oeste Paulista) e grandes holdings empresariais (como os Lundgren, Banco Econômico, etc.). Desta forma, entre 1979 e 1986, o Proálcool trouxe uma desconcentração da estrutura de mercado do setor sucroalcooleiro. Contudo, mesmo esses movimentos não abalaram a hegemonia existente entre os maiores e mais tradicionais grupos empresariais atuantes no setor, seja na região Centro-Sul (grupos Ometto, Balbo, Biagi, Corona, Zillo-Lorenzetti, entre outros), seja na região Nordeste (grupos Lyra, Maranhão, Bezerra de Mello, entre outros). (Este período ainda) apresentou outra particularidade: a implantação das destilarias autônomas, ou seja, unidades industriais que passaram a se dedicar ao cultivo da cana-de-açúcar exclusivamente visando à produção de álcool. Na metade dos anos 1980 já havia sido instalada uma portentosa estrutura produtora com 357 destilarias (anexas e autônomas) atingindo, praticamente, todos os estados do Brasil” (pp. 35).

Eid (1992), ao analisar a questão do setor sucroalcooleiro no período posterior ao Proálcool observa que, em 1982, em termos de grupos econômicos, “a produção de açúcar e álcool no Brasil, de acordo com a Gazeta Mercantil de 22/07/1982, era controlada por 200 famílias (...) o estudo de Moreira (1989) demonstra que a forte presença das empresas familiares torna difícil a análise sobre a evolução deste setor

durante os anos 1975/87 (já que) observa-se um movimento de dispersão do capital em função da divisão dos patrimônios das famílias entre os herdeiros” (pp. 86).

Segundo o mesmo autor, com base em informações da Copersucar, no decorrer da década de 1980, 67 usinas e destilarias teriam fechado no País, das quais 18 delas no estado de São Paulo. Entretanto, ao analisar todo o rol dessas que fecharam, o autor constata que algumas delas não fecharam de fato, mas foram incorporadas a outras usinas – como no caso das usinas Porto Feliz, incorporada à Rafard da União de São Paulo, ou da Santa Elisa II, incorporada à Santa Elisa, do grupo Maurílio Biaggi – ou tiveram suas atividades paralisadas temporariamente em uma ou mais de uma safra, seguindo posteriormente sua produção, como foi o caso da Destilaria Archangelo.

Os cinco maiores grupos agroindustriais do setor neste momento seriam formados pelas usinas e destilarias pertencentes às famílias Ometto - respectivamente o primeiro grupo (Pedro Ometto), o segundo (Luiz e João Ometto) e o quinto grupo (Hermínio Ometto) – Zillo Lorenzetti (terceiro grupo) e à família Biagi (quarto maior grupo) (EID, 1992).

Dessa forma, podemos observar que os processos de fusões e aquisições acabaram ampliando o processo de concentração de capitais no setor. Entretanto, ao contrário do que ocorreu com alguns setores agroindustriais no País⁴, o setor sucroalcooleiro conseguiu manter-se em mãos de empresários nacionais, os quais conseguiram posicionar-se de forma mais adequada frente às investidas de internacionalização da economia brasileira ocorrida nos anos da última década do século XX.

1.2. O início da transformação – a década de 1990

Segundo Mello (2004), a década de 1990 foi marcada pelo processo de desregulamentação do setor sucroalcooleiro, com o desmonte do IAA (que por 60 anos coordenou as atividades do complexo), e a redução do suporte governamental à usinas e destilarias, com o fim do Proálcool. Além do esgotamento dos recursos financeiros indiretos recebidos pelos produtores paulistas e do afastamento do Estado das regulamentações, em função de sua crise fiscal, diversos outros fatores negativos marcaram a década de 90 para o setor.

⁴ Segundo Nascimento (2001), o setor de leites e laticínios, por exemplo, acabaram por ceder espaço a grupos internacionais. Estes passaram a representar setores quase que totalmente desnacionalizados, varrendo o empresariado brasileiro do cenário produtivo do País.

A demanda por carros movidos a álcool caiu consideravelmente nessa década, já que o consumidor teve sua confiança abalada a partir da crise de desabastecimento de 1988. As montadoras também perderam o interesse em produzir carros a álcool, pois estavam interessadas em desenvolver automóveis com tecnologia mais global, e não apenas específicos para o Brasil.

A tendência da queda dos preços do açúcar no mercado externo, na década de 90, associado ao aumento da produtividade agrícola e industrial, levou o setor à uma crise de superprodução (MORAES, 2000). Estes acontecimentos apontam para uma redução nos recursos financeiros em poder dos industriais e fornecedores paulistas, comprometendo a capacidade destes de influenciarem o processo de concorrência e de decisão política (MELLO, 2004).

Outra questão que surgiu nesta década para o setor foi, em 1997, um decreto⁵ editado pelo governo do Estado de São Paulo, dispondo sobre o uso, conservação do solo, proibindo a queima total da cana, que deveria ser implementado em oito anos nas áreas onde a colheita poderia ser mecanizada, e quinze anos onde a topografia impedia o uso de máquinas colheitadeiras.

Todos esses aspectos levaram as empresas do setor de açúcar e álcool a um processo de reestruturação agroindustrial, desencadeando uma nova forma de governança nos anos 1990, que modificaria para sempre a estrutura de oportunidades produtiva e organizacional, e principalmente, as relações de poder na agroindústria sucroalcooleira do Estado de São Paulo.

Com a desregulamentação, as empresas do setor sucroalcooleiro passaram a ter que caminhar com suas próprias pernas, ou seja, passaram a ter que se posicionar no mercado a partir de suas próprias competências. O açúcar brasileiro passou a enfrentar problemas como a concorrência externa, principalmente dos Estados Unidos e da União Européia, que contavam com forte apoio estatal e restrições de cotas e tarifas para a entrada de produtos de países concorrentes, principalmente o açúcar brasileiro. Assumpção (2001, p. 109), esclarece que estas barreiras ao açúcar brasileiro são explicadas pelo fato deste ter o preço mais competitivo do mundo devido a seus baixos custos de produção na parte agrícola, logística e processamento industrial,

⁵ Decreto Estadual no. 42.056 de 06 de Agosto de 1997 : As queimadas deverão ser evitadas e só serão toleradas quando autorizadas previamente pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento. A prática da despalha da cana-de-açúcar através de sua queima, como método auxiliar da colheita está proibida no Estado de São Paulo, admitida apenas excepcionalmente e em caráter transitório

principalmente nas usinas mais dinâmicas localizadas no Estado de São Paulo, que investem neste momento intensivamente em mudanças tecnológicas e organizacionais⁶.

Além das restrições por parte da demanda externa, o açúcar brasileiro também enfrentava o problema de insuficiência de mercado, pois apresentava um potencial de aumento a produção muito maior que a demanda dos mercados externos e internos (MELLO, 2004). Segundo Carvalho, 1997, entre as safras 92/93 e 96/97, o aumento do consumo aparente na região Centro-Sul foi de aproximadamente 24%, enquanto o aumento da produção chegou a 71%.

No caso do álcool, a situação do mercado interno e externo era ainda mais dramática. De acordo com Ramos (1999), o mercado de álcool para uso doméstico, industrial e farmacêutico já era suficientemente abastecido, com perspectivas pouco promissoras para o futuro. Já o caso do álcool hidratado, neste momento, tinha seu consumo abaixo da produção, em função da queda nas vendas do carro movido a álcool frente aos derivados do petróleo.

Diante de todos esses problemas enfrentados pelo setor neste momento, a concorrência empresarial se baseava na busca de melhorias tecnológicas e na produção de cana em terras de boa qualidade, buscando a obtenção de custos mais baixos.

Como consequência do planejamento estatal sobre o setor sucroalcooleiro até os anos 90, as empresas possuíam estruturas produtivas, mix de produtos (não diferenciados) e formas de inserção no mercado bastante semelhantes. O investimento na diferenciação de seus produtos ou a diversificação na produção da redução eram medidas que praticamente não existiam dentro do setor. Pouca importância era dada também às estratégias pautadas pela busca de recursos de poder, já que estes (principalmente os financeiros) eram assegurados pelo Estado, seja através da concessão de créditos subsidiados, da postergação de pagamentos, das suspensões de retenções, de juros e carências paternalistas para os empréstimos, etc. (MELLO, 2004).

A partir da saída do Estado como regulador do setor, algumas novas estratégias são empregadas pelos empresários: além da busca dos usineiros menores por acessos alternativos para obtenção de recursos necessários para investir na modernização agrícola e industrial, novas formas de organização e administração da produção passam a ser o foco nesta nova fase.

⁶ Segundo pesquisa elaborada por Barros (2000), o custo de produção do açúcar na safra 1990/00 foi de 7,5 cents/libra, metade do custo do segundo exportador mais eficiente.

A diferenciação dos produtos, segundo Belik *et al* (1998) e Vian (2002), consistem em oferecer ao mercado consumidor um diferencial a mais, seja em termos de qualidade, marca, prazo de entrega ou embalagem. A produção de produtos para a indústria alimentícia, a partir do açúcar líquido teve grande êxito nesse momento.

O uso mais intensivo de subprodutos do processamento industrial também constitui uma alternativa para as empresas sucroalcooleiras diversificarem sua produção. O processamento do bagaço da cana, da vinhaça, do álcool residual, da torta de filtro, do óleo fúsel, do melaço e da levedura permite produzir co-produtos utilizados nas indústrias alimentícias, química e farmacêutica (MELLO, 2004).

Dessa forma, o setor sucroalcooleiro apresenta, na década de 90, um aumento considerável no *mix* de produtos ofertados pelas unidades produtivas além dos produtos tradicionais como o açúcar cristal e o refinado.

Há também, nesse momento, uma nova transformação dos grupos empresariais do setor: buscando aumentar o capital para o aumento no investimento de produtos diferenciados, muitas usinas acabam fazendo alianças com empresas multinacionais do setor alimentício e de bebidas. A Usina da Barra (Barra Bonita/SP) associou-se à *Corn Product Brasil*, que realizou um investimento de R\$ 4 milhões para produzir o açúcar líquido.

Outro exemplo de associação de empresas nacionais e transnacionais é o da aquisição da Usina Fermenta (antiga Matarazzo) pela empresa Tate e Lyle. A Usina Guarani também realizou uma parceria com a Cargil.

A forma mais utilizada neste momento para aumentar o capital é a partir da fusão e aquisição de unidades produtivas, conforme mostra o quadro 1:

QUADRO 1. Transações de fusões e aquisições ocorridas no setor de 1997 a 2001

Empresa Alvo	Estado	Datas	Comprador
S. Geraldo	SP	out. 97	Usina Santa Elisa
S. Alexandre	SP	1997	Ipiranga
Usina Adelaide	SP	jun 98	Usina da Barra
Usina Iracema	SP	1999	Usina S. Martinho
Usina Rafard	SP	2000	Cosan
Usina Sta Rosa	SP	2000	Usina da Pedra
Usina Benalco	SP	2000	Gr. José Pessoa
Usina Delta	MG	2000	Gr. Carlos Lyra
Usina Cresciumal	SP	2000	Coinbra/Dreyfus
Usina Luciânia	MG	?	Coinbra/Dreyfus
Destilaria Vale do R. Turvo	SP	2000	Silveira Barros
Alcovale	MS	2001	Unialco
Usina Portobello	SC	2001	Glencore Intl AG
Da Serra	SP	2001	Cosan
Usina Diamante	SP	2001	Cosan
Usina Alcomira	SP	2001	Mário Pavan
UNIVALEM	SP	2001	FDA Fr. Brasileira
Destilaria Água Limpa	SP	2001	Gr. Petribu
Usina Guarani	SP	2001	Eridania Beghin Say
Usina São José	SP	?	Gr. Anicuns

Fonte: PASIN, R. M. “Fusões, aquisições e internacionalização do setor sucroalcooleiro”.

Com a entrada de multinacionais no setor, neste momento, segundo Mello (2004), muitas empresas mudaram o perfil de suas administrações para garantir maior eficiência. A contratação de executivos para gerenciar os negócios é um sinal de que o setor quer mudar o estigma de herança familiar e tornar-se um grupo mais coeso, o que facilitaria atingir maiores ganhos para todo o setor. Segundo Alberto Klumb, diretor financeiro da Açúcar Guarani, em uma reportagem publicada pelo Jornal Gazeta Mercantil (25/07/2001, p. B-16) “*Parente não é excludente, desde que seja competente*”. A empresa foi vendida para o grupo franco-italiano Béghin-Say e possui um quadro de quatro diretores profissionais.

A Copersucar, que no momento reunia 30 usinas e destilarias paulistas, também iniciou um processo de reestruturação organizacional, contratando profissionais para diversas áreas, dentre elas a área comercial, de operações e administrativo-financeiro. Os antigos diretores, donos das usinas cooperadas, tinham, a partir desse momento, apenas cadeira no conselho de administração.

Outras unidades industriais do setor pioneiras no processo de reestruturação profissional de suas diretorias foram a Usina São Martinho, Iracema, Usina Esther, Usina Alta Mogiana e Cia Energética Santa Elisa.

Essa reorganização interna das empresas do setor sucroalcooleiro é mais um aspecto da reestruturação intensa que ocorre no cenário agroindustrial após o processo de desregulamentação do Estado. Os primeiros passos estão sendo dados no sentido de uma maior abertura para empresários nacionais ou internacionais de qualquer ramo que estejam interessados no setor de açúcar e álcool do Brasil, diluindo o poder dos tradicionais grupos do setor.

1.3. A Abertura de Capitais no Setor

Como visto no decorrer do capítulo, o setor sucroalcooleiro sempre foi caracterizado por grupos familiares: no Nordeste pelas oligarquias tradicionais que acumularam riqueza na produção do açúcar e expandiram seus capitais com apoio dos programas governamentais altamente subsidiados. No sul, os proprietários de usinas aparecem mais diferenciados, na medida em que acumularam riquezas em outras atividades e migraram para este setor: como o caso dos empresários da cafeicultura, dos industriais e do setor financeiro. Segundo André Castello Branco, na reportagem da Revista Negócios (2007), o interesse de grupos internacionais pela produção de etanol no Brasil vem crescendo a cada ano.

Nestas últimas décadas, esse quadro vem mudando: há uma tendência das usinas em buscarem novos recursos para investimento em capacidade produtiva, através da abertura de capitais, visando a expansão da atividade.

A oportunidade da abertura de capitais, além do fortalecimento de alianças com investimentos estrangeiros no setor está relacionada a diversos fatores, dentre eles: **a)** a possibilidade do etanol entrar na matriz energética internacional assegurando bons mercados e bons negócios, **b)** um excesso de recursos financeiros no mercado

internacional disponíveis para aplicação produtiva,⁷ c) a necessidade dos empresários brasileiros ampliarem seus negócios e modernizarem suas empresas para serem mais competitivos, conforme será tratado a seguir:

1.3.1. O etanol e a matriz energética internacional

Todo o interesse pelo aumento da produção da cana tem um propósito: a demanda mundial por biocombustíveis vem aumentando a cada ano, e foi acelerada pela entrada em vigor do Protocolo de Kyoto (tratado que compromete uma série de nações industrializadas a reduzir a emissão de gases poluentes no período de 2008-2012 para os níveis de 1990). Como os gases causadores do efeito estufa são, em grande parte, provocados pela queima de combustíveis fósseis, começa a surgir em cada um dos países signatários do protocolo a criação de legislações que estimulem o uso de combustíveis renováveis, abrindo um promissor mercado para o álcool brasileiro (chamado de biocombustível).

O aumento potencial da demanda internacional por combustíveis renováveis como o álcool, ou etanol, exige do Brasil garantias de continuidade de abastecimento. Entretanto, a oferta ainda é um dos gargalos do setor sucroalcooleiro, que mesmo durante o auge do Proálcool, não conseguiu garantir aos consumidores uma oferta compatível com as necessidades. Em vários momentos (1989, 1990 e em 2006) a oferta e os preços do álcool desestimularam a demanda por automóveis à álcool e automóveis bi-combustível. Por esses motivos, as usinas do CAI Canavieiro têm feito esforços na implementação de novas estratégias tanto na parte agrícola, quanto na parte industrial, a fim de garantirem a continuidade da oferta competitiva dos produtos (SEBRAE, 2005).

O quadro 2 mostra como o volume das exportações do álcool brasileiro vive boas perspectivas atualmente:

⁷ Vale lembrar que tal texto considera o período anterior à crise imobiliária dos Estados Unidos, ocorrida em Setembro de 2008.

QUADRO 2. Exportações Anuais de Etanol pelo Brasil

Safra	Volume Milhões de Litros
05/06	2.615,6
06/07	3.691,6
07/08	3.624,8

Fonte Secretaria de Comercio Exterior (SECEX)

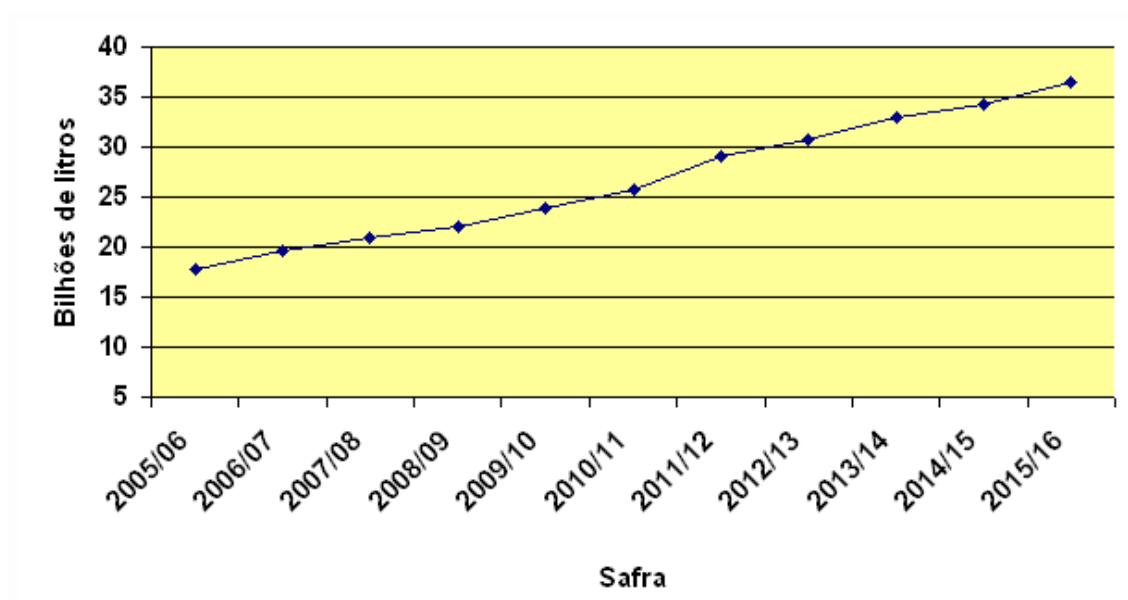


GRÁFICO 1. Projeção de produção de álcool no Brasil entre as safras 2005/06 e 2015/16

Fonte: IEA e projeções de ALVES, 2006.

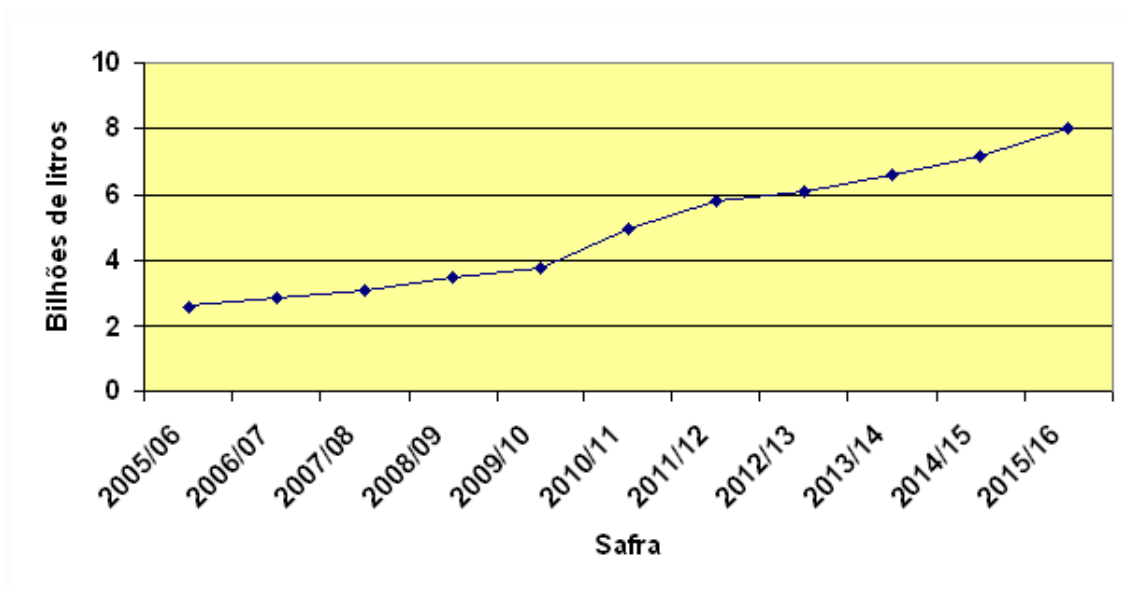


GRÁFICO 2. Projeção de exportação de álcool brasileiro entre a safra 2005/06 e 2015/16

Fonte: IEA e projeções ALVES, 2006.

Conforme demonstrado acima, a produção de álcool pelo país tende a aumentar a cada ano. Segundo os gráficos 1 e 2, as estimativas são que a produção do etanol brasileiro chegue a quase 37 bilhões de litros em 2016, e que sua exportação, para a mesma data, seja de 8 bilhões de litros.

O governo brasileiro desempenha um papel chave para promover o etanol. Diversas Conferências e Seminários Internacionais têm sido promovidos no Brasil e no mundo a fim de impulsionar o setor em um momento não muito favorável ao crescimento, dentre eles a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (São Paulo, 17/11/2008), Conferência F.O.Licht's World Ethanol 2008 (Paris, 04/11/2008), III Reunião de Cúpula do Fórum Índia – Brasil – África do Sul (IBAS) (Nova Delhi, 14/10/2009), Mesa de Energia e Biocombustíveis do Fórum do Setor Privado da ONU (Nova Iorque, 24/09/2008), International Latin American - European Cooperation Workshop on "Sustainability in Biofuel Production" (São Paulo, setembro de 2008), Seminário de Cooperação entre Brasil-Espanha "Desarrollo de la producción de biocarburantes" – Desenvolvimento da produção de biocombustíveis (Madri, 23 a 27 de junho de 2008), World Sugar Research Organization (WSRO) (Inglaterra, junho de 2008), fórum sobre "Mudanças do Clima, Crescimento e Estabilidade", da Organisation for Economic Co-Operation and Development 2008 (OCDE) (Paris, junho de 2008), dentre outros.

A produção de carros *flex fuel* (bi-combustível) pela indústria automobilística nacional também pode ser apontada como o principal fator interno de reversão das expectativas da demanda de álcool hidratado no Brasil na década de 2000. O mercado interno de carros com flexibilidade no uso de combustível (álcool ou gasolina) vem apresentando grande crescimento a partir de 2003. Segundo o diretor técnico da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Aurélio Santana, (2007), a produção desses carros cresceu 4%, com 655 mil veículos fabricados no primeiro trimestre de 2007, enquanto as vendas subiram quase 40% entre 2006 e 2007 (ANFAVEA). Os dados da Anfavea deste ano (2008) apontam para uma produção de 2.048.607 carros flex fuel de Janeiro a Outubro de 2008.

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e Álcool do Conselho de Agronegócios (CONSAGRO) previa que em 2006, no máximo 65% dos veículos consumidos no país seriam de tecnologia *flex fuel*. Atualmente (2008), mais de 70% da produção de veículos no Brasil contam com essa tecnologia, conforme mostra a tabela 3:

TABELA 3. Produção de Automóveis no Brasil por tipo de Combustível em 2008

Combustível	Produção de Automóveis*
Gasolina	572.474
Flex Fuel	2.048.607
Álcool	12.836
Diesel	284.986
Total	2.918.903

Fonte: ANFAVEA 2008

*De Janeiro a Outubro de 2008.

Segundo reportagem do Jornal Correio Braziliense (“O potencial da energia da biomassa da cana-de-açúcar no Brasil” - 12/09/2008), o álcool combustível (anidro ou hidratado) já representa 50% do total de combustíveis consumidos pelos automóveis.

Frente à esse mercado promissor que vem se abrindo para o setor na última década, os “usineiros” do país têm utilizado esse fluxo de entrada de capitais, principalmente de investidores estrangeiros, e algumas vezes do governo, para comprar empresas menores e expandir a produção, principalmente destinada à exportação. Entre 2000 e 2005, houve 37 fusões e aquisições dentro da indústria do açúcar e do etanol no

país. Em 2006, o número de aquisições capitaneadas por estrangeiros superou pela primeira vez o total de transações feitas por grupos nacionais. Em 2007, das 25 fusões e aquisições realizadas, 18 tiveram estrangeiros à frente⁸.

Segundo dados da Revista Biodiversidade Sustentando e Culturas (2007), o Brasil atrai mais investimentos internacionais em biocombustíveis que qualquer outro país. Somente em 2006, foram investidos mais de 9 bilhões de dólares na indústria brasileira de etanol, dos quais 2 bilhões se destinaram à construção de novas usinas. Recentemente, foi lançada uma série de fundos de investimentos multimilionários nas bolsas estrangeiras, com o objetivo específico de investir no etanol brasileiro, dentre eles a Infinity Bioenergy⁹, Brazilian Renewable Energy Company Lt (Brenco)¹⁰, Clean Energy Brazil¹¹

Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento¹², existem usinas de açúcar e álcool instaladas em 20 Estados do País, sendo o Estado de São Paulo o maior detentor destas, chegando a 196 unidades. Das 404 usinas Cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia do Ministério, 207 são Sociedade Anônima¹³, ou seja, mais da metade das unidades do Brasil já abriram seu capital para acionistas, conforme mostra a tabela 4:

⁸ Neste grupo destacam-se as americanas Bunge, Cargill, Infinity BioEnergy, a espanhola Abengoa, os asiáticos Noble Group e Sojitz, e as francesas Louis Dreyfus Commodities e Tereos, principal controlador de Açúcar Guarani.

⁹ Com sede nas Bermudas, registrada na Bolsa de Valores de Londres e constituída em 2006 por cerca de 50 investidores, o fundo tem mais de 500 milhões de dólares destinados a investimentos no etanol brasileiro, e gastou até agora 400 milhões comprando o controle de três usinas no Brasil.

¹⁰ Registrada na Bermudas, mas com sede em São Paulo, é financiado por vários investidores de renome como o ex-presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e tem como diretor o ex-presidente da Petrobras, Philippe Reichstul. A colocação inicial privada das ações desse fundo levantou 200 milhões de dólares, e seu objetivo, nos próximos 10 anos é chegar a uma produção anual de 3,8 bilhões de litros.

¹¹ Criada pela Numis, um banco britânico de investimento, tem como sócios um dos maiores corretores de açúcar do mundo, Czarnikow Sugar, que agencia 30% do mercado de açúcar e etanol do Brasil, e a Agrop, de propriedade da família Junqueira, empresária do açúcar no Brasil. O fundo opera na Bolsa de Valores de Londres e arrecadou 185 milhões de dólares em sua oferta pública inicial. Sua primeira aquisição em 2007 foi de 49% das ações do grupo açucareiro Usaciga.

¹² Dados referentes à 29/09/2008.

TABELA 4. Relação das Unidades Produtoras Cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia do Mapa

UF	Número Total de Usinas Cadastradas	Número de Usinas S/A	Porcentagem de Usinas S/A
SP	196	99	50,51
MG	35	19	54,28
PR	33	14	42,42
GO	28	16	57,14
AL	24	19	79,16
PE	24	12	50
MS	13	4	30,76
MT	11	4	36,36
PB	9	5	55,55
RJ	7	3	42,85
ES	6	5	83,33
MA	4	2	50
RN	4	1	25
BA	3	1	33,3
PA	1	1	100
TO	1	2	50
CE	2	-	-
PI	1	-	-
RO	1	-	-
RS	1	-	-
TOTAL	404	207	51,24

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Embora mais de 50% das unidades produtoras do Brasil serem Sociedade Anônima, apenas seis delas têm ações negociadas em bolsas. Isso significa que a maioria dessas tem seu capital fechado, o que significa que são, normalmente, sociedades pequenas, com um número de acionistas inferiores a 20, com patrimônio inferior ao estabelecido pela CVM para as S/A de capital aberto, enquadradas no art. 294 da Lei 6.404/76 das

S/A¹⁴. Para serem consideradas de capital aberto, a lei exige que esteja admitida à negociação em Bolsa ou Mercado de Balcão, devidamente registrados na CVM (Comissão de Valores de Mercados).

1.3.2. O processo de fusões e incorporações e a entrada de capital internacional

Será apenas no início do século XXI que as primeiras unidades produtivas ligadas à produção de açúcar e álcool começam a se associar à grupos internacionais, além de ganhar mais atenção aos olhos de multinacionais e grandes grupos estrangeiros. Segundo Pasin (2001), enquanto que em 1997 a 1999 o setor realizara 3 fusões e 1 aquisição, entre janeiro de 2000 e junho de 2001, todos os negócios foram realizados sob a forma de aquisição, dentre os quais quatro por grupos internacionais. Segundo o autor:

- Durante o período 1997-2001, foram realizados 24 processos de F&A (fusões e aquisições), todos da região Centro Sul do Brasil;
- O Grupo Cosan foi o que realizou maior número de aquisições entre o período 1997-2001, tornando-se o maior produtor de açúcar e álcool no Brasil até o presente momento (2008), com 18 unidades no total;
- Os principais grupos condutores de aquisições /fusões no País foram o Grupo Cosan, J. Pessoa e Coimbra/Dreyfus;

De acordo com a consultoria Datagro, os estrangeiros investiram 2,2 bilhões de dólares no setor desde 2000, e ainda, da lista das dez maiores empresas do setor no Brasil, quatro já possuem participação de capital estrangeiro: Cosan, Bonfim, LDC Bioenergia e Guarani. Uma quinta companhia, Santa Elisa, criada pela família Biagi, fundiu-se em 2007 com a Vale do Rosário, criando o segundo maior grupo do setor com 5 unidades produtoras, a Santelisa Vale (perdendo apenas para o grupo Cosan S/A, que possui atualmente 18 unidades produtoras no País). No mesmo ano, tal grupo iniciou parcerias com a americana Global Foods para constituir a Companhia Nacional de Açúcar e Álcool, cujo plano é investir R\$ 2 bilhões na construção de quatro usinas em

¹⁴ **Art. 294.** A companhia fechada que tiver menos de vinte acionistas, com patrimônio líquido inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), poderá:

I - convocar assembleia-geral por anúncio entregue a todos os acionistas, contra-recibo, com a antecedência prevista no artigo 124; e

II - deixar de publicar os documentos de que trata o artigo 133, desde que sejam, por cópias autenticadas, arquivados no registro de comércio juntamente com a ata da assembleia que sobre eles deliberar.

§ 1º A companhia deverá guardar os recibos de entrega dos anúncios de convocação e arquivar no registro de comércio, juntamente com a ata da assembleia, cópia autenticada dos mesmos.

§ 2º Nas companhias de que trata este artigo, o pagamento da participação dos administradores poderá ser feito sem observância do disposto no § 2º do artigo 152, desde que aprovada pela unanimidade dos acionistas.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica à companhia controladora de grupo de sociedade, ou a ela filiadas.

Goiás e Minas Gerais.

Atualmente, se distinguem apenas uns poucos conglomerados – redes transnacionais de corporações internacionais e famílias do açúcar – que controlam a indústria. Dois dos conglomerados mais importantes são os do Crystalsev e Ometto.

A primeira, comandada pela família Biagi, do Brasil e, juntamente à outras famílias, todas com tradição no setor, formam as principais acionistas do segundo maior grupo de etanol do Brasil, o Vale do Rosário que fundiu-se recentemente com a grande produtora brasileira de etanol, a Santa Elisa, formando a Santelisa Vale. Atualmente, a Crystalsev está aprofundando seus vínculos com corporações estrangeiras, como a Cargill.

A segunda é dirigida pelo empresário brasileiro Rubens Ometto, principal controlador da maior produtora de açúcar do país, a Cosan. Nos últimos anos, segundo informações da Revista Negócios (No. 9, Nov/2007), a Cosan remodelou-se em uma corporação transnacional, primeiro vendendo 10% de suas principais atividades portuárias à gigante mundial do açúcar Tate & Lyle. Depois, estabeleceu uma empresa conjunta com grandes companhias açucareiras francesas, a Sucden e a Tereos, e em 2005, concretizou uma sociedade com o Grupo Kuok, de Hong Kong. A Sucden, Tereos e Kuok são as principais acionistas da Cosan, apesar do grupo Ometto ainda manter o controle acionário, e não abrir mão disso, como será mostrado adiante neste trabalho.

Segundo dados da CVM – Comissão de Valores Mobiliários existe atualmente seis grupos de empresas do setor no Brasil registradas como Companhias Abertas, como mostra o quadro 3:

QUADRO 3. Companhias Abertas do Complexo Agroindustrial Canavieiro no Brasil

NOME	SITUAÇÃO REGISTRO
COSAN SA INDUSTRIA E COMERCIO	Concedido em 26/10/2005
SÃO MARTINHO SA	Concedido em 07/02/2007
NOVA AMERICA SA-AGROENERGIA	Concedido em 16/07/2007
AÇÚCAR GUARANI S/A	Concedido em 20/07/2007
COSAN LIMITED	Concedido em 15/08/2007
INFINITY BIO-ENERGY BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A	Concedido em 10/01/2008

Fonte: CVM – Comissão de Valores Mobiliários

De acordo com os dados da Datagro, divulgados pelo Portal do Agronegócio (2007), juntas, Cosan, São Martinho, Açúcar Guarani e LDC Bioenergia processaram 67,4 milhões de toneladas de cana na safra 2006/07, equivalentes a 15,7% do total nacional - 428 milhões de toneladas. Para a próxima safra, essa proporção deve ser mantida, pois as companhias elevarão em 10% o processamento, seguindo o ritmo do restante do setor.

Além de empresas multinacionais, o filão do agronegócio da cana no Brasil está atraindo diversos especuladores estrangeiros, como o megainvestidor húngaro George Soros, dono de uma fortuna estimada em US\$ 8,5 bilhões. Ele se tornou um dos sócios da Adecoagro, que comprou a Usina Monte Alegre, em Minas Gerais, e está construindo uma nova usina em Mato Grosso do Sul. Outro investidor que decidiu apostar no etanol brasileiro é o bilionário indiano Vinod Khosla, sócio da Brazil Renewable Energy Company (Brenco), empresa lançada em março por Henri Phillippe Reichstul, ex-presidente da Petrobras. “*Este é o mercado do futuro*”, afirma o presidente da Ethanol Trading, Roberto Giannetti da Fonseca, ex-secretário-executivo da Câmara de Comércio Exterior (Camex) no governo FHC.

O primeiro grupo nacional do setor a se relacionar societariamente com grupos

internacionais foi o grupo Cosan. No final do ano 2000, a partir da associação com a Union des Sucriers e Distilleries Agricole, e com a francesa Sucres e Denrees, criando a FDA – Franco Brasileira Açúcar e Álcool, o grupo passou a controlar 47,5% das ações.

Dentre as vantagens das quais uma empresa que abre seu capital conta, estão: a) ampliação da base de captação de recursos financeiros e de seu potencial de crescimento, ou seja, ao ter acesso ao mercado de capitais, a empresa pode captar recursos destinados ao financiamento de projetos, expansão, mudança de escala ou diversificação de seus negócios, ou mesmo à reestruturação de seus passivos financeiros. b) adquire maior flexibilidade estratégica, já que os acionistas controladores aumentam a liquidez do patrimônio desta, através da oportunidade de negociação de sua participação na empresa, que tende a se valorizar ao longo do tempo pela diversificação de compradores, sobretudo investidores institucionais, nacionais ou estrangeiros. c) maior exposição no mercado, ou seja, quando esta lança uma oferta pública inicial de ações, passa a ter as mesmas responsabilidades de uma companhia aberta, passando a falar com novos públicos, até então ignorados pelos controladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os investidores individuais, dentre outros.

Segundo o consultor Plínio Nastari em entrevista à Revista Valor Econômico Especial (Novembro de 2008), com a entrada de investidores internacionais e a possibilidade de captar recursos no mercado de capitais, o setor sucroalcooleiro vive uma ótima fase de expansão. A produção brasileira (moagem de cana) vai crescer 66 milhões de toneladas em 2008, o que equivale a 1,2 vezes a produção total da Tailândia e uma vez e meia a da Austrália.

Segundo Fregonesi et al (2008) citando Liboni e Mauad (2003), os altos índices de endividamento, a fragmentação e estagnação do setor, o aumento dos preços do açúcar nas safras de 2000 e 2001, e a extrema competitividade no país contribuíram para a ocorrência de processos de fusões e aquisições e a transformação em Sociedades Anônimas no setor. Segundo esses autores, os principais benefícios almejados pelas empresas envolvidas em tais processos são ganhos em escala, redução dos custos e despesas através da integração de estruturas administrativas, a consolidação do setor, a profissionalização da administração das usinas, as vantagens fiscais, a capitalização, a obtenção de financiamento para investimento para expansão e modernização (abertura de capitais).

Para Pacheco (2008), esses benefícios buscados mostram a nova tendência das empresas inseridas no chamado “agribusiness” brasileiro. Segundo ele, esses refletem

os principais desafios do agronegócio no Brasil atualmente, como a escassez de administração profissional, o desenvolvimento de princípios de governança modernos (conselho independente, auditorias, etc.), a migração da informalidade para a formalidade fiscal, a implementação de processos de gestão, e escala.

1.3.3. As ações negociadas nas bolsas

Segundo reportagem da revista Valor Especial¹⁵, o número de usinas de açúcar e álcool com ações negociadas na Bolsa de Valores (Bovespa)¹⁶ deve dobrar nos próximos 18 meses. Atualmente, podemos observar este “movimento pioneiro”, em seis grandes usinas do Estado de São Paulo (conforme descrito anteriormente neste capítulo), que correspondem à 15,7% da produção nacional. Podemos observar tal tendência na fala de Plínio Nastari, presidente da consultoria Datagro, em entrevista à Revista:

“Como a demanda no mercado de álcool está aquecida, o desafio de aumentar a capacidade de produção é grande. Fazer isso só com endividamento é muito arriscado. Acessar o mercado de capitais é a estratégia mais adequada para a expansão”.

O quadro 4 mostra as Companhias que têm ações negociadas no mercado secundário:

¹⁵ ALMEIDA, E. “Etanol verde-amarelo atrai investidores estrangeiros” – Revista Valor Econômico Especial, Novembro de 2008.

¹⁶ Foi a partir de 1967, com o surgimento das sociedades corretoras e do operador do pregão, que a Bolsa no Brasil passou a ser chamada de Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, que tem como função oferecer condições e sistemas necessários para a realização de negociação de compra e venda de títulos e valores mobiliários. Atualmente, a Bovespa integrou-se com a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), criando a BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Juntas, as companhias formam a terceira maior bolsa do mundo em valor de mercado, a segunda das Américas e a líder no continente latino-americano (BOVESPA.COM.BR).

QUADRO 4. Empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro do Brasil que estão listadas na BOVESPA e seus segmentos

Razão Social	Nome de Pregão	Segmento
ACUCAR GUARANI S.A.	GUARANI	NM (Novo Mercado)
COSAN LIMITED	COSAN LTD	DR3 (BDR Nível 3)
COSAN S.A. INDUSTRIA E COMERCIO	COSAN	NM
NOVA AMERICA S.A. - AGROENERGIA	AGROENERGIA	-
SAO MARTINHO S.A.	SAO MARTINHO	NM
USINA COSTA PINTO S.A. ACUCAR ALCOOL	USIN C PINTO	-

Fonte: BOVESPA

Existem duas empresas listadas que não apresentam um segmento definido. A razão disto é que a Nova America S.A. - Agroenergia tem negociações no Mercado de Balcão Organizado, que significa uma negociação mais antiga que a de papéis, e que só pode ser feita na própria Bovespa¹⁷. A Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Álcool não possui segmento definido porque apresenta pequena quantidade de papéis em negociação. Assim, esta não pode entrar na listagem do segmento Novo Mercado¹⁸, que tem como premissa a empresa ter no mínimo 25% do total em negociação (TRIQUES, 2008).

Ainda segundo Triques (2008), a Cosan Limited não está listada no segmento do Novo Mercado, mas no BDR Nível 3. Isso significa que esta tem apenas recibos de mercado negociados no Brasil, mas faz parte da Bolsa de Valores de Nova York, fato que será discutido melhor na próxima parte deste capítulo.

¹⁷ O Mercado de Balcão Organizado é um segmento de negociação de ativos administrados pela Bolsa de Valores de São Paulo (BVSP), em que há a presença da entidade auto-reguladora exercendo a supervisão dos negócios.

Entretanto, os parâmetros de negociação e as regras de listagem são menos exigentes do que os do Mercado de Bolsa.

¹⁸ O Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa. A premissa básica é que a valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias. A entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", mais exigentes do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias, bem como a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada. Para maiores informações sobre o Novo Mercado, vide anexo 1.

1.3.3.1. O primeiro grupo a iniciar a abertura de capitais na Bolsa: Cosan

O grupo Cosan, maior grupo do setor, tem cerca de 10% do mercado e faturamento anual de R\$ 3,6 bilhões, e é o que vem apresentando maior “apetite” em aquisições, liderando o processo de consolidação no setor. Em fevereiro de 2008, o grupo adquiriu sua 18ª. usina, e foi o primeiro a abrir capital no Novo Mercado da Bovespa, em 2005.

Em 2004, a Cosan já tinha incorporado muitas usinas, todas com problemas financeiros. Para equilibrar as contas, tentou obter US\$ 50 milhões de empréstimos em bancos, dando como garantia contratos futuros de exportações. Entretanto, como o setor ainda não tinha a projeção nem a credibilidade de hoje, todas as instituições procuradas negaram o pedido. Nesse momento, a Bovespa começava a atrair atenções e assim, Rubens Ometto decidiu apresentar a Cosan aos investidores de capital no Brasil e no exterior. Desde então, a companhia já arrecadou US\$ 3 bilhões, 60 vezes o que os bancos lhe recusaram.

Entretanto, em 2006, o grupo passou por uma enorme polêmica, talvez a maior que uma empresa do Novo Mercado já tenha passado, o que causou certa descrença dos acionistas em relação ao Novo Mercado. Com medo de perder o controle da Cosan para grandes companhias poderosas, como as petroleiras, o controlador do grupo Cosan, Rubens Ometto (que detém o controle com 51% das ações da empresa), anunciou em junho de 2006 uma reestruturação societária radical na Cosan, informando aos órgãos reguladores que estava sendo criada uma nova holding – a Cosan Limited, com sede nas Bermudas e ações listadas na Bolsa de Nova York. Com isso, Ometto convidou os acionistas da Cosan S/A a trocarem suas ações pelos novos papéis estrangeiros, com regras diferentes daquelas aplicadas no Brasil (enquanto que aqui, todas as ações tem o mesmo poder de voto, lá, as ações em poder de Ometto valem por dez das comuns), o que causou grande discussões, queda nos valores das ações, e principalmente, abalou a credibilidade da idéia do Novo Mercado – criado para aumentar a transparências das empresas e proteger os direitos dos acionistas minoritários” (REVISTA NEGÓCIOS). Com essa nova estrutura, seu presidente fica com mais poder, desagradando aos minoritários que tiveram seu poder de voto diluído na operação.

Se menos de 2/3 dos acionistas minoritários se recusassem migrar, a Cosan S/A seria preservada na bolsa e conviveria com a Cosan Limited. Caso contrário, a Cosan S/A poderia ter seu capital fechado na Bovespa, permanecendo a Cosan Limited como única empresa do grupo. Atualmente, a primeira opção está imperando.

1.3.3.2. Performance das empresas na Bolsa de Valores (Bovespa)

A abertura de capitais têm se mostrado como uma alternativa para as empresas do setor, que vêm buscando novos recursos para investimento em capacidade produtiva, a fim de manter a expansão da atividade.

O valor das ações pode variar a qualquer momento, dependendo, por exemplo, das condições de mercado, da percepção de risco dos investidores e na capacidade de manobras especulativas de grandes grupos financeiros no mercado. Quando investidores compram ações de uma empresa, eles acreditam que a empresa terá lucro ou que o valor das ações da empresa subirá. Porém, se os investidores acreditam que o panorama é ruim e não investem ou vendem as ações que eles já possuem, o preço das ações sofre desvalorização. Isso significa que se as ações de uma empresa tem lucratividade positiva, a empresa em questão encontra-se em posição favorável no mercado.

As empresas do setor de açúcar e álcool listadas na Bovespa apresentam, de maneira geral, índices positivos de variação nos preços de seus papéis, ou seja, seus acionistas estão obtendo lucros com a negociação de ações no mercado secundário.

1.3.4. A necessidade de ampliação do setor

Apesar de ultimamente os grupos do setor terem partido para essa forma diferente e nova para alavancar capital – tornando-se sociedades anônimas de capital aberto e negociando seus papéis na Bolsa de Valores, ainda é o financiamento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES¹⁹, o principal meio que os usineiros do País utilizam para este fim.

O FINAME é uma de suas linhas de financiamento mais utilizada pelos industriais do setor de açúcar e álcool, destinada a financiamentos, através de instituições financeiras credenciadas, para a produção e a comercialização de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, credenciados no BNDES. A taxa de juros cobrada por este empréstimo são as mais baixas oferecidas (cerca de 11% a.a.),

¹⁹ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES foi criado em junho de 1952, enquadrado como uma empresa pública federal, e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país (SITE BNDES). A partir da década de 1970, as arrecadações do PIS (Programa de Integração Social) e do Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) passaram a ser aplicadas pelo BNDES em investimentos e financiamentos em consonância com as diretrizes aprovadas pelo governo federal. A regularidade da entrada de recursos foi consolidada com a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 239, determinou a destinação de pelo menos 40% da arrecadação do PIS-Pasep para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, com critérios de remuneração que lhes preservassem o valor.

com um período de carência de até 60 meses, dependendo da capacidade de pagamento da Beneficiária e do grupo econômico ao qual pertença.

Segundo Schlesinger (2008), a liberação de recursos do BNDES destinados ao setor sucroalcooleiro têm aumentado a cada ano, como mostra o quadro 5:

QUADRO 5. Liberação de recursos do BNDES para o setor por ano

BNDES - DESEMBOLSOS PARA CADEIA SUCROALCOOLEIRA (RS MILHÕES)								
SEGMENTO	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Cresc. a.a.
Cultivo de cana (máq. Agrícolas)	93,2	126,8	213,4	194,0	227,5	377,2	621,5	11,1%
Fabr. e refino de açúcar	182,8	326,2	343,0	273,8	480,6	898,3	1.253,9	14,3%
Produção de álcool	68,5	67,9	39,5	60,4	137,8	446,7	1.693,9	312,3%
Cogeração de energia	13,6	165,8	128,5	77,4	256,5	264,6	127,6	56,6%
TOTAL	358,1	686,7	724,4	605,6	1.102,4	1.986,7	3.696,9	72,1%

Fonte: SCHLESINGER, 2008

Podemos observar que o segmento de produção de álcool foi o que obteve maior desembolso pelo financiamento do BNDES.

No ano de 2008, os números de financiamentos liberados pelo BNDES para a produção de cana de açúcar foram de grande monta, como aponta o quadro 6:

QUADRO 6. Projetos do Setor Sucroalcooleiro – 2008 (R\$ bilhões)

	Projetos em Análise	Projetos Aprovados	Total
Produção de Cana	256	1.633	1.889
Produção Açúcar/Álcool	7.712	7.669	15.380
Co-geração de Energia	1.070	1.269	2.339
Pesquisa e Desenvolv.	68	75	0.143
TOTAL	9.106	10.645	19.751

Fonte: SCHLESINGER, 2008

Segundo o gerente do Departamento de Biocombustíveis do BNDES, Paulo Faveret, durante a 1ª Conferência Internacional sobre Biocombustíveis em São Paulo em Novembro de 2008, o BNDES liberou até outubro de 2008 R\$ 5,2 bilhões para o financiamento de projetos de biocombustível, sobretudo aos destinados à expansão da produção de etanol. Só em outubro, os desembolsos ao setor somaram R\$ 800 milhões, volume recorde para um único mês desde a criação do departamento de biocombustíveis do banco, em agosto de 2007. Durante todo o ano passado, o banco de fomento repassou para os usineiros R\$ 3,6 bilhões.

Apesar das empresas do setor sucroalcooleiro terem, nos últimos anos, adquirido essa grande monta de capital através de financiamentos, como demonstrados acima, a expansão do setor não pode se dar apenas na parte industrial, a partir da compra de máquinas e equipamentos, mas em conjunto com a parte agrícola, composta por máquinas (cortadeiras e colhedoras) e terras. A primeira ainda pode ser financiada pelo BNDES, a partir da linha de financiamento FINAME Agrícola (financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional destinados ao setor agropecuário), mas a segunda não.

Dessa forma, as empresas do setor tiveram que repensar a entrada de capital, de forma que este alavancasse também a compra de terras, essencial para a expansão atualmente. A saída que a maioria dessas encontraram foi a abertura de capitais, tratada anteriormente neste capítulo. Assim, de maneira inédita, podemos entender que a expansão do setor têm se dado de duas formas: a partir da abertura de capitais, e ainda,

contando com o financiamento do BNDES, sendo que a primeira financia terra, e a segunda máquinas, equipamentos agrícolas e industriais.

1.4. Conclusões

O que se pode concluir deste capítulo é que o atual momento que o setor vive hoje, com a inauguração do movimento da abertura de capital de algumas empresas para negociação nas bolsas de valores (apontado por especialistas como uma possível tendência), aparece como consequência de diversos fatores.

O primeiro deles foi o fim da tutela do Estado, que esteve presente no setor de açúcar e álcool desde seu início, até a década de 1990. Até este momento, as empresas eram controladas por grupos oligárquicos e fechados. A partir da desregulamentação do setor, os produtores foram obrigados a se posicionarem no mercado a partir de suas próprias competências, inaugurando a entrada de empresas multinacionais a partir de alianças, reestruturando as formas de organização e administração da produção (substituindo cargos de diretorias, por exemplo).

A partir de 2002, o Complexo Agroindústria Canavieiro do Brasil desfrutaria de boas perspectivas de mercado, dentre eles: **a)** a possibilidade do etanol entrar na matriz energética internacional assegurando bons mercados e bons negócios, **b)** o aumento da produção de carros com tecnologia flex fuel, **c)** um excesso de recursos financeiros no mercado internacional disponíveis para aplicação produtiva,²⁰ **d)** ao próprio jogo especulativo que possibilita acumulação de riqueza a partir das manobras especulativas com as ações negociadas nas bolsas **e)** a necessidade dos empresários brasileiros ampliarem seus negócios e modernizarem suas empresas para serem mais competitivos.

Todos esses importantes fatores acabaram favorecendo a iniciativa do empresariado do setor de açúcar e álcool do Brasil a iniciar o movimento na direção da abertura de capitais para negociação de suas ações na Bolsa de Valores. O primeiro grupo que iniciou tal movimento foi o grupo Cosan, em 2005. Dois anos depois, quatro outros grupos seguiram os mesmos passos: São Martinho, Açúcar Guarani, Nova América, Cosan Limited (do Grupo Cosan).

Esse movimento acaba transformado completamente o perfil inicial do setor. O poder dos grupos oligárquicos foi sendo diluído na medida em que estas empresas

²⁰ Vale lembrar que tal texto considera o período anterior à crise imobiliária dos Estados Unidos, ocorrida em Setembro de 2008.

sentiam necessidade da ampliação da captação de capital, abrindo espaço para a participação de novos atores: os acionistas.

CAPÍTULO 2. O DISCURSO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO BRASIL

Cada vez mais cresce o número de empresas do setor de açúcar e álcool que dizem incluir em suas estratégias práticas de responsabilidade social. Tal fato pode ser visto como inédito em um setor que historicamente carregou o estigma de explorador de mão de obra e destruidor ambiental.

O objetivo deste capítulo é procurar demonstrar como a responsabilidade social tem se apresentado neste momento, colocando suas concepções teóricas a partir dos atores envolvidos diretamente com sua disseminação no Brasil. Depois, buscaremos mostrar em que momento é observado as primeiras preocupações por esta temática pelo Complexo Agroindustrial Canavieiro do País; como esta é incorporada por estas empresas e como são divulgadas.

Para explorarmos tais fatos, organizamos este capítulo em 4 partes, além desta introdução. A parte 2.1. trata da história da Responsabilidade Social, desde sua origem até sua apresentação nos dias atuais. A parte 2.2. trata de como a responsabilidade social tem se disseminado atualmente, através dos balanços sociais. Nesta parte, serão focados três dos balanços sociais mais utilizados pelas empresas brasileiras. A parte 2.3. apresenta quando a temática da responsabilidade social foi incorporada pelas empresas do Complexo Agroindustrial Canavieiro do País e quais os principais motivos que levam as empresas do setor à preocupações por questões sociais e ambientais. Finalmente, a parte 2.4. apresenta as conclusões deste capítulo.

2.1. História e forma de disseminação da Responsabilidade Social

É possível dividir a história da Responsabilidade Social em três momentos distintos (SARTORE, 2006): num primeiro momento, esta estava associada à filantropia. De acordo com Capellin e Giuliani (2004), foi a Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE-Brasil), filial da International Christian Union of Business Executives (UNIAPAC), a primeira instituição a significativamente introduzir uma consciência social no campo das empresas. Fundada em São Paulo em 1961, a ADCE provocou na época um primeiro debate sobre o papel social das empresas. Essa associação se tornou uma rede nacional em 1977 e elaborou novos instrumentos e reativou a tradição católica da caridade.

Capellin e Giuliani (2004) afirmam também que em 1986, fundou-se a Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social²¹ (FIDES) em co-operação com a ADCE, que tinha como missão desenvolver educação especial e ferramentas intelectuais, assim como relações com autoridades ecumênicas como o *National Bishops Committee* e o diálogo com as *trade unions*.

Num segundo momento, a temática de responsabilidade social adquire um caráter de estratégia empresarial a partir, dentre outros fatores, da expansão do terceiro setor. Durante a década de setenta, as instituições de caráter filantrópico e assistencialista se unem aos movimentos sociais e passam a denunciar as situações de repressão, desigualdade e injustiça social.

Com o fim do militarismo, redemocratização do país e a aparente estabilidade econômica, os movimentos sociais colocam novas pautas de discussão na esfera pública. Na década de noventa, estes perdem seu caráter de reivindicação estritamente política e passam a atuar com temas considerados humanitários e universais. Temas como “meio ambiente” e “direitos humanos” são assuntos que focalizarão demandas por ações que não sejam político-partidárias, mas que desenvolvem o mundo voltado para o ser humano e seus direitos. As ONGs passam a ser fortes representantes dessas “campanhas”, mediando o coletivo organizado e o sistema de poder governamental, assim entre grupos privados e instituições governamentais, principalmente aproveitando-se da descrença da população no Estado como único provedor do bem-estar social.

É a partir deste momento, segundo Ladim e Fernandes (1988) citados por Carrion e Garay (2000), que se pode observar a separação da filantropia, na responsabilidade social empresarial, para uma estratégia de negócios, já que a concepção de responsabilidade social empresarial passa a ter como princípio a incorporação das instituições assistencialistas aos movimentos sociais, culminando na criação das ONGs, e posteriormente, numa nova maneira de intermediação entre a esfera pública e a privada, na forma de parcerias.

Atualmente, a filantropia é basicamente uma ação social externa da empresa, que tem como beneficiária principal a comunidade em suas diversas formas (conselhos comunitários, organizações não-governamentais, associações comunitárias etc) e

²¹ Para maiores informações sobre a instituição, acessar seu site <http://www.fides.org.br/> Acessado em 14 de agosto de 2007.

organizações. A responsabilidade social, por sua vez, é focada na cadeia de negócios da empresa e engloba preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e incorporar aos negócios (RESPONSABILIDADE SOCIAL.COM).

Como resultado desses movimentos, se consolida: o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE no início da década de oitenta; em 1995, observa-se o surgimento formal do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)²² - exemplo de parceria entre empresas e terceiro setor para obter resultados de longo prazo em relação à cidadania empresarial; e em 1998, o Instituto Ethos de Responsabilidade Social. Assim, a noção de uma sociedade de parcerias dominou o cenário nacional.

Nesse momento, a responsabilidade social empresarial era vista como o conjunto de ações que as empresas desempenhavam na tentativa de ouvir os interesses de todos os envolvidos com a empresa (acionistas, comunidade, trabalhadores), e assim, adquirir legitimidade e reputação.

A difusão desse modelo da responsabilidade social empresarial, como estratégia empresarial, deve-se ao processo denominado isomorfismo institucional (DIMAGGIO and POWELL, 1991). Segundo eles, o isomorfismo institucional é a razão dominante pela qual as organizações assumem determinadas formas.

Segundo Thompson (1967), o ambiente cria fronteiras de trocas exigentes para as organizações, e estas acabam incorporando seus elementos estruturais isomórficos, criando uma relação interdependente entre ambos. Assim, o isomorfismo institucional promove o sucesso e sobrevivência das organizações (MEYER E ROWAN, 1977), e principalmente, cria condições para que a linguagem organizacional se desenvolva.

Em um terceiro momento da Responsabilidade Social Empresarial, que vivemos atualmente, há o encontro com a Governança Corporativa e a sua inserção no mercado financeiro.

²² De acordo com Carrion e Garay (2000), o GIFE foi criado com a atribuição de fomentar a atuação sistemática de empresas privadas na área social. Foi o primeiro exemplo a surgir na América do Sul de parceria entre empresas e terceiro setor para obter resultados de longo prazo em relação à cidadania empresarial.

A Governança Corporativa se inseriu no Brasil a partir da criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)²³, e sua lógica da abordagem se insere na questão de que as organizações devem prestar contas às pessoas que servem.

As empresas, ao fazerem parte de um ambiente controlado por diversos atores que ditam e configuram ações, tem a transparência nos negócios como fator de importante vantagem, uma vez que legitima sua conduta pautada na ética e gera valores positivos à imagem e ao conjunto de relações. Segundo o site de Responsabilidade Social do Brasil²⁴, “*As empresas não devem satisfações apenas aos seus acionistas. O mercado deve prestar contas aos funcionários, à mídia, ao governo, ao setor não-governamental e ambiental e, por fim, às comunidades com que opera. As empresas só têm a ganhar na inclusão de novos parceiros sociais em seus processos decisórios*”. Isso significa que um diálogo mais participativo não apenas representa uma mudança de comportamento da empresa, mas também maior legitimidade social.

O atual modelo de responsabilidade social empresarial vem conquistando espaço com a Governança Corporativa. Esta faz parte de um mundo dominado pela “*financeirização e pela democracia, onde as empresas buscam a divulgação e transparência em seus negócios como forma de prestar contas à sociedade de suas ações, demonstrando, assim, para seus investidores uma forma de retorno para seus investimentos e atender a demanda do processo social de alocação dos recursos e investimentos*” (SCHERER, 2003, pp. 56).

Em face da crescente cobrança por transparência, não basta hoje atuar de forma responsável, mas é preciso mostrar resultados. Por isso, empresas demonstram sua performance social em relatórios corporativos das mais diversas formas e modelos, chamados “Balanços Sociais” que, sucintamente, retratam a performance sócio-ambiental da empresa. Os Balanços Sociais, portanto, são uma ferramenta de visibilidade para a empresa, e tem sido adotado por corporações de todos os setores, como será discutido na próxima parte.

²³ Entidade sem fins lucrativos fundada em 1995, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC é o primeiro órgão criado no Brasil com foco específico em Governança Corporativa, tendo formado, até o primeiro semestre de 2004, mais de 1200 alunos em seus cursos de capacitação. Dentre suas iniciativas e esforços neste campo destacam-se a elaboração e revisão do Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa. O Instituto é considerado nacional e internacionalmente como um dos principais responsáveis pela introdução do conceito de Governança Corporativa no país, pelo reconhecimento e disseminação da importância das boas práticas e pelo crescente interesse das empresas brasileiras em se fortalecer através da adoção das mesmas. (IBGC, 2005).

²⁴ Mais informações www.responsabilidadesocial.com

No discurso, portanto, o atual momento em que a Responsabilidade Social vêm passando, pode ser visto como o mais democrático, já que envolve uma questão nova: o “diálogo mais participativo” e “transparência”. Entretanto, percebemos que na realidade, quem se faz ouvir, nesse momento, são apenas os maiores acionistas da empresa, que estão preocupados com o aumento da competitividade e lucratividade desta; e não “todos os envolvidos”, tais como os funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores e a comunidade.

2.2. Balanços Sociais

Até meados dos anos 30, o acesso à informação de cunho empresarial era restrita apenas aos funcionários de alto escalão das empresas. A idéia comum era que a performance da empresa deveria ser de acesso restrito para se proteger os dividendos dos sócios.

A prática da “contabilidade social” teve início apenas na década de 1970. Países como a França e Reino Unido seriam pioneiros nessa prática, que aos poucos seria cobrada por toda a imprensa.

No Brasil, tais práticas ganham popularidade apenas na década de 1990 a partir das cobranças da sociedade civil organizada. Diante da deficiência do Estado em suprir as demandas sociais, as empresas passaram a atuar cada vez mais de forma ativa nesse sentido, incorporando um discurso social mais justo.

O Balanço Social Anual é um documento através do qual as empresas contabilizam os resultados sociais de suas atividades. Este documento é feito para que haja alguma maneira da sociedade em geral (e principalmente os acionistas das empresas) terem idéia do que está sendo feito pela empresa. Na teoria, a função desses balanços é fazer com que todos que os tenham acesso aos balanços possam avaliar, sugerir e criticar as ações das empresas de acordo com seus relatos.

A função principal do balanço social da empresa é, portanto, tornar público a responsabilidade social desta a partir de procedimentos que contam com a transparência para o público em geral, para os atentos consumidores e para os acionistas e investidores sobre o que a empresa está fazendo na área social e ambiental, o que não deixa de ser um papel de marketing, já que teoricamente, uma empresa que cumpre seu papel social atrai mais consumidores.

No Brasil, atualmente, existem três modelos de balanços sociais mais publicados. Dois deles foram criados no País, o modelo do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Guia de Elaboração do Balanço Social do Instituto Ethos. O único estrangeiro, importado pelas empresas no Brasil é o mais respeitado Balanço Social no mundo, elaborado pelo Global Reporting Initiative (GRI), chamado Diretrizes para a Elaboração de Relatório de Sustentabilidade.

A próxima parte desse capítulo tratará desses três balanços, separando-os entre os criados no Brasil e o internacional.

2.2.1. Os Principais Balanços Sociais do Brasil

2.2.1.1. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE

O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), criado em 1981, é uma instituição de utilidade pública federal, sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e a partido político. Sua missão é “*a construção da democracia, combatendo desigualdades e estimulando a participação cidadão*” (PORTAL IBASE).

Através da figura do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), o Ibase foi o pioneiro na discussão de relatórios corporativos com enfoque social no Brasil. O modelo proposto pelo Ibase começou a ser discutido em meados de 1997 e dentre os diversos temas e campos de atuação, está o da Responsabilidade social e ética nas organizações.

Trata-se de um demonstrativo anual publicado pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos movimentos sociais populares; organizações comunitárias; agricultores(as) familiares e trabalhadores(as) sem terra; lideranças, grupos e entidades de cidadania ativa; escolas, estudantes e professores(as) da rede pública de ensino fundamental e médio; rádios comunitárias e experiências em comunicação alternativa; formadores(as) de opinião nos meios de comunicação de massa; parlamentares e assessores(as); gestores(as) de políticas públicas.

Seus objetivos institucionais principais, segundo informações do site oficial²⁵ são:

1. Contribuir para uma cultura democrática de direitos

²⁵ Portal Ibase www.ibase.br

2. Fortalecer o tecido associativo na sociedade civil
3. Ampliar a capacidade de incidência em políticas públicas

Para que haja retorno e um maior diálogo entre as empresas os interessados, o Ibase criou um modelo de Balanço Social que funciona nos moldes do balanço patrimonial, porém, a prestação de contas vai no sentido de detalhar as ações sociais realizadas para todos os públicos. Tal balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente.

Desde 1998 o Ibase oferece às médias e grandes empresas que publicam balanço social no seu modelo a possibilidade de receber o “Selo Balanço Social Ibase/Betinho”. Para isso, a empresa deve cumprir uma série de critérios, estabelecidos pelo instituto, visando à ampla divulgação do documento, à transparência dos números e à participação dos diversos públicos interessados.

O primeiro passo é preencher a tabela de maneira completa. Informações e dados indisponíveis ou descritos como não-aplicáveis às operações da empresa não são aceitos. A empresa precisa declarar expressamente, em documento assinado por seu representante legal – diretor(a)/presidente(a) –, que não utiliza mão-de-obra infantil, trabalho análogo à escravidão; não está envolvida, direta ou indiretamente, com prostituição ou exploração sexual infantil; não se envolve em corrupção; e apresentar um compromisso da empresa com a valorização e o respeito à diversidade. Os compromissos e as declarações devem ser enviados ao Ibase e devem constar do preenchimento do item 7 – Outras informações²⁶.

O balanço social deve, obrigatoriamente, ser publicado em jornal ou revista de grande circulação regional ou nacional (de acordo com a abrangência e atuação da empresa) e disponibilizado na página *web* da mesma. Cada funcionário deve receber um exemplar – de forma individualizada e por meio de material impresso – acompanhado de uma mensagem da presidência salientando a importância do documento para a empresa e estabelecendo um canal de diálogo com os trabalhadores. As empresas

²⁶ Para maiores informações vide Anexo 4.

devem, também, enviar e protocolar a entrega do balanço social aos sindicatos que representam as categorias profissionais que integram o corpo funcional.

Segundo Sartore (2006) citando Mansur (2004), a Responsabilidade Social e o balanço social são ferramentas para a consolidação da democracia, que na opinião do Ibase é pautada pela comunicação e pela oportunidade de diálogo.

O modelo proposto pelo IBASE é hoje hegemônico no Brasil e tem caráter voluntário de adesão.

2.2.1.2. Instituto ETHOS

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental, idealizado por empresários e executivos oriundos do setor privado que tem como missão *“mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa”* (portal Ethos).

Atualmente, o instituto conta com 1391 associados – empresas de diferentes setores e portes – que têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas. Sua característica principal é o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente (www.institutoethos.org.br).

Segundo o portal Ethos, o instituto trabalha em cinco linhas de atuação:

- Ampliação do movimento de responsabilidade social empresarial (RSE) a partir da sensibilização e engajamento de empresas em todo o Brasil, articulação de parcerias, sensibilização da mídia para o tema da RSE, coordenação da criação do comitê brasileiro do Pacto Global da ONU etc.
- Aprofundamento de práticas em RSE a partir da elaboração dos Indicadores Ethos de RSE – incluindo versões para micro e pequenas empresas e para alguns setores da economia (que serão explorados posteriormente neste trabalho); Conferência Internacional anual, constituição de redes de interesse, promoção da publicação de balanços sociais e de relatórios de sustentabilidade e produção de publicações e manuais práticos.

- Influência sobre mercados e seus atores mais importantes, no sentido de criar um ambiente favorável à prática da RSE, a partir do desenvolvimento de programa de políticas públicas e RSE e participação em diversos conselhos governamentais para discussão da agenda pública brasileira.
- Articulação do movimento de RSE com políticas públicas.
- Produção de informação.

Os Indicadores Ethos de Responsabilidade Social foram elaborados, em 2000, pela equipe do Instituto Ethos e consultores José Edson Bacellar e Paulo Zuffo, com a contribuição da Fundação Dom Cabral, a Pact e inúmeros colaboradores, parceiros e membros de empresas associadas.

Segundo Maurício Mirra²⁷ (em entrevista cedida à autora deste trabalho), os Indicadores Ethos propõem a auto-avaliação do desempenho das empresas através de questionário (auto-diagnóstico) que aborda a postura da empresa diante os seguintes temas:

- Valores, Transparência e Governança;
- Público Interno;
- Meio Ambiente;
- Fornecedores;
- Consumidores e Clientes;
- Comunidade;
- Governo e Sociedade.

Trata-se de um instrumento de auto-avaliação e aprendizagem de uso essencialmente interno (a performance das empresas não são divulgadas publicamente e as informações são tratadas com confidencialidade).

Ao final, é apresentado para o setor, o diagnóstico geral, segundo os níveis (pontuação das maiores e menores médias do setor) que permite à empresa a

²⁷ Maurício Mirra, na época desta entrevista, era membro do Escritório de Projetos, Processos e Planejamento do Instituto Ethos de Responsabilidade Social, e foi coordenador do projeto de Implementação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social ao setor sucroalcooleiro.

comparação com as dez empresas com as melhores notas e com a média obtida pelo grupo de empresas que responderam ao questionário.

Com o objetivo de fornecer às empresas a possibilidade de um autodiagnóstico mais preciso e aprofundado, o Instituto Ethos vem desenvolvendo indicadores específicos, que abrangem dilemas e peculiaridades de cada setor empresarial²⁸.

2.2.1.3. O Principal Balanço Social Internacional Utilizado no Brasil: Global Reporting Initiative (GRI)

A GRI é uma instituição global independente que está desenvolvendo “*uma estrutura mundialmente aceita para relato de sustentabilidade*” (portal GRI). Esta, chamada Diretrizes GRI, permite às empresas e outras organizações a preparar relatórios sobre seu desempenho econômico, ambiental e social, comparáveis entre si. As Diretrizes não governam o comportamento de uma organização, ao invés disso, ajudam a descrever o resultado da adoção e aplicação de códigos, políticas, e sistemas de gestão.

Todos os documentos que compõem a Estrutura de Relatórios da GRI são desenvolvidos por meio de um processo de busca de consenso entre os envolvidos, como empresas, investidores, trabalhadores, sociedade civil, contadores e comunidade científica, entre outros, e estão sujeitos a “*testes e melhoria contínua*” (portal GRI). A Estrutura de Relatórios da GRI visa servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Leva em conta as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui o conteúdo geral e o específico por setor, acordados globalmente por vários envolvidos, como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização (G3 Guidelines GRI).

O relatório do GRI contém²⁹:

- Perfi 1 – Informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança.

²⁸ Para maiores informações vide anexo 3

²⁹ Mais informações vide anexo 5

- Informações sobre a Forma de Gestão – Dados cujo objetivo é explicitar o contexto no qual deve ser interpretado o desempenho da organização numa área específica.
- Indicadores de Desempenho – Expõem informações sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização passíveis de comparação. Sugere-se que as organizações sigam essa estrutura ao compilar seus relatórios, embora outros formatos possam ser escolhidos.

O Global Reporting Initiative (GRI) é atualmente considerado por especialistas um dos modelos de prestação de contas em ações sociais mais completo que existe. É amplamente utilizado por empresas multinacionais e tem o apoio das Nações Unidas. Recentemente, completou sua comissão permanente para constantemente atualizar suas recomendações. Até o momento (2008), cerca de 1000 organizações em mais de 60 países declararam usar a Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade da GRI.

2.2.2. Diferenças e Semelhanças dos Balanços Sociais

O quadro 7 procura resumir as principais diferenças ou semelhanças entre estes três tipos de balanços sociais.

QUADRO 7. Diferenças e Semelhanças dos Balanços Sociais

Características Gerais dos Modelos de Balanços Sociais			
Balanço Social	<i>IBASE</i>	<i>ETHOS</i>	<i>GRI</i>
Apresentação Geral	Numérico/Comparativo	Relatório/Informações Específicas	Relatório/Informações Específicas
Padrão	Nacional	Nacional	Internacional
Certificação	Possui o Selo Ibase	Não Possui	Não Possui
Público Alvo	Toda a População	Interno	Toda a População

Fonte: Dados do capítulo

Segundo Sartore (2006) citando Mansur (2004), a diferença básica entre os dois principais Balanços Sociais (BS) do Brasil (Ibase e Ethos), é que “o segundo (*Ethos*) é um tipo de relatório detalhado, narrativo, descritivo, grande, e tem o uso diferente do

Ibase. O relatório Ethos é um instrumento para gestão interna, para um público específico como a diretoria e principais acionistas. É inviável em termos de custo reproduzir um documento destes com uma tiragem de mil exemplares devido ao seu tamanho (vide anexo 3). Já o Ibase é pequeno, numérico e serve a um outro propósito, visando um outro tipo de público, e que também deve ser usado como instrumento de gestão interna de planejamento; ele traz sempre dois anos possibilitando a empresa que já tenha dois BS publicados, fazer três exercícios de gráficos e ver a evolução da sua atuação. Os dois balanços são instrumentos que se completam, tanto é que no Guia Ethos é indicado o do Ibase como anexo, já que cada um tem um público alvo diferente” (pp. 58).

2.3. Responsabilidade Social no CAI Canavieiro

A responsabilidade social empresarial em quase duas décadas desde sua identificação no Brasil, já se insere na agenda de quase todos os setores do país.

Para gerir seus negócios considerando os aspectos sociais e ambientais, o setor de açúcar e álcool deve seguir uma agenda mínima, sobretudo porque sua imagem muitas vezes é apresentada na mídia como pouco ética³⁰. Segundo Grajew (2006), a agenda mínima para o setor deve contemplar os seguintes aspectos:

- A agenda do trabalho decente deve ser observada em toda a cadeia de valor no segmento de açúcar e álcool. O trabalho escravo ainda está associado ao setor.
- A legislação ambiental deve ser seguida à risca, sobretudo quanto aos impactos ambientais decorrentes da expansão da produção canavieira. Institutos como Reserva Legal, as Áreas de Proteção Permanente e até mesmo os Corredores Ecológicos podem e devem ser valorizados e incentivados como diferencial de posicionamento estratégico do setor.
- A força da expansão dos negócios deve incorporar a economia solidária, sobretudo a pequena produção familiar. A equação de crescimento dos negócios deve contemplar a geração de trabalho e renda como aspecto social positivo.

³⁰ Algumas manchetes recentes ligadas ao setor: “Usinas lideram ranking de multas por poluição em SP” – Folha de São Paulo, 01/06/2008; “Cana concentra trabalho degradante” – Folha de São Paulo, 17/02/2008. O próximo capítulo trabalhará tal fato.

- O governo também tem seu papel, que é o de compreender a condição estratégica de ser o maior produtor de etanol como combustível alternativo aos de origem fóssil, combinando parâmetros sócio-ambientais à essa realidade. Apesar do reconhecido esforço pela profissionalização dos dirigentes de empresas familiares, o aperfeiçoamento dos valores, transparência e governança nas companhias produtoras de açúcar e álcool é fundamental para assegurar que as companhias assumirão posturas voltadas ao desenvolvimento sustentável³¹ e justo;

Para avançar na temática de Responsabilidade Social do setor, a Unica – União da Indústria da Cana-de-Açúcar, em parceria com diversos representantes do setor, têm procurado ampliar o envolvimento do público interno, atuar na capacitação de profissionais e no desenvolvimento do processo de responsabilidade social junto à cadeia de fornecedores e clientes das empresas do setor sucroalcooleiro.

Há alguns anos o setor vem buscando atestar a adoção e a prática de critérios socioambientais em sua cadeia produtiva, a fim de dar fim ao estigma da utilização de trabalho infantil ou escravo.

Diversos países estão criando normas para a importação de biocombustíveis, como a União Européia. Elas determinam, por exemplo, uma meta de adição de combustíveis renováveis aos combustíveis fósseis (álcool na gasolina e biodiesel no diesel) de 10%, a partir de 2020, em todos os países do bloco, ainda a ser aprovada. Tais normas apontam os especialistas, tendem a ser a principal referência de sustentabilidade para a cadeia do álcool, uma vez que os biocombustíveis importados que não atenderem aos critérios não serão contabilizados para efeito das metas de adição de combustíveis renováveis. Essa é uma forma dos consumidores externos não correrem o risco de comprarem produtos que escondem situações degradantes ao meio ambiente e ao social.

³¹ A definição mais aceita para desenvolvimento sustentável surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento social e econômico e a conservação ambiental,. Segundo esta, desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

2.3.1. O Complexo Agroindustrial Canavieiro e o Ibase:

Segundo dados fornecidos pelo site, podemos observar que a tendência das empresas do setor de açúcar e álcool a divulgarem seu balanço social nos moldes do Ibase é recente, conforme demonstra os dados a seguir:

Nos três primeiros anos do Balanço Social, nenhuma empresa do setor de açúcar e álcool havia divulgado seu Balanço Social nos moldes do Ibase: no primeiro ano, em 2000, apenas 8 empresas receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 1999. No ano seguinte, 25 empresas receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2000. Em 2002, 22 empresas receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2001, mas ainda nenhuma delas pertencia ao setor sucroalcooleiro.

Foi a partir do quarto ano, em 2003, que as primeiras empresas do setor aderiram a tal procedimento. Das 41 empresas que receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2002, 9 delas eram do setor sucroalcooleiro (o que corresponde a 21,95% do total).

- Cia Energética Santa Elisa - www.santaelisa.com.br
- Cia Industrial e Agrícola Ometto - www.copersucar.com.br
- Cocal Com. Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda – www.cocal.com.br
- Unialco S/A Açúcar e Álcool – www.unialco.com.br
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A - www.cerradinho.com.br
- Usina Mandu S/A - www.mandu.com.br
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A - www.usinasaodomingos.com.br
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool - www.usinaestiva.com.br
- Usina São Martinho - www.usinasaomartinho.ind.br

No ano de 2004, 59 empresas receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2003, sendo 12 do setor sucroalcooleiro (o que corresponde a 20,3% do total):

- Açúcar Guarani S/A - www.acucarguarani.com.br
- Açucareira Corona S/A - www.corona.ind.br

- Cia Energética Santa Elisa - www.santaelisa.com.br
- Cia Industrial e Agrícola Ometto - www.copersucar.com.br
- Della Coletta Usina de Açúcar e Álcool Ltda - www.coletta.com.br
- Usina Açucareira São Manoel S/A – www.saomanoel.com.br
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A - www.cerradinho.com.br
- Usina Mandu S/A - www.mandu.com.br
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A - www.usinasaodomingos.com.br
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool - www.usinaestiva.com.br
- Usina São Martinho - www.usinasaomartinho.ind.br
- Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool

No ano de 2005, 63 empresas receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2004, sendo 14 do setor sucroalcooleiro (o que corresponde a 22,22% do total):

- Açúcar Guarani S/A - www.acucarguarani.com.br
- Açucareira Corona S/A - www.corona.ind.br
- Della Coletta Usina de Açúcar e Álcool Ltda - www.coletta.com.br
- Usina Açucareira São Manoel S/A – www.saomanoel.com.br
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda - www.usinaalvorada.com.br
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A - www.cerradinho.com.br
- Usina Mandu S/A - www.mandu.com.br
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A - www.usinasaodomingos.com.br
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool - www.usinaestiva.com.br
- Usina São Martinho - www.usinasaomartinho.ind.br
- Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool
- USJ Açúcar e Álcool S/A - www.usj.com.br
- Vale do Ivai S/A Açúcar e Álcool - www.valedoivai.com.br

- Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool - www.gvo.com.br

No ano de 2006, 52 empresas receberam o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2005, sendo 12 do setor sucroalcooleiro (o que corresponde a 23% do total):

- Açúcar Guarani S/A – www.acucarguarani.com.br
- Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A - www.agrovale.com
- Ferrari Agroindústria Ltda – www.usinaferrari.com.br
- Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool – www.usinasantacruz.com.br
- Usina Açucareira São Manoel S/A – www.saomanoel.com.br
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda – www.usinaalvorada.com.
- Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A – www.cerradinho.com.br
- Usina Mandu S/A – www.mandu.com.br
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A – www.usinasaodomingos.com.br
- Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool – www.usinaestiva.com.br
- Vale do Ivaí S/A Açúcar e Álcool – www.valedoivai.com.br
- Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool – www.gvo.com.br

O Ibase suspendeu a entrega do Selo Balanço Social Ibase/Betinho, que está em fase de avaliação e reformulação em 2008, mas autorizou as empresas a utilizar o Selo Balanço Social Ibase/Betinho 2007 após publicarem seus balanços sociais no modelo sugerido pelo Ibase, cumprirem todos os critérios de divulgação estabelecidos por este instituto e passarem por período de consulta pública.

A lista do balanço de 2007 compreende 17 empresas, sendo 5 destas do setor de açúcar e álcool (o que corresponde a 29,41% do total – maior porcentagem observada):

- Antônio Ruelle Agroindustrial Ltda - www.usinaruelle.com.br
- Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda - www.usinaalvorada.com.br
- Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A - www.usinasaodomingos.com.br
- Vale do Ivaí S/A Açúcar e Álcool - www.valedoivai.com.br

QUADRO 8. Empresas do setor de açúcar e álcool que divulgaram o Balanço Social do Ibase

Usina	2003	2004	2005	2006	2007
Cia Energética Santa Elisa	Sim	Sim			
Cia Industrial e Agrícola Ometto	Sim	Sim			
Cocal Com. Indústria Canaã Açúcar e Álcool Ltda	Sim				
Unialco S/A Açúcar e Álcool	Sim				
Usina Cerradinho Açúcar e Álcool S/A	Sim	Sim	Sim	Sim	
Usina Mandu S/A	Sim	Sim	Sim	Sim	
Usina São Domingos Açúcar e Álcool S/A	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Usina São José da Estiva S/A Açúcar e Álcool	Sim	Sim	Sim	Sim	
Usina São Martinho	Sim	Sim	Sim		
Açúcar Guarani S/A		Sim	Sim	Sim	
Açucareira Corona S/A		Sim	Sim		
Della Coletta Usina de Açúcar e Álcool Ltda		Sim	Sim		
Usina Açucareira São Manoel S/A		Sim	Sim	Sim	
Usina Vista Alegre Açúcar e Álcool		Sim	Sim		
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda			Sim	Sim	Sim
USJ Açúcar e Álcool S/A			Sim		
Vale do Ivai S/A Açúcar e Álcool			Sim	Sim	Sim
Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool			Sim	Sim	
Agrovale - Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A				Sim	
Ferrari Agroindústria Ltda				Sim	
Santa Cruz S/A Açúcar e Álcool				Sim	
Antônio Ruette Agroindustrial Ltda					Sim

Fonte: Ibase e informações deste capítulo

O que se pode observar deste quadro é que ao longo dos anos a procura por divulgação das práticas de RSE pelas empresas do setor de açúcar e álcool diminuiu, o

que nos faz concluir que o IBASE não tem sido visto como o Balanço Social mais atraente para esse setor.

2.3.2. O Complexo Agroindustrial Canavieiro e o Instituto Ethos

Em abril de 2006, a UNICA firmou parceria com o Instituto Ethos para a implementação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Sócio Empresarial, com o intuito de mapear, por meio de questionários de autoavaliação, como está cada empresa do setor de açúcar e álcool. Segundo Maurício Mirra, em entrevista à autora, cerca de 30 Usinas associadas à entidade e 900 colaboradores, através de convênio junto ao UniEthos (com ação de capacitação e treinamento In Company) participam da implementação. O convênio assinado com o Instituto Ethos - o primeiro do gênero no agronegócio nacional - prevê a aplicação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social nas unidades instaladas nas regiões de Piracicaba, São José do Rio Preto, Araraquara e Ribeirão Preto.

2.3.3. O Complexo Agroindustrial Canavieiro e o GRI

Desde 2006, a UNICA vem trabalhando na implantação do relatório de formato internacional de sustentabilidade com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI). No mês de setembro de 2008, foi divulgado o primeiro Relatório Socioambiental do setor sucroenergético brasileiro. Para elaborar o relatório, foram obedecidos os princípios e critérios estabelecidos pelo GRI, ou Global Reporting Initiative, entidade de abrangência global cujas diretrizes permitem às organizações e empresas divulgar seu desempenho em termos de sustentabilidade com clareza, credibilidade e de forma que seja possível comparar desempenhos (conforme descrito anteriormente neste capítulo).

O presidente da Unica, Marcos Jank, ao comentar a adesão da entidade ao relatório no padrão Global Reporting Initiative (GRI) em entrevista à Revista Dinheiro Rural³², diz: “(O relatório) *se torna uma ferramenta de gestão e ajuda a trazer à tona a imagem verdadeira do setor. O objetivo é dar transparência, trazendo informação da boa governança corporativa das associadas nos planos social, ambiental e econômico. Nós sentíamos que alguns associados tinham resistência. Mas cada vez mais estão*

³² Artigo “Sustentabilidade é a prioridade” – Dinheiro Rural em 14/01/2009.

querendo participar. Tanto que estamos com uma equipe a campo, dando assistência e treinamentos nas usinas para elas fazerem seus próprios relatórios”.

No total, o Relatório Socioambiental da UNICA identifica 618 projetos socioambientais desenvolvidos e mantidos por suas empresas associadas em 157 municípios. Distribuídas nas áreas de saúde, qualidade de vida, esporte, cultura, educação, capacitação e meio ambiente, as iniciativas reforçam o comprometimento do setor com a sustentabilidade de suas atividades³³. Juntos, os projetos agregam investimentos de R\$ 158 milhões, e beneficiam quase meio milhão de pessoas segundo Iza Barbosa em artigo publicado na revista de agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (AgroAnalysis)³⁴.

Segundo ela, “a adesão foi de cerca de 30 Usinas, sendo que empresas que possuíam mais de uma unidade optaram por participar através de apenas uma oficina. O processo é voluntário e representou o esforço na direção de aperfeiçoamento do setor que revela algum avanço e algumas ameaças, sobretudo nas relações de trabalho. A eficácia da aplicação dos Indicadores será avaliada pelo grau de continuidade no trabalho especialmente quanto aos planos de ação que cada temática pode gerar”.

Podemos observar que ao mesmo tempo que as empresas do setor tem diminuído sua adesão ao Balanço Social do Ibase, a UNICA tem firmado parceria com o Instituto Ethos para a elaboração de indicadores direcionados especificamente ao setor, e com o GRI, com o objetivo de criar um relatório em seus formatos. Tal fato nos indica que a escolha do Ethos e GRI, e não do Ibase, pode estar relacionado ao modo como os modelos atuam. O elaborado pelo Instituto Ethos mostra uma comparação entre as empresas do setor, e tem como público alvo apenas o corpo que compõe a gestão interna da empresa, como a alta gerência e os acionistas. Além disso, este fornece às empresas a possibilidade de um autodiagnóstico mais preciso e aprofundado. O relatório nos moldes do GRI tem aceitação internacional e por isso apresenta um caráter mais institucionalizado para empresas que buscam atestar sua ética e transparência ao mundo. Assim, em termos de adequação às necessidades das empresas de açúcar e álcool neste momento, nos parece que o relatório nos moldes do Instituto Ethos e GRI se apresentam como mais eficazes do que o Balanço Social do Ibase, com caráter mais demonstrativo, de grande tiragem, direcionado à toda a população.

³³ Maiores informações vide anexo 6.

³⁴ Artigo “Responsabilidade socioambiental: trabalhando em silêncio”, Revista AgroAnalysis, agosto de 2008.

2.4. Conclusões

O que se pode concluir deste capítulo é que seguindo a tendência mundial, o Complexo Agroindustrial Canavieiro tem percebido a importância da adesão à temática de responsabilidade social em suas estratégias.

A introdução de práticas de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) por estas empresas pode ser entendido, a partir da investigação apontada neste trabalho, pela necessidade de se mostrarem éticas e responsáveis no atual momento, em que vivenciam as boas perspectivas de mercado para seus produtos. Nessa fase, é necessário acabar com o estigma negativo que sempre acompanhou o setor, como explorador de mão de obra e destruidor ambiental, para incorporarem uma nova imagem, de éticas e transparentes.

Além disso, conforme observado no anexo 1 – Novo Mercado, o mercado secundário cobra das empresas que buscam negociar suas ações na Bolsa de Valores as “boas práticas de Governança Corporativa”; e o discurso da responsabilidade social atual cabe perfeitamente para estas empresas neste momento.

Os balanços sociais passam a ser um dos principais recursos utilizado por essas empresas, para provarem sua ética e transparência. Em abril de 2006 a Unica firmou parceria com o Instituto Ethos para a implementação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Sócio Empresarial direcionada ao setor de açúcar e álcool. E em 2008, foi divulgado o primeiro Relatório Socioambiental do setor sucroenergético brasileiro, elaborado também pela UNICA e obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos pelo GRI.

Tais fatos nos indicam que há um esforço do setor para a implementações de responsabilidade social em sua cadeia. Fica claro que o discurso da RSE pode corresponder às necessidades das empresas do Complexo Agroindustrial neste momento, o qual buscam aumentar suas vendas, principalmente de álcool para os exigentes mercados europeu e americano.

Neste capítulo foi possível revelar também que há uma coincidência temporal entre a divulgação dos relatórios de RSE tanto nos moldes do GRI, quanto do Instituto Ethos, e o movimento de abertura de capitais, iniciados pelo grupo Cosan, o primeiro grupo a abrir seu capital na Bovespa.

CAPÍTULO 3. O CRESCIMENTO COM GRAVES IMPACTOS

O objetivo deste capítulo é verificar se a abertura de capitais de algumas empresas do setor de açúcar e álcool está, de fato, relacionada ao movimento de incorporação de práticas de RSE. Para isto, buscamos investigar como o cenário do setor se apresenta nesse momento.

Para trabalharmos tais questões, este capítulo foi organizado em 3 partes: a parte 3.1. trata dos impactos ambientais que o setor ainda acarreta ao País. Nesta parte são identificadas algumas denúncias de práticas que transgridem a legislação ambiental do País, como o excesso de queimada, e listadas as usinas que estão sendo autuadas por tais infrações. Na parte 3.2., trataremos do impacto social a partir de subdivisões, que abordam questões ligadas ao desemprego e condições de vida e trabalho dos trabalhadores do setor. Nestas partes, também são identificadas denúncias de infrações correlacionadas ao social, e as usinas autuadas. Na parte 3.3. serão discutidas as conclusões parciais deste capítulo.

3.1. Impacto Ambiental. Ainda presente?

Os solos brasileiros possuem um ótimo potencial para o cultivo da cana de açúcar (ALVES, 2006 citando UNICAMP, 2006), principalmente as regiões Centro-Sul do estado de São Paulo e Sul de Minas Gerais (onde os períodos de seca e chuva são bem definidos), o que significa que podem ser ocupadas sem grandes investimentos em infra-estrutura.

Segundo Alves (2006), o atual modelo de expansão da cana segue os mesmos moldes adotados pela expansão de qualquer outra cultura comercial no Brasil (derrubada da madeira; fogo - destruindo a mata nativa; transformação de áreas de floresta em pasto; produção de gado; transformação das áreas de pasto em áreas agrícolas; produção de agricultura comercial), e vem se alastrando com muita rapidez, ocupando tanto áreas destinadas a outras culturas, quanto às poucas onde ainda se encontram restos de matas nativas, causando sérios problemas ambientais. Na Região da Bacia do Mogi-Guaçu, nordeste de São Paulo, o aumento da produção de cana provocou a redução da cobertura nativa de mata, redução da mata ciliar e a eliminação de lagoas fluviais, fundamentais para que os rios da Bacia pudessem expandir-se nos períodos de cheia, sem provocar inundações indesejáveis (ALVES, 2003).

Isso significa que a expansão dessa monocultura sem qualquer planejamento ambiental contribuirá para a ocorrência de sérios danos, no médio e longo prazo, tanto ao meio ambiente, quanto à própria população. Segundo Assis *et al* (2007), o cultivo de monoculturas em grandes extensões de terra é apontado por movimentos sociais e ambientalistas como provedor de desigualdades no campo e como entrave à reprodução social das populações camponesas.

Segundo dados do IBGE³⁵, houve uma variação de 12,8% de aumento das áreas ocupadas pela cana-de-açúcar no País da safra de 2007 para a de 2008. Em 2007, a área (em ha) colhida da cana era de 7.080.920, e em 2008, a área aumentou para 7.549.682 ha.

A tabela 5 mostra como a cultura da cana tem se expandido a cada ano no País, atingindo regiões nunca antes utilizadas para a plantação da cana, como o Norte do País e a Amazônia Legal (Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão):

TABELA 5. Área colhida (ha) de Cana-de-açúcar, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação produtoras Brasil - 2001-2007

Grandes Regiões e Unidades da Federação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Cana-de-açúcar							
Brasil	4 957 897	5 100 405	5 371 020	5 631 741	5 805 518	6 144 286	7 080 920
Norte	14 956	13 279	13 105	15 339	17 667	20 972	21 448
Rondônia	504	210	348	415	700	1 278	847
Acre	239	305	529	648	717	973	1022
Amazonas	4 145	4 237	3 715	3 827	5 740	5 967	5955
Roraima	354	359	372	369	375	375	375
Pará	5 884	5 320	5 303	7 265	7 301	8 761	9455
Amapá	90	85	93	93	72	80	80
Tocantins	3 740	2 763	2 745	2 722	2 762	3 538	3714
Nordeste	1 090 232	1 096 827	1 112 223	1 136 511	1 127 812	1 120 547	1 189 208
Maranhão	21 524	23 109	27 920	26 791	31 728	39 301	42 311
Piauí	6 942	7 700	8 693	9 012	9 966	10 213	12 372

³⁵ Mais informações no site www.ibge.gov.br

Ceará	33 651	33 974	33 312	33 972	35 098	29 067	40 098
Rio Grande do Norte	34 741	48 980	49 019	52 333	53 914	55 623	61 424
Paraíba	98 177	98 897	111 716	116 671	105 403	116 115	120 004
Pernambuco	339 350	348 217	359 387	363 554	367 022	332 368	356 520
Alagoas	455 643	437 979	415 669	423 225	406 788	402 253	410 821
Sergipe	20 526	17 584	22 687	25 202	26 867	31 356	38 616
Bahia	79 678	80 387	83 820	85 751	91 026	104 251	107 042
Sudeste	3 070 061	3 146 810	3 340 536	3 517 364	3 666 508	3 931 461	4 588 464
Minas Gerais	294 178	277 897	303 043	334 658	349 104	430 922	496 890
Espírito Santo	46 684	47 751	58 039	60 128	64 373	64 042	68 816
Rio de Janeiro	162 021	160 212	161 850	170 774	168 279	151 816	132 344
São Paulo	2 567 178	2 660 950	2 817 604	2 951 804	3 084 752	3 284 681	3 890 414
Sul	386 236	409 298	422 732	447 940	453 673	483 246	592 438
Paraná	338 013	358 874	373 839	399 527	404 520	432 815	538 931
Santa Catarina	16 933	17 422	16 728	16 480	16 714	17 154	17 740
Rio Grande do Sul	31 290	33 002	32 165	31 933	32 439	33 277	35 767
Centro-Oeste	396 412	434 191	482 424	514 587	539 858	588 060	689 382
Mato Grosso do Sul	99 673	112 100	120 534	130 970	136 803	152 747	191 577
Mato Grosso	166 510	176 666	196 684	206 829	205 961	202 182	219 217
Goiás	129 921	145 069	164 861	176 328	196 596	232 577	278 000
Distrito Federal	308	356	345	460	498	554	568

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal 2001-2007³⁶.

Segundo projeto Canasat, mantido por instituições como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) e a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), a área cultivada com cana cresceu até 40%, entre 2007 e 2008, no Centro-Sul. Goiás e Mato Grosso do Sul lideram a expansão porcentual, com ampliação de, respectivamente, 39,38% e 36,9% na área plantada entre 2007 e 2008, como mostram as imagens do satélite. Em Goiás, a área saltou de 278.000 hectares para 457.580 hectares no período e, em Mato Grosso do Sul, foi de 191.577

³⁶ Mesmo em Fevereiro de 2009, o IBGE não dispunha de nenhum dado referente ao ano de 2008 ou 2009.

hectares para 310.710 hectares. Ao todo, foram cultivados 917,9 mil hectares a mais do que na safra anterior nos estados de São Paulo, maior produtor de cana do país, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, o que corresponde a um aumento de 15,7%. A área total foi estimada em 6,53 milhões de hectares.

Outros problemas ambientais trazidos pela cultura da cana além do desmatamento, são:

1. Queima da palha previamente a colheita, poluindo a atmosfera. A utilização dessa técnica reduz cerca de 80 a 90% o volume de palha da cana, ao mesmo tempo em que facilita o corte manual, diminui os custos de transporte e compensa perdas de até 20% na safra (ASSIS & LASCHEFSKI, 2006). Segundo levantamento do jornal Folha de São Paulo³⁷, com bases nas autorizações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em um mês de safra (desde o dia 21 de abril até 21 de maio), as usinas já queimaram 21.867 hectares nas 25 cidades da microrregião de Ribeirão Preto (SP). Apesar disso, segundo o diretor de controle ambiental da Cetesb, Otávio Okano, tal região tem o menor nível de queimada de cana do Estado, por causa da mecanização das usinas – 60% delas usam máquinas na colheita.
2. Grande utilização de agrotóxicos nas diferentes fases de produção da cultura;
3. Utilização de vinhaça (subproduto da produção de álcool) como fertilizante da cana. Seu vazamento para cursos d'água causa grande contaminação dos lençóis freáticos e superficiais causando enormes desastres ambientais.
4. Concentração de terras nas mãos de capitalistas rurais³⁸;

³⁷ “Ribeirão queima 26 mil Maracanãs em um mês”. Jornal Folha de São Paulo, 22 de maio de 2008, Caderno Ribeirão, p. C1.

³⁸ Cerca de 3% do total das propriedades rurais do país são latifúndios, ocupando 56,7% das terras agriculturáveis – de acordo com o Atlas Fundiário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Isso significa que a área relativa aos estados de São Paulo e Paraná juntos está nas mãos dos 300 maiores proprietários rurais, enquanto 4,8 milhões de famílias estão à espera de chão para plantar. Apoiados, entretanto, nos números da produção agrícola e nas divisas geradas pela exportação de suas mercadorias, os ruralistas tentam justificar a existência dessas grandes propriedades, inserindo-as no agronegócio. Em defesa do latifúndio, dizem que não há mais terras improdutivas, desconsideram a participação das pequenas propriedades na produção agrícola e afirmam que a reforma agrária já não é mais necessária.

Segundo dados da Cetesb (Companhia Tecnológica de Saneamento Ambiental), divulgados pelo jornal Folha de São Paulo de 16/12/2008³⁹, o setor sucroalcooleiro lidera o ranking do valor de multas aplicadas pelo governo de São Paulo por poluição ou desrespeito à legislação ambiental entre todas as áreas da indústria. No período de Janeiro a Novembro de 2008, as multas direcionadas ao setor sucroalcooleiro somaram mais de R\$ 2,6 milhões, a maioria na região de Ribeirão Preto. De um total de 70 multas acima de 1.000 Ufesps (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo) aplicadas no período, 31 foram direcionadas à 16 usinas da região.

Entre as usinas multadas, estão grandes grupos empresariais, dentre eles alguns com capital aberto:

- Usina Guarani – Olímpia SP (Açúcar Guarani S/A, que tem como maior acionista o Grupo Tereos). Além de ser um dos seis grupos com capital aberto na Bolsa de Valores, apresenta em seu site extensos projetos voltados à responsabilidade social e ambiental, demonstrando grande preocupação com tais questões, além de possuir o selo do Ibase de 2004 a 2006 (vide anexo 4 sobre o Balanço Social da Usina). Segundo o Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI elaborado pela Unica, a Açúcar Guarani S/A possui 25 projetos voltados à Responsabilidade Social e Ambiental, sendo 7 deles voltados especificamente ao Meio Ambiente.
- Usina da Barra – Guariba SP (Usina da Barra S/A – Família Ometto). Tal unidade pertence ao maior grupo do setor, o grupo Cosan, que além de ter sido o pioneiro em abrir seu capital para negociação na Bovespa, prioriza, segundo informações do seu site, projetos voltados a Responsabilidade Social e Ambiental. O grupo está listado em diversos projetos de Responsabilidade Social e Ambiental do Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI elaborado pela Unica.
- Usina Mandu – Guaíra SP (Usina Mandu S/A associado ao grupo Crystalsev), que apresenta projetos de Responsabilidade Social em seu site e tem seu balanço Social divulgado de 2003 a 2006. Esta usina foi a que recebeu maior número de autuações ao longo de 2008 - cinco no total, somando R\$ 424.000,00 em multas, entretanto, segundo o Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI elaborado pela Unica, esta participa de 15 projetos voltados à

³⁹ “Usinas lideram ranking de multas por poluição em SP”, 16/12/2008, Caderno Cotidiano, p. C1.

Responsabilidade Social e Ambiental, sendo 3 deles específicos da área de Meio Ambiente - projetos 41, 42 e 48 (Anexo 6).

- Santelisa - Morro Agudo SP (Grupo Santelisa Vale/Santelisa Bioenergia S/A, tendo como composição societária as famílias Biagi e Junqueira, os investidores Goldman Sachs e BNDESPAR, além de demais acionistas). O site do grupo⁴⁰ apresenta diversas preocupações com o meio ambiente: “(o grupo) *mantém forte compromisso com a preservação da biodiversidade, além de ser atuante em programas de prevenção e segurança ambiental nas regiões onde opera*”. Além disso, o grupo participa de 30 projetos de Responsabilidade Social e Ambiental segundo o Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI elaborado pela Unica. Cinco deles são voltados especificamente ao meio ambiente.

Como podemos observar, apesar de todas essas usinas listadas estarem ligadas à reconhecidos e poderosos grupos do setor de açúcar e álcool e apresentarem projetos ligados à responsabilidade social e ambiental, foram autuadas por transgredirem a legislação ambiental.

3.2. Impacto Social

Na atual fase de expansão do CAI Canavieiro Paulista, a principal estratégia das usinas é operar sob baixo custo. Segundo Novaes (2007a), os técnicos das usinas de cana preferem operar com lógicas diferenciadas para o recrutamento e a gestão da mão-de-obra. Com a introdução de novos arranjos produtivos, a organização do trabalho nas usinas gira em torno de maior produtividade e mais disciplina por parte dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, segundo Novaes (2007a), provocam maior segmentação da força de trabalho, intensificando a precarização e imprimindo nova dinâmica na seleção destes.

As usinas que dizem adotar práticas de responsabilidade social devem estar atentas à todos os pontos sociais que historicamente caracterizaram o setor de açúcar e álcool, os quais serão mostrados a seguir:

⁴⁰ Maiores informações www.santelisavale.com.br

3.2.1.Corte Manual

3.2.1.1.Desemprego

A fase da colheita da cana-de-açúcar é dividida em três atividades: corte; carregamento e transporte. As duas últimas foram modernizadas através da introdução de carregadeiras de cana, chamadas de guinchos, e dos caminhões de transporte, há décadas, mas a fase do corte ainda é constituída por dois universos distintos, que correspondem ao corte mecanizado e o não mecanizado. O primeiro apresenta como critério de seleção dos trabalhadores: escolaridade, local de moradia próximo às usinas e especialização. Esses trabalhadores são contratados diretamente pelas usinas mediante o contrato por tempo indeterminado, que assegura, além dos direitos trabalhistas básico, o seguro desemprego quando houver demissão.

O sistema manual de corte já apresenta outros tipos de exigências na seleção. Os principais requisitos são: habilidade, destreza e força física. O contrato é feito por safras, o que significa que os trabalhadores, por lei, não recebem o seguro desemprego no final do contrato (NOVAES, 2007b).

O processo do corte manual é altamente desgastante em termos físicos. Na década de 1980, a média (produtividade) exigida era de 5 a 8 toneladas de cana cortada/dia; em 1990, passa para 8 a 9; em 2000 para 10 e em 2004 para 12 a 15 toneladas de cana/dia para cada trabalhador. Atualmente (safra de 2007/2008), muitos trabalhadores que buscam se manter no cargo de cortadores de cana, chegam a uma média de 16-17 toneladas cana/dia. Por esse motivo, a maioria dos trabalhadores desta atividade são homens e jovens. (NOVAES, 2007a, SILVA, 2006, ALVES, 2007). Tais condições se deterioraram muito por conta da competição com a mecanização da colheita.

Os trabalhadores do corte manual são remunerados por produção, isto é, o pagamento monetário que terão direito no final do mês depende da quantidade de cana cortada. Esta quantidade é medida em metros lineares, e corresponde ao comprimento do eito que ele conseguiu alcançar em cada um dos dias trabalhados, porém, o valor da cana é definido em tonelada de cana, daí há a necessidade de conversão do valor da tonelada de cana para o valor do metro linear. Esta conversão é feita pelas usinas sem o controle dos trabalhadores, já que o local onde está a balança de pesagem fica distante do eito – nas usinas (ALVES, 2007).

No entanto, os cortadores de cana são remunerados acima da média dos demais trabalhadores rurais (em média, os trabalhadores deste segmento atingem um pagamento por corte superior ao salário mínimo no Brasil), o que tem atraído grandes contingentes de trabalhadores migrantes sazonais provenientes das regiões mais pobres do país, que será tratado na próxima parte.

A proporção de utilização do tipo de corte, segundo Novaes (2007a), varia de acordo com as estratégias de cada unidade de produção e das suas restrições técnicas apresentadas pelas colheitadeiras mecânicas. Entretanto, devido ao baixo custo do sistema manual de corte de cana (devido ao grande número de trabalhadores disponíveis, que será tratado adiante) e ao alto preço das máquinas cortadeiras, a questão da mecanização ainda é discutida por muitas empresas do setor, entretanto, podemos observar que a escolha por esta estratégia vem crescendo a cada safra.

O desemprego desses trabalhadores, que será causado como consequência da mecanização da colheita da cana, como é previsto há quase 20 anos, aponta para pelo menos 170 mil cortadores de todo o Estado.

Segundo notícias divulgadas, dentre elas o Jornal O Globo Online⁴¹, nenhuma vaga foi aberta no corte de cana nos últimos dois anos. Todo o incremento de produção no centro-sul, quando a safra saltou de 372 milhões de toneladas para 487 milhões, foi feita com colheita mecanizada. "*A colheita mecanizada é hoje 25% mais barata que a contratação de trabalhadores. Cada máquina substitui 90 trabalhadores por dia*", afirmou o diretor técnico da Unica, Antonio de Pádua Rodrigues. Em dois anos, o número de pessoas diretamente envolvidas no corte no Estado de São Paulo caiu de 158 mil para 140 mil, segundo a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica).

Conforme dito pelo diretor regional da UNICA, Sérgio Prado, existe um projeto a ser implementado no mês de fevereiro de 2009 que busca solucionar o problema do desemprego causado pela introdução das máquinas cortadeiras no setor, e apesar das medidas ainda estarem sendo estudadas, já está sendo montado um projeto de qualificação dos trabalhadores que será desenvolvido em todas as regiões do Estado de São Paulo, com a participação de toda a sociedade. Além do Governo e da Unica, estão envolvidos segmentos da indústria e com o Senai.

O objetivo deste programa é criar vagas em outras atividades da indústria, na área

⁴¹ "Avanços no setor canavieiro trazem desafios sociais" em 20/10/2008

de fornecedores do setor e serviços a partir da qualificação dos trabalhadores do corte da cana. Existe a previsão de criação de 80 mil novos postos que exigem mais qualificação do trabalhador com a mecanização do corte.

3.2.1.2. Condições de Vida e Trabalho

De acordo com relatos de trabalhadores divulgados na pesquisa de Silva (2006), os trabalhadores que trabalham no corte de cana do estado de São Paulo são, em sua maioria migrantes. Segundo a pesquisadora, quando migram, em geral, estes são trazidos pelos “gatos”, viajam em ônibus clandestinos, “ganham” a passagem (pagam após receberem o primeiro salário), e, em alguns momentos, são submetidos às condições análogas às de escravo, segundo denúncias da Promotoria Pública, do Ministério do Trabalho e da Pastoral do Migrante.

A razão da migração desses trabalhadores para o corte de cana no Estado de São Paulo, segundo Silva (2006), vem ocorrendo em razão do avanço do agronegócio da sojicultura e pecuária, responsáveis pelo processo de expropriação do campesinato da região desses Estados, de um lado, e, do outro, do setor sucroalcooleiro paulista, demandante de grandes contingentes de força de trabalho.

O motivo da preferência das usinas por esses migrantes, segundo Novaes (2007a), se evidencia nos elevados níveis de produtividade desses trabalhadores no corte de cana. Estes que já estão habituados, desde criança ao trabalho duro da terra para assegurar a sobrevivência da família, são vistos pelos técnicos das usinas como a perfeita força de trabalho para o corte. Isso porque, além do trabalho ser árduo e estafante, pois exige um grande dispêndio de força e energia, os trabalhadores migrantes chegam à região paulista sem outra escolha, vulneráveis devido à ausência de trabalho em suas regiões de origem.

As condições de moradia oferecida à esses trabalhadores são precárias. Os alojamentos oferecidos pelas usinas contratantes são alvos de denúncias e multas constantes. Segundo informações divulgadas pela mídia, estes são superlotados, muitas vezes com esgoto a céu aberto e apertados.

Além disso, o excesso de trabalho exigido pelas usinas acaba ultrapassando os limites do corpo dos trabalhadores do corte da cana-de-açúcar, causando muitas vezes a morte. Segundo dados divulgados pela Pastoral do Migrante, foram registrados 22 mortes de trabalhadores nas últimas quatro safras do estado de São Paulo; e apenas no

início da safra 2007/2008, diversas de usinas foram multadas por graves violações à Legislação Trabalhista.

3.2.2. Medidas públicas para sanar as irregularidades

Segundo cálculos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), existem no Brasil 25 mil pessoas submetidas às condições análogas ao trabalho escravo. Visando eliminar tal problema no Brasil, o Governo Federal criou o “Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo”, que atende às determinações do Plano Nacional de Direitos Humanos e expressa uma política pública permanente a partir de medidas a serem cumpridas pelos diversos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público e entidades da sociedade civil brasileira. O Plano foi elaborado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), é constituído pela Resolução 05/2002 do CDDPH (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO).

Nesse sentido, o Ministério do Trabalho e Emprego mantém um Grupo Especial de Fiscalização Móvel, que resgata trabalhadores em situações análogas à escravidão, e o Governo Federal, a partir da Portaria 540 de 15/10/2004 disponibiliza um cadastro de empregadores que foram autuados por estes grupos móveis, conhecido como “lista suja”. Dessa forma, as empresas signatárias do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo podem consultar se determinada propriedade está na relação. A ferramenta é de grande importância para que o setor empresarial cheque com rapidez quais fazendas devem ser suspensas das listas de fornecedores. O acesso a esse banco de dados é livre e as informações são constantemente atualizadas com base nas informações fornecidas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

Segundo as regras do Ministério do Trabalho e Emprego, a inclusão do nome do infrator acontecerá após o final do processo administrativo criado pelos autos da fiscalização. A exclusão, por sua vez, depende de monitoramento do infrator pelo período de dois anos. Se durante esse período não houver reincidência do crime e forem pagas todas as multas resultantes da ação de fiscalização e quitados os débitos trabalhistas e previdenciários, o nome será retirado.

O Ministério da Integração Nacional impede os relacionados de obterem novos contratos com os Fundos Constitucionais de Financiamento (portaria nº 1150, de 18 de novembro de 2003 do MIN), administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco da

Amazônia e Banco do Brasil. O Banco do Brasil impede os relacionados a obterem novos contratos de qualquer modalidade de crédito. O Ministério da Fazenda e o Conselho Monetário Nacional estão viabilizando o corte de todas as formas de crédito, inclusive nas instituições privadas.

Segundo a Unica, o usineiro Maurílio Biagi Filho, do grupo Santelisa Vale S/A, conselheiro da instituição, considera o aumento da fiscalização positivo, desde que seja "construtivo", o que, para ele, é atualmente raro no país. "*Hoje, [as fiscalizações] só acontecem sob holofotes. Isso é extremamente negativo para o Brasil lá fora*", afirmou ele. O usineiro disse ainda que as recentes notícias sobre irregularidades trabalhistas nas usinas brasileiras já causaram um prejuízo real à imagem do setor no exterior. Ele teme que esse dano seja ainda maior. "*O grande problema é a generalização. Atrapalha a idéia sobre o Brasil como um todo*", afirmou. "*E, hoje, uma das coisas que nos diferenciam é o biocombustível.*"

3.2.3. Problemas que devem ser sanados

Segundo o jornal Folha de São Paulo, em 2007, os grupos móveis do Ministério do Trabalho resgataram em propriedades do setor sucroalcooleiro 3.117 pessoas em situação degradante – 53% do total de 5.877. O restante foi resgatado em atividades como carvoaria e pecuária. Neste ano (2007), o setor enfrentou diversas denúncias de trabalho escravo, com repercussões em todo o País, como o caso da fazenda e usina Pagrisa (Pará Pastoral e Agrícola S.A.), onde foram constatados 1.064 trabalhadores escravizados⁴² no empreendimento em Ulianópolis (PA). Foi a maior libertação realizada pelo governo desde 1995, quando o grupo móvel do Ministério do Trabalho foi criado. Neste caso, segundo os auditores fiscais, foram encontradas irregularidades como proibição de descanso das 4h30 até depois das 18h, a não ser para almoço, banheiros sem nenhuma higiene ou conservação, água quente e com gosto de ferrugem e alimentos de baixa qualidade.

⁴² De acordo com o auditor fiscal do trabalho e coordenador da ação, Humberto Célio Pereira, havia trabalhadores que recebiam apenas R\$ 10,00 por mês, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber de salário. O auditor informa ainda que a comida fornecida aos trabalhadores estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, não havia transporte à disposição dos trabalhadores para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros.

Entretanto, ao analisar as informações que o site do grupo disponibiliza na internet, observamos a importância dada à Responsabilidade Social, a partir de tópicos como “Relações Trabalhistas e Qualidade de Vida”, “Projetos Sociais” e “Meio Ambiente”: *“um dos pontos fortes da Pagrisa são os investimentos em educação e capacitação profissional”*. O grupo Pagrisa é Sociedade Anônima, mas não com capital aberto.

Além do caso Pagrisa, outro caso em 2007 que ganhou repercussão foi o dos mais de 800 indígenas resgatados de trabalho degradante da fazenda e usina Debrasa, em Brasilândia (MS), pertencente à Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA)/Agrisul Agrícola Ltda, que faz parte do poderoso Grupo José Pessoa - que possui diversos certificados, como o Selo ABRINQ - Selo EMPRESA CIDADÃ, Iso 9002, Sistema de Gestão 5 Ss). A fiscalização encontrou condições bastante precárias de transporte e alojamento. Por causa da operação, as empresas do grupo foram suspensas do Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo⁴³, e o presidente José Pessoa Queiroz Bisneto foi afastado do Conselho Consultivo do Instituto Ethos.

Assim como no caso do grupo Pagrisa, o grupo José Pessoa também demonstra em seu site forte preocupação com a Responsabilidade Social: *“Com visão voltada para o desenvolvimento das regiões onde possui suas unidades, investimos em projetos de responsabilidade social em diversas unidades”*.

Ao analisar a lista de cadastros de empregadores autuados pelos grupos móveis do Ministério do Trabalho de 2008⁴⁴, pode-se identificar apenas seis empregadores pertencentes ao setor de açúcar e álcool, de um total de 212. Entretanto, se formos analisar o número de libertações de trabalhadores neste setor pelos grupos móveis, foram 1.559 apenas nas lavouras de cana, o que corresponde 67,7% do total de 2.302 pessoas retiradas dos casos de escravidão contemporânea que foram inseridos na relação de infratores mantida pelo governo federal. Alguns grandes empreendimentos do setor de açúcar e álcool foram incorporados à "lista suja", mas ao analisar esse rol, observamos que todos os empregadores autuados pertencem à empresas limitada (Ltda), (não correspondendo, assim, por Sociedades Anônimas com capital aberto). Além disso, apenas o grupo José Pessoa (Agrisul Agrícola Ltda) pertence à Região Centro-Sul do País (região mais representativa para os setor) e foi excluído definitivamente do Pacto

⁴³. Mais informações http://www.mte.gov.br/trab_escravo/7337.pdf

⁴⁴ Mais informações http://www.mte.gov.br/trab_escravo/lista_20081229.pdf

Nacional pela Erradicação do Trabalho por reincidir na prática de trabalho degradante. Em junho de 2008, o grupo de fiscalização móvel encontrou documentos retidos numa mercearia de 55 trabalhadores vindos do Vale do Jequitinhonha que trabalhavam na unidade da Agrisul em Icém (SP), divisa de São Paulo com Minas Gerais.

Igualmente responsabilizado pela exploração ilegal de cerca de 150 indígenas dos povos Guarani e Terena, o médico do trabalho Nelson Donadel, dono da Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda. (Dcoil), instalada no município de Iguatemi (MS), agora também faz parte da "lista suja". Oriundos de três núcleos indígenas, os índios dividiam um alojamento que poderia abrigar no máximo 90 pessoas. Nesta operação, em Julho de 2008, foram resgatados um total de 498 trabalhadores/indígenas em condições ilegais. Interessante notar que, em contrapartida, a empresa disponibiliza em seu site: *“É intenção da DCOIL – DESTILARIA CENTRO-OESTE IGUATEMI LTDA. estar em conformidade com todas as leis relativas à segurança e saúde no trabalho, bem como à proteção do meio ambiente e dos recursos naturais. A segurança e a saúde pessoal de cada funcionário desta empresa é de importância fundamental. A prevenção de danos ou doenças ocupacionais é de tal importância que será dada precedência sobre a produtividade, sempre que necessário. Na maior extensão possível, a administração irá proporcionar todas as atividades mecânicas e físicas necessárias para a segurança e saúde das pessoas que trabalham na empresa, observando-se os mais elevados padrões”*.

Nesta lista, constam ainda três empregadores do setor de açúcar e álcool de Goiás:

- Agrocana JFS Ltda., de Ceres (GO). O grupo móvel resgatou 36 pessoas em Julho de 2008, entretanto não foi encontrada nenhuma informação sobre tal empresa na internet, nem sobre suas estratégias corporativas, como a preocupação por Responsabilidade Social Empresarial;
- Ipê Agro-Milho Industrial Ltda., de Inhumas (GO) - que mantinha 14 trabalhadores em situação grave, oriundos do Maranhão, que recebiam abaixo do piso da região (resgatados em Julho de 2008). Interessante observar que esta empresa havia recebido, em 2007, incentivos fiscais do Estado de Goiás por meio da GoiásFomento, para financiamento de R\$ 156,4 milhões pelo *Produzir*, o programa de incentivos fiscais do Governo. O benefício deveria ser utilizado num prazo de 15 anos, com uma contrapartida de investimentos fixos de R\$ 1,7

milhão pela empresa, prevendo-se a geração de 250 empregos diretos e 750 indiretos.

- Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda, de onde foram resgatados 77 trabalhadores em situações análogas à escravidão, em Dezembro de 2008. A empresa não possui nenhum meio de informação onde disponibilize sua estratégia, ou práticas de Responsabilidade Social.
- Alcopan Álcool do Pantanal Ltda, do Grupo Zulli. Na unidade de Poconé (MT), foram resgatados 318 pessoas em condições ilegais, em Dezembro de 2006. Esse é um dos grupos do setor que mais acumula dívidas. Segundo informações do Jornal Consultor Jurídico ⁴⁵, o grupo vem acumulando dívidas que passam de R\$ 150 milhões junto a bancos, factorings e outras empresas. Este não disponibiliza nenhum meio de divulgação de suas ações estratégicas, então não se sabe se mantém algum projeto de Responsabilidade Social.

Apesar de não constar na “lista suja”, existem casos onde os grupos móveis apenas autuaram algumas unidades. Segundo artigo de Luze Azevedo⁴⁶, divulgado pela Pastoral do Migrante, em 2007, 42 pessoas foram resgatadas de uma das unidades do grupo Cosan (Igarapava - SP), que se intitula "um dos maiores produtores de açúcar e álcool do mundo". Nesse caso, o Ministério apenas encaminhou uma notificação preventiva à usina com especificações sobre as condições ideais de trabalho e a remuneração por produção. Além disso, duas ações civis públicas, 21 procedimentos e 103 denúncias de irregularidades trabalhistas estão no currículo da Cosan no Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas. Com 45 mil trabalhadores, um dos grupos percussores da “adoção” de práticas de Responsabilidade Social do setor e abertura de capitais, vem sendo investigado por uma das maiores práticas de exploração de trabalhadores: duas mortes por excesso de trabalho no corte da cana (José Mario Alves Gomes, em 2005, e de José Pereira Martins, em 2007). Elas entraram no grupo das 22 mortes de trabalhadores na região, suspeitas de terem sido causadas por exaustão no corte da cana. Entretanto, ao analisar a Relação dos projetos de Responsabilidade Social e Ambiental do Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI, o grupo Cosan participa de 25 projetos, sendo 3 deles voltados exclusivamente à “Qualidade de Vida” (Vide anexo 6).

⁴⁵ Jornal Consultor Jurídico, 12 de março de 2009. Disponível em http://www.conjur.com.br/2009-jan-20/alcopan_justica_aprovacao_pedido_recuperacao_judicial Acessado em 12 de março de 2009.

⁴⁶ “Usinas de cana-de-açúcar concentram trabalho degradante” em 01/08/2008.

Outros tipos de multas ligadas à violações dos direitos trabalhistas têm ocorrido com frequência no Estado de São Paulo. Segundo o Jornal Folha de São Paulo⁴⁷, em uma operação realizada pelo Ministério Público do Trabalho e Polícia Rodoviária no dia 30/10/2008, concentradas na região de Ribeirão Preto - Morro Agudo e de Serrana (dois pontos significantes para o setor no Estado de São Paulo), foram fiscalizados 28 ônibus e distribuídas 29 multas. *"No quesito estado de conservação e segurança ninguém foi reprovado, mas em relação à legislação de trânsito foi difícil achar um carro correto"*, disse o comandante da operação em Serrana, o subtenente Edson Aranha Marinho.

As principais violações diziam respeito à documentação, falta de permissão para transporte de passageiros, falta de permissão do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) para trânsito em rodovias e falhas em equipamentos, como tacógrafos e faróis. As principais irregularidades foram encontradas em ônibus de importantes usinas do Estado: Nova União, de Serrana (Nova União S/A Açúcar e Álcool), e Companhia Energética Santelisa, de Sertãozinho (Santelisa Bioenergia S/A).

O Quadro 9 sintetiza as principais multas direcionadas ao setor, os infratores e seus projetos de RSE (Responsabilidade Social Empresarial):

⁴⁷ "Blitz em ônibus de bóia-fria gera 29 multas" em 31/10/2008.

QUADRO 9. Infrações direcionadas ao setor de açúcar e álcool no ano de 2007-2008:

Infração	Empresa/Grupo	Situação da empresa (S/A ou Ltda)	Possui ações negociadas na Bolsa de Valores	Possui projetos de RSE	Consta em algum relatório de RSE divulgado pela UNICA
Resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão	Pagrisa (Pará Pastoral e Agrícola S.A.)	Sociedade Anônima	não	Sim	Não
	Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA)/Agrisul Agrícola Ltda -Grupo José Pessoa	Sociedade Limitada	não	Sim	Não
	Destilaria Centro Oeste Iguatemi Ltda. (Dcoil)	Sociedade Limitada	Não	sim	Não
	Agrocana JFS Ltda	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
	Ipê Agro-Milho Industrial Ltda	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
	Energética do Cerrado Açúcar e Álcool Ltda	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
	Alcopan Álcool do Pantanal Ltda, Grupo Zulli	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
Outras irregularidades trabalhistas	Grupo Cosan	Sociedade Anônima	sim	sim	sim
	<i>Usina Alvorada do Oeste</i> Ltda	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
	Nova América S/A	Sociedade Anônima	sim	sim	sim
	Nova União S/A Açúcar e Álcool	Sociedade Anônima	Não	Sim	Sim
	Santelisa Bioenergia S/A	Sociedade Anônima	Não	Sim	Sim
	Usina Renascença Ltda -extinta Usina Santa Hermínia S.A.	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
	Novo Horizonte Agrícola Ltda	Sociedade Limitada	Não	Não	Não
Irregularidades Ambientais	Açúcar Guarani S/A, Grupo Tereos	Sociedade Anônima	Sim	Sim	Sim
	Usina da Barra S/A – Grupo Cosan	Sociedade Anônima	Sim	Sim	Sim
	Usina Mandu S/A, Grupo Crystalsev	Sociedade Anônima	Não	Sim	Sim
	Grupo Santelisa Vale/Santelisa Bioenergia S/A	Sociedade Anônima	Não	Sim	Sim

Fonte: Informações do Capítulo

3.3. Conclusões

O que se pode concluir deste capítulo é que existe um grande desafio para o Complexo Agroindustrial Canavieiro do País: expandir suas vendas, principalmente de álcool para os exigentes mercados europeu e americano. Para estes países, a

demonstração de que se trata de um setor sério e responsável social e ambientalmente parece ter um peso importante. O objetivo deste capítulo foi mostrar que a preocupação com as questões sociais e ambientais no setor estão longe de ter resultados plenamente satisfatórios.

O que se pode verificar é que ainda existem muitas autuações direcionadas às empresas do setor, e o forte impacto social e ambiental estão presentes neste setor, como exploração dos trabalhadores do corte da cana, desemprego, más condições de vida e trabalho, destruição ambiental, etc.

As multas relacionadas à exploração do trabalho, análogas à escravidão, ainda envolvem empresas de açúcar e álcool. Quando observado o rol dos empregadores inseridos na “lista suja” do Ministério do Trabalho, observamos a relação de sete empregadores do setor, e três deles apresentam e divulgam suas práticas de RSE.

E ainda, apesar de não constar na lista do Ministério do Trabalho, durante o ano de 2007 o grupo móvel libertou mais de 40 trabalhadores de uma unidade do grupo Cosan (maior do setor e primeiro a iniciar o movimento de abertura de capitais e negociação das ações na Bolsa de Valores) por denúncias de trabalho escravo. Além disso, o grupo ainda está envolvido em diversos processos, dentre elas duas ações civis públicas, 21 procedimentos e 103 denúncias de irregularidades trabalhistas. E ainda mais grave: o grupo está sendo investigado pela morte de dois trabalhadores no corte da cana por excesso de trabalho.

Isso significa que apesar dos diversos recursos utilizados pelo empresariado deste setor em demonstrar suas boas práticas sociais e ambientais, conforme apresentados no capítulo anterior, todos ainda apresentam diversas falhas neste sentido. A maioria dos grupos autuados são os menores, ainda não transformados em Sociedades Anônimas, mas isso não significa que os maiores não apresentem falhas graves também, conforme apontadas neste capítulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas pesquisados nesta dissertação eram: a) quais os principais fatores que contribuíram para que se inaugurassem, no início do século XXI, dois movimentos inéditos no setor sucroalcooleiro, que mudariam seu perfil? B) existe alguma relação entre eles (o movimento na direção de abertura de capitais de algumas empresas e a introdução de práticas de Responsabilidade Social Empresarial)?

Como foi visto no capítulo 1 deste trabalho, até a década de 1990, o setor de açúcar e álcool apresentava o mesmo perfil: era controlado por grupos oligárquicos, contava com forte proteção estatal e não apresentava preocupações em se dissociar do perfil que carregava: de explorador de mão de obra e destruidor ambiental.

A partir da década de 1990, além do esgotamento dos recursos financeiros indiretos recebidos pelo setor e do afastamento do Estado das regulamentações, em função de sua crise fiscal na década de 1980, diversos outros fatores negativos marcaram esse momento para os produtores, fazendo com que as empresas do setor tivessem que se posicionar no mercado a partir de suas próprias competências. Isso levou os usineiros, principalmente os menores, a buscar, além de acessos alternativos para obtenção de recursos necessários para investir na modernização agrícola e industrial (inaugurando a entrada de empresas multinacionais a partir de alianças), novas formas de organização e administração da produção. Assim, a partir desse momento são observadas as primeiras modificações no perfil do setor, conseqüentes da necessidade do empresariado se inserir no mercado sem a proteção estatal que sempre estivera presente.

Como conseqüência, o empresariado passa a empregar novas estratégias na busca por acessos alternativos para obtenção de recursos necessários para investir na modernização agrícola e industrial: alianças com empresas multinacionais. A entrada destes novos personagens acaba fazendo com que as empresas do setor passem a se preocupar com uma mudança no perfil de suas administrações, para garantir maior eficiência. Este processo de reestruturação que ocorre no cenário agroindustrial após o processo de desregulamentação do Estado já é um dos primeiros passos no sentido de uma maior abertura para empresariados de outros ramos, e um primeiro sinal da dissolução do monopólio dos grupos tradicionais.

No início do século XXI, o Complexo Agroindustrial Canavieiro do Brasil passou a contar com boas perspectivas de mercado, que se apresentavam na forma de:

a) a possibilidade do etanol entrar na matriz energética internacional assegurando bons mercados e bons negócios, b) o aumento da produção de carros com tecnologia flex fuel, c) um excesso de recursos financeiros no mercado internacional disponíveis para aplicação produtiva,⁴⁸ d) ao próprio jogo especulativo que possibilita acumulação de riqueza a partir das manobras especulativas com as ações negociadas nas bolsas e) a necessidade dos empresários brasileiros ampliarem seus negócios e modernizarem suas empresas para serem mais competitivos.

Esses foram os principais fatores que contribuíram para que alguns empresários do setor tomassem a iniciativa de iniciar o movimento na direção da abertura de capitais para negociação de suas ações na Bolsa de Valores. O primeiro grupo que iniciou tal movimento foi o grupo Cosan, em 2005. Dois anos depois, quatro outros grupos seguiram os mesmos passos: São Martinho, Açúcar Guarani, Nova América, Cosan Limited (do Grupo Cosan).

Esse movimento acaba transformado completamente o perfil inicial do setor. O poder dos grupos oligárquicos foi sendo diluindo na medida em que estas empresas sentiam necessidade da ampliação da captação de capital, abrindo espaço para a participação de novos atores: os acionistas.

Ao mesmo tempo, ainda no início do século XXI, observamos outro fato inédito: a preocupação das empresas do setor por questões sociais e ambientais, introduzindo práticas de RSE em suas estratégias. A partir da investigação deste trabalho, podemos apontar como principal motivo que teria levado essas empresas à se preocuparem com a RSE a necessidade de se mostrarem éticas e responsáveis no atual momento, em que vivenciam as boas perspectivas de mercado para seus produtos. Nessa fase, é necessário acabar com o estigma negativo que sempre acompanhou o setor, como explorador de mão de obra e destruidor ambiental, para incorporarem uma nova imagem, de éticas e transparentes.

Além disso, é provável que as exigências feitas pelo mercado secundário às empresas que buscam negociar suas ações na Bolsa de Valores (conforme apontado pelo anexo 1), de compromisso com as “boas práticas de Governança Corporativa” tenham guiado os empresários no sentido da necessidade de incorporação dos conceitos de “ética” e “transparência”, inseridos no discurso da RSE no atual momento.

⁴⁸ Vale lembrar que este texto analisa o período anterior à crise imobiliária dos Estados Unidos, ocorrida em Setembro de 2008.

Os balanços sociais passam a ser os principais recursos utilizados por essas empresas. Assim, buscando dar apoio à seus associados, em abril de 2006 a UNICA firmou parceria com o Instituto Ethos para a implementação dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Sócio Empresarial direcionada ao setor de açúcar e álcool. E em 2008, foi divulgado o primeiro Relatório Socioambiental do setor sucroenergético brasileiro, elaborado também pela UNICA e obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos pelo GRI.

Tais fatos nos indicam a possibilidade de haver relação entre a incorporação do discurso da RSE e a iniciativa da abertura de capitais no setor de açúcar e álcool no início do século XXI: na medida em que abrem seus capitais, as empresas têm que demonstrar boas práticas de Governança Corporativa, inclusas no discurso da RSE.

Entretanto, no capítulo 3 deste trabalho, pudemos apurar que o setor ainda acarreta grande impacto social e ambiental ao país, e que muitas das multas direcionadas ao Complexo envolvem fortes grupos do setor, que têm capital aberto, ações negociadas na Bolsa de Valores e apresentam ações de RSE (a partir da divulgação de Balanços Sociais). Dessa forma, não podemos afirmar que na medida em que abrem seu capital, estas empresas assumem de fato um compromisso com boas práticas de RSE, já que mesmo apresentando projetos de RSE, muitas ainda são alvos de graves multas, como relações de trabalho análogas à escravidão.

Desta forma, uma das investigações proposta por este trabalho, da busca da relação entre a abertura de capitais e a Responsabilidade Social não pôde ser demonstrada totalmente, devido ao tempo relativamente curto dos acontecimentos. Ou seja, realizamos este estudo no ano de 2008, quando a abertura de capitais e a RSE iniciaram-se em 2006. No entanto, este parece ser um tema importante para uma agenda de pesquisa sobre o setor em um trabalho de maior fôlego, como uma tese de doutorado, que poderá explorar mais profundamente as ações de Responsabilidade Social e Ambiental empreendidas pelas empresas e ver qual a efetividade das mesmas para corrigir, ou minorar, os graves problemas sociais e ambientais causados pela atividade, ao mesmo tempo em que demonstra a relação aqui apresentada.

ANEXO 1

Novo Mercado - Bovespa

O Novo Mercado é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela legislação.

A valorização e a liquidez das ações são influenciadas positivamente pelo grau de segurança oferecido pelos direitos concedidos aos acionistas e pela qualidade das informações prestadas pelas companhias. Essa é a premissa básica do Novo Mercado.

A entrada de uma companhia no Novo Mercado ocorre por meio da assinatura de um contrato e implica a adesão a um conjunto de regras societárias, genericamente chamadas de "boas práticas de governança corporativa", mais exigentes do que as presentes na legislação brasileira. Essas regras, consolidadas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, ampliam os direitos dos acionistas, melhoram a qualidade das informações usualmente prestadas pelas companhias, bem como a dispersão acionária e, ao determinar a resolução dos conflitos societários por meio de uma Câmara de Arbitragem, oferecem aos investidores a segurança de uma alternativa mais ágil e especializada.

A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação, é a exigência de que o capital social da companhia seja composto somente por ações ordinárias. Porém, esta não é a única. Segundo informações da Bovespa, a companhia aberta participante do Novo Mercado tem como obrigações:

- Extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia.
- Realização de uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, no mínimo, pelo valor econômico, nas hipóteses de fechamento do capital ou cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado.
- Conselho de Administração com mínimo de 5 (cinco) membros e mandato unificado de até 2 (dois) anos, permitida a reeleição. No mínimo, 20% dos membros deverão ser conselheiros independentes.

- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Trimestrais (ITRs)⁴⁹, demonstrações financeiras consolidadas e a demonstração dos fluxos de caixa.
- Melhoria nas informações relativas a cada exercício social, adicionando às Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs)¹ entre outras, a demonstração dos fluxos de caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras de acordo com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Melhoria nas informações prestadas, adicionando às Informações Anuais (IANs)¹, entre outras: a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, diretores e membros do Conselho Fiscal, bem como a evolução dessas posições.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.
- Apresentação de um calendário anual, do qual conste a programação dos eventos corporativos, tais como assembléias, divulgação de resultados etc.
- Divulgação dos termos dos contratos firmados entre a companhia e partes relacionadas.
- Divulgação, em bases mensais, das negociações de valores mobiliários e derivativos de emissão da companhia por parte dos acionistas controladores.
- Manutenção em circulação de uma parcela mínima de ações, representando 25% (vinte e cinco por cento) do capital social da companhia.
- Quando da realização de distribuições públicas de ações, adoção de mecanismos que favoreçam a dispersão do capital.
- Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários. Além de presentes no Regulamento de Listagem, alguns desses compromissos deverão ser aprovados em Assembléias Gerais e incluídos no Estatuto Social da companhia.

⁴⁹ Documento que é enviado pelas companhias listadas à CVM e à BOVESPA, disponibilizado ao público e que contém demonstrações financeiras trimestrais.

ANEXO 2.

Valor de mercado por segmento (listados em ordem decrescente) no mês de Junho/2008:

Segmento	Valor de mercado (em bilhões)	
	R\$	US\$
1- Exploração e/ou Refino	499,077	313.510
2- Bancos	414,789	260.562
3- Minerais Metálicos	280,173	175.999
4- Energia Elétrica	181,168	113.806
5- Siderurgia	175,099	109.994
6- Laticínios	125,336	78.733
7- Telefonia Fixa	111,502	70.043
8- Cervejas e Refrigerantes	60,713	38.138
9- Serviços Financeiros	49.139	30.868
10- Papel e Celulose	41.032	25.775
11- Construção Civil	39.935	25.086
12- Telefonia Móvel	34.144	21.448
13- Carnes e Derivados	33.418	20.992
14- Holdings Diversificadas	25.787	16.199
15- Água e Saneamento	22.765	14.300
16- Fertilizantes e Defensivos	18.687	11.739
17- Produtos Diversos	15.713	9.871
18- Motores e Compressores	15.625	9.815
19- Exploração de Rodovias	15.357	9.647
20- Petroquímicos	14.213	8.928
21- Cigarros e Fumo	13.970	8.775
22- Açúcar e Alcool	13.798	8.668
23- Transporte Ferroviário	12.475	7.837
24- Análise e Diagnósticos	11.164	7.013
25- Exploração de Imóveis	10.191	6.402
26- Material Rodoviário	9.475	5.952
27- Transporte Aéreo	9.438	5.928
28- Alimentos	8.377	5.262
29- Tecidos, Vestuário e Calçados	8.367	5.256

30- Material Aeronáutico	7.900	4.963
31- Eletrodomésticos	7.744	4.864
32- Seguradoras	7.740	4.862
33- Serviços Educacionais	7.272	4.568
34- Televisão por Assinatura	7.126	4.476
35- Produtos de Uso Pessoal	7.078	4.446
36- Gás	6.941	4.360
37- Madeira	5.934	3.727
38- Calçados	5.821	3.656
39- Materiais Diversos	4.836	3.038
40- Fios e Tecidos	4.501	2.828
41- Intermediário Imobiliário	3.968	2.492
42- Artefatos de Cobre	3.874	2.434
43- Serviços de Apoio e Armazenagem	3.832	2.407
44- Programas e Serviços	3.716	2.334
45- Aluguel de Carros	3.570	2.242
46- Artefatos de Ferro e Aço	3.453	2.169
47- Agricultura	3.433	2.156
48- Alimentos Diversos	3.198	2.009
49- Produtos Diversos	3.066	1.926
50- Eletrodomésticos	2.729	1.714
51- Gestão de Recursos e Investimentos	2.654	1.667
52- Máquinas e Equipamentos Industriais	2.519	1.582
53- Computadores e Equipamentos	2.424	1.523
54- Medicamentos	2.043	1.283
55- Serviços Diversos	1.918	1.205
56- Embalagens	1.624	1.020
57- Transporte Rodoviário	1.362	0.855
58- Transporte Hidroviário	1.132	0.711
59- Equipamentos Elétricos	0.925	0.581
60- Jornais, Livros e Revistas	0.920	0.578
61- Hotelaria	0.882	0.554
62- Materiais de Construção	0.843	0.529
63- Vestuário	0.816	0.512
64- Armas e Munições	0.815	0.512

65- Construção Pesada	0.661	0.415
66- Café	0.563	0.353
67- Produtos de Limpeza	0.561	0.352
68- Medicamentos e Outros	0.554	0.348
69- Sociedade de Crédito e Financiamento	0.514	0.323
70- Outros Interm. Financ.	0.456	0.286
71- Bicicletas	0.414	0.260
72- Máquinas e Equipamentos Construção e Agrícolas	0.370	0.232
73- Utensílios Domésticos	0.340	0.214
74- Outros	0.290	0.182
75- Químicos Diversos	0.280	0.176
76- Material de Transporte	0.255	0.160
77- Engenharia Consultiva	0.204	0.128
78- Grãos e Derivados	0.153	0.096
79- Brinquedos e Jogos	0.115	0.072
80- Securitizadoras de Recebíveis	0.099	0.062
81- Acessórios	0.089	0.055
82- Máquinas E Equipamentos	0.043	0.027
83- Máquinas e Equipamentos Hospitalares	0.039	0.024
84- Couro	0.026	0.016
85- Produção de Eventos e Shows	0.022	0.014
86- Material Ferroviário	0.016	0.010
87- Livrarias e Papelarias	0.005	0.003
88- Parques de Diversão	0	0

Fonte: Bovespa

ANEXO 3.

Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

Devido ao seu extenso tamanho (82 páginas no total), não será anexado todo o documento, mas faremos exposição de toda a sua estrutura:

O documento do Instituto Ethos contém 40 Indicadores, divididos em 7 itens:

a) Valores, Transparência e Governança

Indicador 1. Compromissos Éticos

Indicador 2. Enraizamento na cultura organizacional

Indicador 3. Governança Corporativa

Indicador 4. Relações com a Concorrência

Indicador 5. Diálogo e Engajamento das partes interessadas

Indicador 6. Balanço Social

b) Público Interno

Indicador 7. Relações com sindicatos

Indicador 8. Gestão Participativa

Indicador 9. Compromisso com o futuro das crianças

Indicador 10. Compromisso com o desenvolvimento infantil

Indicador 11. Valorização da diversidade

Indicador 12. Compromisso com não-discriminação e promoção da equidade racial

Indicador 13. Compromisso com a promoção da equidade de gênero

Indicador 14. Relações com trabalhadores terceirizados

Indicador 15. Política de remuneração, benefícios e carreira

Indicador 16. Cuidado com saúde, segurança e condições de trabalho

Indicador 17. Compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade

Indicador 18. Comportamento nas demissões

Indicador 19. Preparação para a aposentadoria

c) Meio Ambiente

Indicador 20. Compromisso com a melhoria da qualidade ambiental

Indicador 21. Educação e conscientização ambiental

Indicador 22. Gerenciamento sobre os impactos sobre o meio ambiente e do ciclo de vida de produtos e serviços

Indicador 23. Sustentabilidade da economia florestal

Indicador 24. Minimização de entrada e saídas de materiais

d) Fornecedores

Indicador 25. Critério de seleção e avaliação de fornecedores

Indicador 26. Trabalho infantil na cadeia produtiva

Indicador 27. Trabalho forçado (ou análogo ao escravo) na cadeia produtiva

Indicador 28. Apoio ao desenvolvimento de fornecedores

e) Consumidores e Clientes

Indicador 29. Política de comunicação comercial

Indicador 30. Excelência no atendimento

Indicador 31. Conhecimento e gerenciamento dos dados potenciais de produtos e serviços

f) Comunidade

Indicador 32. Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade de entorno

Indicador 33. Relações com organizações locais

Indicador 34. Financiamento das ações sociais

Indicador 35. Envolvimento com a ação social

g) Governo e Sociedade

Indicador 36. Contribuição para campanhas políticas

Indicador 37. Construção da cidadania pelas empresas

Indicador 38. Práticas anti-corrupção e anti-propina

Indicador 39. Liderança e influência social

Indicador 40. Participação em projetos sociais governamentais

Dentro de cada indicador, a empresa deve responder à questões iniciais sobre o estágio que se encontra diante tal indicador, e depois, preencher lacunas de “sim” ou “não” sobre informações adicionais.

Ex: Indicador 40. Participação em projetos sociais governamentais

Em seu envolvimento com as atividades sociais realizadas por entidades governamentais, a empresa:

- () Estágio 1: Contribui apenas com o pagamento de impostos
- () Estágio 2: Contribui ocasionalmente com o poder público na realização de eventos e atividades pontuais e/ou apóia financeiramente programas e projetos do poder público em resposta a solicitações das autoridades.
- () Estágio 3: Contribui regularmente com recursos humanos, técnicos ou financeiros para a realização de projetos específicos e localizados de entidades governamentais.
- () Estágio 4: Participa ativamente da elaboração, aperfeiçoamento, execução, controle e avaliação de políticas públicas de interesse geral, contribuindo para seu fortalecimento.

Informações adicionais:

A empresa:

Adota ou desenvolve parcerias com organismos públicos visando objetivos como melhorar a qualidade de ensino, a assistência social, a saúde ou a infra-estrutura, erradicar o trabalho infantil e/ou o trabalho forçado, incentivar a geração de renda e/ou de emprego, promover a segurança alimentar, etc. () sim () não

Patrocina programa público ou privado de bolsa escola () sim () não

Articula e coordena parcerias nos programas de que participa () sim () não

Ao conduzir o processo de preenchimento dos indicadores, o relator deve fazer anotações que ajudarão a empresa a analisar e interpretar o relatório diagnóstico elaborado pelo Instituto Ethos, tais como:

- a) Riscos verificados
- b) Oportunidades a explorar
- c) Metas para a próxima aplicação
- d) Lideranças internas para conduzir este processo
- e) Liderança externa a serem envolvidas neste processo
- f) O que pode ser feito em relação a este indicador
- g) Aspectos a considerar em relação a este indicador

ANEXO 4.
Balanco Social do Ibase

Empresa: Usina Açúcar Guarani

Ano: 2006

1. Base de Calculo	Valor (mil reais)		
Receita Líquida (RL)	651.954		
Resultado Operacional (RO)	192.642		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	68.470		
2. Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R\$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	6.241	9,11%	0,96%
Encargos sociais compulsórios	8.556	12,50%	1,31%
Previdência privada	50	0,07%	0,01%
Saúde	3.020	4,41%	0,46%
Segurança e medicina no trabalho	484	0,71%	0,07%
Educação	426	0,62%	0,07%
Cultura	110	0,16%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	229	0,33%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	5	0,01%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	4.654	6,80%	0,71%
Outros	6.343	9,26%	0,97%
Total - Indicadores Sociais Internos	30.118	43,99%	4,62%
3. Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	140	0,07%	0,02%
Cultura	29	0,02%	0,00%
Saúde e saneamento	14	0,01%	0,00%
Habitação			
Esporte	15	0,01%	0,00%
Lazer e diversão			
Creches			
Alimentação			
Combate à fome e segurança alimentar	16	0,01%	0,00%
Outros	103	0,05%	0,02%

Total das contribuições para a Sociedade	317	0,16%	0,05%
Tributos (excluídos encargos sociais)	118.571	61,55%	18,19%
Total Indicadores Sociais Externos	118.888	61,71%	18,24%

4. Indicadores Ambientais	Valor (mil R\$)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	6.288	3,26%	0,96%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	247	0,13%	0,04%
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	6.535	3,39%	1,00%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa: **cumpe de 76 a 100%**

5. Indicadores do Corpo Funcional	
Nº de empregados(as) ao final do período	3.146
Nº de admissões durante o período	3.438
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	34
Nº de estagiários(as)	44
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	804
Nº de mulheres que trabalham na empresa	228
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	7
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	308
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3
Nº de portadores de deficiência ou necessidades especiais	77

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2006	Metas 2007
Relação entre a maior e a menor remuneração da empresa	18,90	18,00
Número total de acidentes de trabalho	233	180
Os projetos sociais ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho	direção e gerências	direção e gerências

foram definidos por:

Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as)

trabalhadores(as), a empresa:

segue as normas da OIT

seguirá as normas da OIT

A previdência privada contempla:

direção e gerências

direção e gerências

A participação nos lucros ou resultados contempla:

todos(as) empregados(as)

todos(as) empregados(as)

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental

adotados pela empresa:

são sugeridos

serão exigidos

Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:

apóia

Apoiará

Número ções e críticas de consumidores(as):

na empresa	no Procon	na Justiça
99	0	0

na empresa	no Procon	na Justiça
40	0	0

% de reclamações e críticas solucionadas:

na empresa	no Procon	na Justiça
100,00%		

na empresa	no Procon	na Justiça
100,00%		

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):

Em 2006: 344.358

Em 2007:

Distribuição do Valor Adicionado (DVA):

45,00% governo
10,00% colaboradores(as)
0,00% acionistas
8,00% terceiros
37,00% retido

% governo %
% colaboradores(as)
% acionistas % terceiros %
retido

Fonte: Ibase

ANEXO 5.

Indicador GRI

Relatório de Sustentabilidade 2008 dos associados à Unica

Devido ao seu extenso tamanho (113 páginas no total), não será possível anexar todo o relatório. Entretanto, mostraremos todos os itens abrangidos dentro do documento:

Indicadores Gerais

1) Estratégia e análise

- Declaração do detentor do cargo com maior poder de decisão sobre a relevância da sustentabilidade para a organização
- Declaração dos principais impactos, riscos e oportunidades

2) Perfil Organizacional

- Nome da organização
- Principais marcas, produtos e serviços
- Estrutura operacional
- localização da sede da organização
- Países em que opera
- Tipo e natureza jurídica da propriedade
- Mercados atendidos
- Porte da organização (número de colaboradores, vendas líquidas, capitalização total, quantidade de produtos e serviços oferecidos)
- Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária
- Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório

Parâmetros para o relatório

3) Perfil do relatório

- Período coberto pelo relatório
- Data do relatório anterior

- Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.)
- Dados para contato

4) Escopo e limite do relatório

- Processo para a definição do conteúdo
- Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, joint ventures, fornecedores)
- Declaração de quaisquer limitações específicas quanto ao escopo do relatório
- Base para a elaboração do relatório
- Técnicas para medição de dados e bases de cálculo
- Explicação das conseqüências de reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores (fusões ou aquisições, mudanças no período ou ano-base, na natureza do negócio, em métodos de medição)
- Mudanças comparativas em comparação com anos anteriores

5) Sumário de conteúdo da GRI

- Tabela que identifica a localização das informações

6) Verificação

- Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório se a verificação não for incluída no relatório, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa oferecida, bem como a natureza da relação entre a organização relatora e o(s) auditor (es)

Governança, Compromisso e Engajamentos

7) Governança

- Estrutura de governança
- Indicação caso o presidente do mais alto grau de governança também seja um diretor executivo
- Número de membros independentes ou não-executivos do mais alto grau de governança

- Mecanismos para que acionistas⁵⁰ e empregados façam recomendações ou orientem o mais alto grau de governança
- Relação entre remuneração para membros do mais alto grau de governança, diretoria executiva e demais executivos e o desempenho da organização
- Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesses sejam evitados
- Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto grau de governança para definir as estratégias da organização
- Declaração de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos
- Procedimentos do mais alto grau de governança para supervisionar a identificação e gestão do desempenho econômico, ambiental e social
- Processos para a auto-avaliação do desempenho do mais alto grau de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social.

8) Compromissos com iniciativas externas

- Princípio da precaução
- Cartas, princípios ou outras iniciativas externas de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa
- Participação significativa em associações (como federações de indústrias) e/ou organismos nacionais/internacionais de defesa

9) Engajamento dos Stakeholders

- Relação dos *stakeholders* engajados pela organização
- Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar
- Abordagens para o engajamento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupos de stakeholders

Desempenho Econômico

10) Forma de Gestão

⁵⁰ A Unica considerou, em vez de acionistas, as associadas.

- valor econômico gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de colaboradores, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos
- Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas
- Ajuda financeira significativa recebida do governo

11) Impactos econômicos indiretos

- Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público
- Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos

Desempenho Ambiental

12) Energia

- Consumo de energia direto discriminado por fonte de energia primária
- Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária
- Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas

13) Água

- Total de retirada de água por fonte

14) Biodiversidade

- Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas
- Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas
- Habitats protegidos ou restaurados

15) Emissões, efluentes e resíduos

- Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso
- Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso
- Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas

16) Produtos e Serviços

- Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos .

17) Geral

- Total de investimentos e gastos em proteção ambiental⁵¹

Desempenho Social – Trabalho

18) Emprego

- Total de colaboradores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região
- Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva

19) Saúde e segurança no trabalho

- Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a colaboradores, suas famílias ou membros da comunidade com relação a doenças graves

20) Treinamento e educação

- Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional
- Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e para gerenciar o fim da carreira

21) Diversidade e igualdade de oportunidades

⁵¹ Foi considerado o volume de investimentos das associadas em projetos socioambientais

- Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de colaboradores por indicadores de diversidade

Desempenho Social – Direitos Humanos

22) Trabalho Infantil

- Operações de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas

Desempenho Social – Sociedade

23) Comunidade

- Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída

24) Políticas públicas

- Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies

Desempenho Social – Responsabilidade Pelo Produto

25) Saúde e segurança do cliente

- Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados
- Número de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida

26) Rotulagem de produtos e serviços

- Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências

- Número de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado
- Práticas relacionadas à satisfação do cliente

27) Comunicação de marketing

- Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio

28) Compliance

- Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços⁵²

A lista das empresas associadas a Unica que contribuíram para a divulgação dos dados deste documento são:

Aralco

Aralco
Aralco/Generalco

Bazan

Bazan
Bela vista

Carlos Lyra

Delta
Volta Grande

Cerradinho

Cerradinho

⁵² Quando observados os quadros e tabelas referentes à tal tópico, não consta nenhuma consideração à multas relacionadas ao trabalho escravo. Durante todo o trabalho não foram citadas autuações relacionadas à esse tipo de infração, de trabalho escravo, degradante ao trabalhador.

Cerradinho/Pontiberadaba

Colombo

Colombo

Colombo/Palestina

Copersucar

Cocal

Furlan

Santa Lúcia

Santa Maria

São José da Estiva

São Luiz/Ourinhos

São Manoel

Balbo

São antônio

São francisco

Batatais

Batatais

Batatais/Lins

Titotto

Descalvado

Iacanga

Mococa

Pedra

Buriti

Ibirá

Serrana

Santa Adélia

Santa Adélia

Santa Adélia/Interlagos

Virgolino Oliveira

Catanduva

Itapira

Virgolino Oliveira/J. Bonifácio

Zilor

Barra Grande/lençóis

Quatá

São José/Macatuba

Cosan

Benalcool

Bom Retiro

Bonfim

Costa Pinto

Da barra

Da barra II

Da serra

Destivale

Diamante

Gasa

Ipaussú

Junqueira

Mundial

Rafard

Santa Helena

São Francisco

Tamoio

Univalem

Crystalsev

Mandu

Paraíso

Pioneiros

Eth

Alcídia

Eldorado

Guarani

Andrade

Olímpia

São José

Severínia

Tanabi

Infinity Bio

Alcana

Cridasa

Naviraí

Louis Dreyfus

Cresciumal

São Carlos

Moema

Guariroba

Moema

Ouroeste

Vertente

NovAmérica

Maracaí

Nova américa

Paralcool

Santa Isabel

Santa Isabel

Fartura

Santelisa Vale

Continental

Jardest

Mb

Santa Elisa

Vale do Rosário

São Martinho

Iracema

São Martinho

USJ

São João

São Francisco

Viralcool

Santa Inês

Viralcool

Viralcool/Castilho

Unidades independentes

Abengoa

Água bonita

Alcoeste

Brenco

Cbaa

Central Paulista

Cevasa

Della Colleta

Equipav

Ester

Ferrari

Itaiquara

Malosso

Monte alegre

Nardini

Noroeste Paulista
Paranapanema/biofuel Energy
Pitangueiras
Santa Cândida
Santa Cruz
Santa fé
Santa Luiza
Santa Rosa
São Domingos
São José
Unialco
Vale do Vacaria
Vista Alegre
Zanin

Empresas que se associaram à Unica durante o período de elaboração do Relatório de Sustentabilidade:

Alcana (Grupo Infinity Bio)
Andrade (Grupo Guarani)
Brenco (Independente)
Cerradinho II (Grupo Cerradinho)
Cridasa (Grupo Infinity Bio)
Guariroba (Grupo Moema)
Naviraí (Grupo Infinity Bio)
Noroeste Paulista (Independente)
Paranapanema (Independente)
Santa Elisa Continental (Grupo Santelisa Vale)
Santa Isabel II (Grupo Santa Isabel)
Tanabi (Grupo Guarani)
Vale do Vacaria (independente)
Viralcool II (Grupo Viralcool)
Virgolino Oliveira/J. Bonifácio (Copersucar)

ANEXO 6.

Relatório de Sustentabilidade do setor canavieiro nos moldes do GRI Relação dos projetos de Responsabilidade Social e Ambiental e as usinas que participam:

Saúde

1) Adoçando as Crianças na Escola

Apoio a festas escolares e doação de açúcar para suplementação alimentar para crianças que freqüentam a rede pública de ensino.

Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Pedra Agroindustrial, Viralcool.

2) Associação de Pais e Amigos do Excepcional, Apae

Doações e participação nas ações da instituição.

Brenco, Cerradinho, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Alcídia, Usina Batatais, Usina Boa Vista, Usina Colombo, Usina Ferrari, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Santa Adélia, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Viralcool, Zilor.

3) Atendimento Nutricional

Atendimento clínico individual com nutricionista e elaboração de plano alimentar para colaboradores.

Grupo Balbo, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Usina Alcídia, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina São Domingos, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho.

4) Campanha de Prevenção à Aids e DST

Ação preventiva desencadeada junto aos colaboradores.

Alcoeste, Brenco, CBAA, Cerradinho, Cocal, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Santelisa Vale, Usina Batatais, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Santa Cruz, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Viralcool.

5) Campanhas de Doação de Sangue e Medula Óssea

Promovida em parceria com hospitais e hemocentros.

Brenco, Cerradinho, Cocal, Cosan, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Usina Iracema, Usina Santa Cruz, Usina Santa Fé, Usina São Domingos, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Viralcool.

6) Campanhas de Vacinação

Contra gripe, febre amarela, infecções respiratórias, entre outras.

Açúcar Guarani, Alcoeste, CBAA, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Santelisa Vale, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ferrari, Usina Guariroba, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Moema, Usina Pitangueiras, Usina Santa Adélia, Usina Santa Cruz, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São João, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Usina Vertente, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

7) Cursos de Gestantes

Orientações sobre pré-natal, amamentação, saúde do bebê etc. para colaboradoras e dependentes de colaboradores.

Cerradinho, Grupo Balbo, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Usina Santa Fé, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São José da Estiva.

8) Despertar para a Vida

Atende crianças com deficiência auditiva e dificuldades de aprendizado, que recebem assistência e orientação de equipes multidisciplinares. parceria: apae.

Usina São Domingos.

9) Equoterapia

Incentivo ao desenvolvimento biopsicossocial de portadores de deficiência e/ou necessidades especiais da apae, através de um método terapêutico que utiliza cavalos e uma equipe interdisciplinar.

Usina Santa Isabel, Usina São Luiz S/A.

10) Ginástica Laboral

Realização de exercícios físicos no ambiente de trabalho, cuidando, preventivamente, da saúde do trabalhador.

Açúcar Guarani, Alcoeste, Brenco, CBAA, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ferrari, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Santa Adélia, Usina Santa Cruz, Usina Santa Fé, Usina Santa Isabel, Usina São João, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Viralcool, Zilor.

11) Grupo de Apoio Mútuo e Especializado, Game

Informações na página ao lado.

Santelisa Vale.

12) Instituto Helen Keller de Saúde Ocular

A parceria com o instituto tem como objetivo promover exames e cuidados oftalmológicos para as crianças da pré-escola e do ensino fundamental de instituições públicas e pessoas de baixa renda maiores de 50 anos.

LDC Bioenergia.

13) Lar Maria de Nazaré

projeto de recuperação de dependentes químicos, realizado em parceria com o lar são francisco d' assis da providência de deus. visando a ocupação dos internos, foi construído um viveiro de mudas que, para a manutenção do lar, são vendidas para plantio.

Cerradinho.

14) Medicina Reabilitacional

Participação das empresas nos processos de reabilitação, aquisição de próteses, entre outros, para colaboradores e familiares.

Equipav, Grupo Balbo, Pedra Agroindustrial, Usina Boa Vista, Usina Iracema, Usina Santa Isabel, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Viralcool, Zilor.

15) Natação Adaptada

Modalidade de natação para portadores de deficiências, acompanhados por professores especializados e participações em campeonatos, competições etc.

Usina Santa Isabel.

16) Palestras nas Escolas

Orienta alunos do ensino fundamental sobre temas relacionados à saúde. parceria: sermed saúde.

Grupo Balbo.

17) Programas de Controle e Prevenção

Os colaboradores realizam exames de detecção e recebem orientações sobre câncer de colo de útero, mama e próstata, colesterol, glicemia, triglicéride, diabetes e psa.

Açúcar Guarani, Cerradinho, Cosan, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Usina Alcídia , Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Monte Alegre, Usina Pitangueiras, Usina Santa Cruz, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São José da Estiva, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Zilor.

18) Projeto Complementação Alimentar Infantil

Acompanhamento médico e vacinação, fornecimento de leite em pó para filhos de colaboradores.

Grupo Balbo, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina São Domingos, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A.

19) Projeto Fome Zero

Apoio aos pequenos produtores e às entidades assistenciais. parceria: prefeitura de birigui (sp).

Equipav.

20) Projeto Mulher

Reunião anual, realizada com todas as colaboradoras, em dia de trabalho, para apresentação de temas focados na educação e na saúde.

Cocal, Grupo Balbo, Pedra Agroindustrial, Usina São João, Usina São Luiz S/A, Viralcool.

21) Puericultura

Acompanhamento do desenvolvimento infantil.

Grupo Balbo, Pedra Agroindustrial.

Meio Ambiente

22) Apoio à Feira de Ciência

O processo de fabricação do etanol e a sua importância como combustível limpo e renovável é o tema apresentado todos os anos pelos alunos em sua feira de Ciências.

Grupo Balbo, Usina Santa Cruz, Zilor.

23) Cidade Mais Verde

A empresa é parceira do Rotary Clube em um projeto que pretende plantar mais de 100 mil mudas de árvores nos municípios onde mantém unidades. mudas, produzidas no viveiro da empresa, e cartilhas editadas pela Guarani são entregues aos públicos-alvos do projeto, entre eles estudantes.

Açúcar Guarani.

24) Coleta Seletiva e Reciclagem

Coleta seletiva e reciclagem, além da difusão de informações por intermédio de palestras de conscientização para colaboradores e comunidades.

Açúcar Guarani, Alcoeste, Brenco, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Alcídia, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ferrari, Usina Frutal, Usina Guariroba, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Itapagipe, Usina Moema, Usina Ouroeste, Usina Pitangueiras, Usina Santa Adélia, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Usina Vertente, Viralcool, Zilor.

25) Combate Biológico a Pragas

Método de defesa agropecuária, que busca encontrar no próprio ambiente os predadores naturais para controlar as populações de pragas com uso menos intensivo de pesticidas.

Todas as associadas promovem essas iniciativas.

26) Comissão Interna de Conservação de Energia, Cice

O foco de trabalho é a identificação do consumo de água e a elaboração de ações objetivando a conscientização e a racionalização do consumo de recursos hídricos.

Cerradinho, Cosan, Equipav, Grupo Balbo, Usina Boa Vista, Usina Iracema, Usina São João, Usina São Martinho.

27) Educação Ambiental

Atividades centradas em questões ambientais realizadas em escolas públicas, nas usinas e nas comunidades, abrangendo crianças e adultos.

Brenco, Cerradinho, Cocal, Cosan, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Açucareira Ester, Usina Alcídia, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Monte Alegre, Usina Pitangueiras, Usina Santa Cruz, Usina Santa Isabel, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Viralcool, Zanin, Zilor.

28) Emissão de Partículas x Adubação Orgânica

Caldeiras equipadas com lavadores: os gases emitidos vão para o ar sem nenhum corpo poluente. as cinzas retornam para a lavoura, juntamente com a torta de filtro, como adubo orgânico.

Todas as associadas promovem essas iniciativas

29) Eventos de Comemoração do Dia da Árvore

Doação à comunidade de mudas de árvores nativas e educação sobre a conservação do meio ambiente.

Açúcar Guarani, Cerradinho, Cocal, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, Pedra Agroindustrial, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina Santa Cruz, Usina São João, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Zanin, Zilor.

30) Guia de Referência Ambiental e Dicionário Ambiental

Para colaboradores, comunidade, fornecedores e alunos das escolas públicas.

Paraíso Bioenergia Ltda., Usina Colombo, Usina Santa Adélia.

31) Inventário da Vida Silvestre

Monitoramento realizado periodicamente, com a ajuda dos colaboradores, mantendo registros fotográficos de animais, pegadas, ninhos etc.

Grupo Balbo, Usina Monte Alegre.

32) Paper Cut

Uso responsável de papel e toner.

Cocal, Usina Colombo, Usina São Luiz S/A.

33) Produção de Café e de Cana Orgânicos

Cultivo com fertilizantes naturais. envolve a comunidade.

Grupo Balbo, Açúcar Guarani.

34) Programa de Adequação Ambiental

Plantio de mudas de árvores, com o objetivo de proteger e conservar a fauna e a flora das áreas.

Todas as associadas promovem essa iniciativa.

35) Projeto Doce Amanhã

Plantio de 300 árvores por crianças da cidade de São Francisco Xavier (sp).

Usina São Manoel.

36) Projeto Macaco Guigó

Os objetivos são conservar áreas remanescentes da mata atlântica e o macaco Guigó, ameaçado de extinção.

CBAA.

37) Projeto Monitoramento de Ar

Reúne colaboradores e terceirizados com o objetivo de controlar a emissão de gases da frota de veículos movidos a diesel e, ao mesmo tempo, conscientizar e qualificar motoristas e responsáveis do setor de transporte sobre a necessidade de racionalização do uso desse combustível.

Alcoeste, Nardini, Zilor.

38) Projeto Natureza

O projeto tem como objetivos a recuperação das matas ciliares e a manutenção da biodiversidade das áreas reflorestadas.

Alcoeste, Brenco, Equipav, Grupo Balbo, Pedra Agroindustrial, Usina Alcídia, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Iracema, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Zanin, Zilor.

39) Projeto Ribeirão Santa Rita Vivo

Ações: limpeza, desassoreamento e reforma do barramento e da travessia do Ribeirão Santa Rita e plantio de 12 mil mudas no Córrego da Bala, afluente do Ribeirão. Na segunda fase, foram plantadas dez mil mudas. Contou com a participação de escolas da rede pública e do Caefa. parcerias: prefeitura de Fernandópolis, polícia militar ambiental, Câmara municipal e departamento estadual de proteção dos Recursos naturais.

Alcoeste.

40) Redescobrimo o Interior

Visitas de alunos das escolas públicas das cidades litorâneas do estado de São Paulo.

Grupo Balbo, Pedra Agroindustrial, Usina Colombo, Usina Santa Cruz, Usina Santa Isabel, Usina Santa Fé, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho.

41) Rotação de Culturas com Leguminosas

A rotação de culturas é uma prática agrícola que consiste em alternar no mesmo terreno, diferentes culturas em uma seqüência pré-definida. Esse sistema melhora as características físicas, químicas e biológicas do solo; auxilia no controle de plantas daninhas, doenças e pragas; repõe matéria orgânica e protege o solo.

Açúcar Guarani, Brenco, Cerradinho, Cocal, Cosan, Destilaria Paranapanema, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Santelisa Vale, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Pitangueiras, Usina Santa Adélia, Usina São João, Usina São José, Usina São José da Estiva, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

42) Sistema de Lavagem de Gases

Otimização dos sistemas de lavagem de gases, reduzindo o consumo de água no processo.

Alcoeste, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Moema, Usina Ouroeste, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

43) Soltura de Alevinos

Projetos de repovoamento dos rios.

Equipav, Nardini, Della Coletta, Usina Caeté.

44) Torre de Resfriamento de Água

Com a implantação do circuito fechado de água, a água utilizada no processo é resfriada em cinco torres alpinas, com capacidade de quatro milhões de litros cada uma.

Açúcar Guarani, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, Irmãos Malosso, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Alcídia, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Santa Adélia, Usina Santa Fé, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Virgolino de Oliveira, Zanin, Zilor.

45) Triagem e Compostagem de Resíduos Orgânicos

Coleta para aproveitamento das sobras de alimentos por parte dos colaboradores residentes nas empresas.

Cerradinho, Cocal, Cosan, Grupo Balbo, Usina São Luiz S/A.

46) Trocadores em Placas para Regeneração de Calor entre Caldo Quente e Frio

O uso de trocadores regenerativos possibilitou a recuperação de calor do caldo quente, diminuindo a utilização de recursos hídricos.

Cosan, Della Coletta, Equipav, Irmãos Malosso, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Moema, Usina São Luiz S/A, Usina Vertente, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

47) Visita de Aposentados e Pensionistas

Orientação sobre destinação de resíduos sólidos, artesanato com materiais recicláveis etc. foram beneficiados aposentados e pensionistas da Cesp.

Usina Santa Cruz.

48) Viveiro de Mudas

Produção, plantio e distribuição de mudas.

Açúcar Guarani, Cocal, Cosan, Della Coletta, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Açucareira Furlan, Usina Alcídia, Usina Batatais, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Moema, Usina Monte Alegre, Usina Santa Adélia, Usina São João, Usina São José, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Virgolino de Oliveira, Zanin.

Educação

49) Aluno Destaque

Com o intuito de oferecer oportunidades a alunos das comunidades para o aprendizado de idiomas, a empresa patrocina bolsas de estudos, nos municípios onde mantém unidades, para estudantes selecionados pelas secretarias de educação.

Açúcar Guarani.

50) Bolsas de Estudo

As bolsas de estudo são oferecidas com o objetivo principal de desenvolver os conhecimentos e habilidades dos colaboradores. o programa contempla cursos de nível técnico, graduação e pós-graduação.

Açúcar Guarani, Cerradinho, Cocal, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Boa Vista, Usina Colombo, Usina Ferrari, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Pitangueiras, Usina Santa Adélia, Usina Santa Cruz, Usina Santa Fé, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Zilor.

51) Capacitação e Desenvolvimento Profissional

Programas de desenvolvimento e aprendizado técnico, comportamental e tecnológico para os trabalhadores.

Brenco, Cerradinho, Cocal, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Alcídia, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina Santa Isabel, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

52) Capacitando para a Vida

Incentivo à volta dos colaboradores aos estudos.

Usina Boa Vista, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina São Domingos, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Zilor.

53) Cartão de Natal

Confecção de cartões de natal por crianças do Centro nossa senhora do Rosário, apoiado pela empresa.

CBAA, Usina Ferrari.

Centro de Convivência de Itaquerê, Cecoi

A empresa contribui com a manutenção da entidade, que atua na integração social, educação e saúde, destacando projetos relacionados ao meio ambiente.

Usina Santa Fé.

54) Cidades pela Paz

Usina Frutal, Usina Itapagipe, Usina Mandu, Usina Moema, Usina Vertente.

55) Conexão, Aprendizagem Contínua

Programa de educação a distância, voltado para os colaboradores.

Zilor.

56) Conhecer

Apresentação das atividades da empresa para aproximação com seus stakeholders. participam do programa crianças a partir de 10 anos, universitários e dependentes de colaboradores.

Zilor.

57) Curso Profissionalizante de Açúcar e Alcool

Voltado à formação técnica de adolescentes da comunidade.

Cerradinho, Equipav, LDC Bioenergia, Nardini, Usina Boa Vista, Usina Colombo, Usina Santa Isabel, Usina São João, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Zilor.

58) Cursos Técnicos

Informática, açúcar, álcool e agricultura familiar. parcerias: secretaria municipal de educação e Centro paula souza.

Alcoeste, Cocal, Equipav, LDC Bioenergia, Pioneiros Bioenergia, Usina Pitangueiras, Usina São João, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Virgolino de Oliveira, Zilor.

59) Educação e Desenvolvimento Pessoal

Busca ampliar o potencial dos colaboradores, por meio do autodesenvolvimento e do autogerenciamento.

Cocal, Pioneiros Bioenergia, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina São João, Usina São Manoel, Zilor.

60) Educação Financeira

Informações sobre juros, transações bancárias, administração do dinheiro, entre outras, para trabalhadores e comunidade.

Cosan, Equipav, NovAmérica, Usina Caeté, Usina Colombo.

61) Educar Nunca é Tarde

Alfabetização de adultos.

Usina Mandu, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Virgolino de Oliveira, Zilor.

62) Escola Formare

Os professores são colaboradores voluntários, que ministram aos jovens matérias relacionadas a perspectivas profissionais. parceria: bextro.

Equipav.

63) Formação de Trainees

O objetivo é desenvolver pessoas para ocupar posições dentro da empresa, inclusive de nível técnico ou estratégico.

Açúcar Guarani, Cerradinho, Cocal, Equipav, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Alcídia, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina São João, Usina São Martinho, Zilor.

64) Fundação Lions

Construção de salas de desenvolvimento psicossocial e reforma de outras áreas do Centro de ensino especial dr. Alfredo mariz Costa, em Quirinópolis (Go). parceria: bndes.

Usina Boa Vista.

65) Hora do Conto

Dedicada a crianças que estejam cursando o ensino fundamental. Em parceria com a prefeitura tem o intuito de incentivar o gosto pela leitura.

Zilor.

66) Inclusão Digital

Aulas de informática para alunos do curso de alfabetização e doações de computadores.

CBAA, Cerradinho, Della Coletta, Equipav, Pedra Agroindustrial, Usina Boa Vista, Usina Iracema, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho.

67) Inclusão Digital/Inglês

Projeto desenvolvido na comunidade, com o objetivo de incentivar o aprendizado da língua inglesa, por meio do software Reading Companion – parceria com a ibm brasil.

NovAmérica.

68) Integração Escola-Empresa

Visitas de alunos do ensino médio às empresas, para conhecer a atividade agroindustrial. parceria: bag. Alcoeste, CBAA, Cerradinho, Cocal, Equipav, Grupo Balbo, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Batatais, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Ipiranga, Usina Santa Fé, Usina Santa Isabel, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zanin, Zilor.

69) Integração na Admissão

As empresas fazem a integração dos colaboradores através de palestras e orientações.

Todas as associadas promovem essa iniciativa.

70) Líderes de Alta Performance, LAP

A empresa incentiva e cria condições para o autodesenvolvimento no trabalho, por meio de palestras e seminários. participam colaboradores.

Todas as associadas promovem essa iniciativa.

71) Material Escolar

Convênios com papelerias e doações de material escolar para colaboradores e filhos de colaboradores.

Alcoeste, Cerradinho, Cocal, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pioneiros Bioenergia, Santelisa Vale, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina Santa Cruz, Usina Santa Fé, Usina São Domingos, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

72) MBA

Realização de mba, em parceria com a fundace/Usp, na companhia, para executivos e analistas seniores.

Cosan, LDC Bioenergia, NovAmérica, Usina Moema, Usina Pitangueiras.

73) Menor Aprendiz

Em parceria com o senai, o programa menor aprendiz é voltado à formação técnica de estudantes, com idade a partir dos 16 anos, para a posterior contratação nas usinas. a proposta é desenvolver o autoconhecimento e a percepção do jovem sobre suas potencialidades, relacionando o aprendizado na empresa com os conteúdos da vivência na escola.

Açúcar Guarani, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Pitangueiras, Usina Santa Adélia, Usina São Domingos, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zanin, Zilor.

74) Núcleos Educacionais e de Semiprofissionalização

Projetos de educação infantil que estimulam o desenvolvimento e a preparação para o mercado de trabalho, envolvendo centenas de pessoas entre filhos de colaboradores e crianças da comunidade.

Cosan.

75) Prêmio Aurélio Nardini

Criado para gerar integração entre comunidade e empresa, destacando o comprometimento com a educação. É dirigido a estudantes das redes de ensino municipal e estadual.

Nardini.

76) Programa Aprender Sempre Universitário

Bolsas de estudos integral e ajuda de custo para filhos dos colaboradores de 17 a 24 anos.

Zilor.

77) Programa de Incentivo aos Estudos

Incentiva o colaborador a retomar os estudos.

Pedra Agroindustrial, Usina São Luiz S/A, Zilor.

78) Programa Jovem Empreendedor

Parceria com o ideli, instituto de desenvolvimento de limeira e Junior achievement, o projeto é voltado a desenvolver o empreendedorismo de estudantes dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas de iracemápolis (sp). além de patrocínio financeiro, a empresa disponibiliza colaboradores, que ministram aulas voluntariamente.

Usina Iracema.

79) Programa Sol Plus

Atividade educacional que envolve os colaboradores com os princípios de segurança, da ordem e da limpeza nas áreas do trabalho, buscando, através dos 5s, contribuir para a manutenção do ambiente de trabalho e da qualidade de vida.

Della Coletta.

80) Projeto Agronegócio na Escola

A proposta é levar aos alunos da 1ª série do ensino médio, das redes pública e privada, conceitos do agronegócio.

Usina Mandu, Usina São Luiz S/A, Zanin, Zilor.

81) Projeto Aprendiz

Curso de aprendizagem para filhos de colaboradores e adolescentes do projeto Criança doce energia.

Cerradinho.

82) Projeto Assistência Educacional

Apoio ao ensino fundamental, médio e superior para filhos de funcionários.

NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Usina Monte Alegre, Usina Santa Lúcia.

83) Projeto Criança Doce Energia

Atende diariamente, nas dependências das usinas, crianças e adolescentes (filhos de colaboradores e comunidade), com o objetivo de construir um referencial incentivador de boas atitudes educacionais, capacitando-os para a vida profissional. parceiros: senac, sesc, legião mirim, polícia militar, CmdCa, Conselho tutelar, onGs, comunidades e prefeituras.

Cerradinho.

84) Projeto Criança Feliz

Em brasilândia (ms), proporciona a filhos de colaboradores e comunidade, reforço escolar, atividades esportivas, artes e artesanato, em horário contrário ao da escola.

CBAA.

85) Projeto Educação para o Trabalho

Promovido em parceria com o senac de barretos (sp), tem como proposta preparar os jovens para o mercado de trabalho.

Açúcar Guarani.

86) Projeto Educacional

Atende crianças de pontal (sp), que recebem alimentação, uniforme escolar, transporte, material didático, remédios, atendimento médico e odontológico.

Usina Bazan.

87) Projeto Encanto Infantil

A proposta é contribuir para formação de futuros cidadãos, por meio de atividades voltadas à educação pessoal, profissional e ambiental. atende filhos de colaboradores e crianças da comunidade.

Brenco.

88) Projeto Estação de Vivência

Em parceria com o senac, os alunos passam uma semana na usina, conhecendo o dia-a-dia dos departamentos.

Cerradinho.

89) Projeto Grupos de Escoteiros

Palestras sobre meio ambiente, ações de reflorestamento e visitas a nascentes, entre outras, seguindo o método educativo dos escoteiros. Participam jovens da comunidade.

Brenco.

90) Projeto Jovem em Ação

Atende jovens em situação de risco, visando à interação com a comunidade.

Usina Caeté.

91) Projeto Lendo com a Estiva na Moenda das Letras

Crianças em idade escolar recebem estímulos para ler, escrever e interpretar textos.

Usina São José da Estiva.

92) Projeto Luz e Ação

Incentivo a ações que promovam desenvolvimento de adolescentes inseridos em medidas socioeducativas de prestação de serviço à comunidade e de liberdade assistida.

Usina Santa Isabel

93) Projeto Patrulheiros

Convênio com a associação oficina mãe-patrulheiros, de iracemópolis (sp) e brigada mirim ambiental de Quirinópolis (Go), que investem no desenvolvimento de adolescentes da comunidade.

Usina Boa Vista, Usina Iracema.

94) Projeto Profissões

Palestras sobre profissões para alunos do ensino médio.

Usina Santa Fé.

95) Projeto Projov

Em parceria com a associação de amparo e proteção ao menor de pradópolis (sp), a usina contrata adolescentes para prestarem serviços nas áreas administrativas. até um ano após a saída do projeto, o adolescente pode participar do processo de recrutamento.

Usina São Martinho.

96) Projeto Pequeno Cidadão

Atividades esportivas e reforço escolar para disseminar conceitos ligados à cidadania. atende filhos de

colaboradores e comunidade.

Usina Caeté.

97) Projeto Sachê Metas do Milênio

A empresa divulga as metas do milênio nos seus sachês de açúcar.

Usina Caeté.

98) Projeto Tear, Tecendo Redes Sustentáveis

Vale do Rosário (Grupo Santelisa Vale).

99) Projeto Thalita Kum

Doação de uma casa-abrigo para o projeto Criança e adolescente, da associação instituto Renascer, em Quirinópolis (sp). parceria: bndes.

Usina Boa Vista.

100) Projeto Um Olhar Comunitário

Palestras em escolas da região, orientando sobre educação ambiental, saúde, drogas, relações familiares, entre outros temas.

Cerradinho.

101) Reforço Escolar

Acompanhamento psicopedagógico para crianças em idade escolar.

Usina São José da Estiva, Paraíso Bioenergia Ltda.

102) Reunião com Fornecedores de Materiais e Serviços

Reuniões trimestrais visando passar conceitos de Responsabilidade social empresarial.

Usina São Manoel.

103) Stakeholders

Realização de encontros com os principais stakeholders, nos quais são abordados assuntos relevantes: meio ambiente, empregabilidade e escolaridade.

Usina São Manoel.

104) Telecurso 2000

Atende colaboradores que interromperam a educação formal regular. Realizado em parceria com o sesi.

Cocal, Cosan, Usina Iracema, Viralcool, Virgolino de Oliveira.

105) Telessalas

Usina Iracema, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Viralcool, Virgolino de Oliveira.

106) Transporte Escolar

Para os dependentes de colaboradores (até 18 anos) que residem na fazenda da empresa.

LDC Bioenergia, Paraíso Bioenergia Ltda., Santelisa Vale, Usina Pitangueiras, Usina São Luiz S/A, Zanin.

107) Usina do Saber

O projeto seleciona crianças de comunidades carentes, oferece transporte até a escola na vila residencial da empresa, onde as mesmas recebem educação formal em um período do dia, através de um acompanhamento pedagógico de profissionais capacitados e, num segundo período, os alunos realizam atividades físicas, culturais, esportivas etc.

Usina São João.

108) Viagem para Conhecer

Estudantes visitam feiras, museus, empresas e exposições.

Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A.

109) Vida e Trabalho pela Instituição Maria Gianni de Andrade

Atividades esportivas e culturais, aulas de artesanato, reforço escolar e cursos profissionalizantes para adolescentes em situação de risco de pitangueiras (sp).

Usina Pitangueiras.

Esporte

110) Ação Cidadã

Diversas modalidades culturais e esportivas para crianças e adolescentes de buritizal (sp). a empresa participou da aquisição de materiais esportivos e está envolvida no planejamento, operação e avaliação das ações.

Pedra Agroindustrial.

111) Apoio ao Esporte

Incentivo à participação de atletas em corridas e patrocínios.

Cerradinho, Cevasa, Cocal, Cosan, Della Coletta, Nardini, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Usina Caeté, Usina Santa Cruz, Usina São José da Estiva.

112) Bom de Bola Bom na Escola

Usina Iracema, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A.

113) Campeonatos Internos

Futebol, truco, tênis e rugby.

Cerradinho, Cocal, Equipav, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Caeté, Usina Iracema, Usina Santa Cruz, Usina São João, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Zanin, Zilor.

114) Construção de Quadra Poliesportiva

Teve como objetivo proporcionar melhor qualidade de vida aos internos da instituição Casa de Recuperação do dependente Químico, em Quirinópolis (sp). parceria: bndes.

Usina Boa Vista.

115) Corrida Matilat Nardini

Prova de pedestre (seletiva para a corrida internacional de são silvestre), realizada em Catanduva (sp), com o objetivo de incentivar a prática do esporte. também patrocina uma equipe de atletismo.

Nardini

116) Escolinhas

Abertas à comunidade e aos colaboradores. futebol, dança e tênis.

Cocal, Cosan, Equipav, Paraíso Bioenergia Ltda., NovAmérica, Usina São José da Estiva.

117) Esporte e Lazer

Clube social próprio para colaboradores e seus dependentes.

Alcoeste, Cerradinho, Cocal, Equipav, Grupo Balbo, Nardini, NovAmérica, Santelisa Vale, Usina Iracema, Usina Moema, Usina Santa Adélia, Usina Santa Isabel, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

118) Gincana de Integração

Para trabalhadores e seus dependentes.

Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A.

119) Parasafra Cultural, Esportiva e Recreativa

Lazer e atividades esportivas.

Paraíso Bioenergia Ltda.

120) Pescada Anual

Visa promover a integração entre os colaboradores por meio da pesca esportiva .

Cerradinho, Usina São Luiz S/A.

121) Pesque e Leve

Promove lazer e integração entre os colaboradores e incentiva a pesca esportiva.

Santelisa Vale, Zilor.

122) Programa de Atividade Física, Esportiva e de Lazer

Lazer e iniciação esportiva.

Pedra Agroindustrial, Zilor.

123) Programa Mexa-se Talento

Prepara jovens para competições de atletismo.

LDC Bioenergia.

124) Programa de Férias

Esporte e lazer para crianças e adolescentes nas férias escolares.

Pedra Agroindustrial, Zilor.

125) Projeto Academia

Destinado aos colaboradores e seus filhos.

Cerradinho, Equipav, NovAmérica, Santelisa Vale, Usina São João, Zilor.

126) Projeto Bike Saúde

Para crianças e adultos. parcerias: prefeituras de lençóis paulista e Quatá (sp). promove passeios iclísticos.

Zilor.

127) Projeto Esporte e Qualidade de Vida

Campeonatos esportivos para colaboradores e seus familiares.

Cocal, Usina São Luiz S/A, Zilor.

Cultura

128) A Criança e a Arte de Brincar

Dedicado a filhos de colaboradores, em comemoração ao dia das Crianças.

Usina Colombo.

129) Apoios Culturais

A empresa é uma das parceiras da prefeitura de olímpia (sp) na realização do festival nacional do folclore.

Açúcar Guarani.

130) Apoio a Festivais Culturais

Festival nacional do Canto de bebedouro (sp) e festival de Canto em Catanduva (sp); concerto de natal em praça pública.

Cerradinho.

131) Aprendiz de Vida Melhor

Apoio ao projeto, desenvolvido em buritizal (sp) e participação no planejamento e avaliação das ações.

Pedra Agroindustrial.

132) Associação Bandas e Fanfarras Ribeirão Preto

Ensino musical e socialização de crianças e adolescentes.

Pedra Agroindustrial.

133) Escolinhas Bibliotecas

Mantém bibliotecas em suas unidades para colaboradores e família, equipada com obras literárias e assinaturas de revistas e jornais.

Açúcar Guarani, Grupo Balbo, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Viralcool, Virgolino de Oliveira.

134) Brinquedotecas

São doados brinquedos, jogos e peças lúdicas, de cunho educacional, a escolas, creches e centros de referência. parcerias: prefeituras.

Açúcar Guarani, Cocal, Grupo Balbo, Usina São Manoel.

135) Conhecendo a Empresa

Palestras sobre a fabricação do açúcar e do etanol, sustentabilidade na cultura da cana e conservação do meio ambiente.

Alcoeste, Açúcar Guarani, Equipav, LDC Bioenergia, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Usina São Domingos, Usina São Luiz S/A, Zilor.

136) Contribuir para Incentivar

Busca o desenvolvimento e a educação de crianças de entidades beneficentes. parcerias: apae, Unesp, padre albino saúde, lar da Criança dona lola Zancaner de Catanduva (sp), projeto prevenir de Pindorama (sp), projeto espaço amigo e peti de Catiguá (sp), creches Zellinda tereza Cacciari fernandes e professora maria lucia vallejo vivaldini, escola técnica elias nechar.

Usina São Domingos.

137) Coral

Participam trabalhadores e comunidade.

Açúcar Guarani, Cerradinho, Cosan, NovAmérica, Santelisa Vale, Usina São Luiz S/A, Viralcool, Zilor.

138) Despertando a Criatividade

Crianças criam desenhos para os cartões de natal das empresas.

Della Coletta, Usina São José da Estiva.

139) Espaço Cultural Santelisa Vale

Inclusão social e cultural de jovens e adultos. É uma escola de teatro, referência na produção independente.

Santelisa Vale.

140) Estação Criança

Tem como objetivo integrar os filhos dos colaboradores, proporcionando diversão e lazer.

Usina Iracema, Usina São Martinho.

141) Estação Cultura

Os objetivos são integrar as famílias e promover o acesso à cultura, por meio de apresentações do projeto Juventude tem Concerto, da Orquestra Sinfônica de Ribeirão preto (sp), patrocinada pelo Grupo.

Usina São Martinho.

142) Estiva Cultural

Estimula o interesse pela cultura por meio de peças teatrais e oficinas.

Usina São José da Estiva.

143) Eventos Culturais e Concertos

Realização de eventos culturais na comunidade – concertos, peças de teatro, musicais – com arrecadação de alimentos, produtos de limpeza e recursos para aplicação em projetos da comunidade, como o brinquedoteca móvel desenvolvido junto a crianças internadas na santa Casa de assis (sp).

NovAmérica.

144) Jornal Informativo

Distribuído a colaboradores, familiares e comunidade.

Todas as associadas promovem essas iniciativas.

145) Fundação Cultural de Serrana

O prédio e o mobiliário da fundação foram doados pela empresa, que faz contribuições anuais para a sua manutenção.

Pedra Agroindustrial.

146) Fundação da Associação Movimento Arte e Cultura de Iracemápolis, Amaci

Doação do Cine iracema à instituição cultural.

Usina Iracema.

147) Ler é Viver

Incentivo à leitura de obras literárias, apoiado pelo ministério da Cultura, doadas às bibliotecas públicas

municipais e escolares de dumont, barrinha, Guariba, iracemópolis e padrópolis (sp).

Usina Iracema, Usina São Martinho.

148) Memorial Equipav

Acervo de fotos e objetos que preservam a história da empresa.

Equipav.

149) Música na Escola

Contratação de professores para aulas em escolas municipais. parcerias: prefeitura/secretaria da educação de icem (sp). Atende comunidade e filhos de colaboradores.

CBAA.

150) Organização Vida Nova, Casa das Mangueiras

Oficinas de tapeçaria, artesanato, oficinas culturais, dança e jogos educativos para a entidade que atende crianças e adolescentes.

Grupo Balbo, Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Batatais, Usina Moema.

151) Parasafra Cultural, Esportiva e Recreativa

Concurso de redação e desenho voltado a colaboradores e dependentes.

Paraíso Bioenergia Ltda.

152) Páscoa Feliz

Distribuição de ovos de chocolate.

Usina Pitangueiras, Usina São José, Usina São José da Estiva.

153) Por um Natal sem Fome

Doação de alimentos à comunidade por parte de colaboradores e seus familiares.

Usina Colombo.

154) Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico

A proposta é disseminar os valores culturais do noroeste paulista, com destaque para o patrimônio arqueológico recuperado nas pesquisas feitas nas unidades da Guarani em olímpia e pedranópolis (sp).

Açúcar Guarani.

155) Programa de Resgate da Memória dos Municípios

Apoio a projetos que resgatam a história dos municípios onde atua, por meio da edição de livros.

Pedra Agroindustrial.

156) Programa Tocando o Futuro

Tem como alicerce a banda musical Zillo lorenzetti, composta por crianças e adolescentes da comunidade.

Zilor.

157) Programas Religiosos

Realização de missas no início e/ou no final da safra.

Todas as associadas promovem essas iniciativas.

158) Projeto Caixa de Leitura

Proporciona aos colaboradores e familiares cultura e lazer por meio da leitura. parceria: sesi.

Cerradinho, Cocal, NovAmérica, Zilor.

159) Projeto Caixa Estante

Em parceria com o sesi, proporciona aos colaboradores e familiares cultura e lazer por meio da leitura.

Usina Santa Fé, Usina São Luiz S/A.

160) Projeto Casa da Leitura

Espaço com acervo de dez mil livros que atende a comunidade.

Usina Santa Fé.

161) Projeto Cultural

Teatro, dança e artesanato para a comunidade.

Usina São Luiz.

162) Projeto Folclores

Crianças participam de um concurso de máscaras em papel machê. parceria: secretaria de Cultura de santa Cruz das palmeiras (sp).

Usina Ferrari.

163) Projeto Futuro

Projeto cultural voltado ao desenvolvimento de crianças e jovens da comunidade por meio de ações culturais. dispõe de uma banda musical, teatro, dança, coral, educação ambiental etc. para realização de eventos culturais, conta com a parceria do ministério da Cultura.

NovAmérica.

164) Projeto Gincana Cultural

São desenvolvidas brincadeiras e atividades culturais junto a crianças de escolas municipais, estaduais e particulares da 8ª série, focando a cultura de cana.

Zilor.

165) Projeto Literatura de Cordel

Oficina que promove encontro de crianças e jovens com a literatura nas férias escolares.

Usina Santa Fé.

166) Projeto Prevenir

De caráter educacional, oferece acompanhamento psicológico, atividades culturais, de artesanato e profissionalizantes. parceria: sindicato dos trabalhadores nas indústrias da alimentação de Catanduva (sp).

Virgolino de Oliveira.

167) Projeto Renascer

Atende crianças em sidrolândia (ms), propiciando atividades de esporte, lazer, reforço escolar etc.

CBAA.

168) Projetos Teatrais

Cerradinho, Cosan, NovAmérica, Santelisa Vale, Usina Boa Vista, Usina Iracema, Usina São Martinho.

169) Rádio Energia

O projeto leva informação e cultura ao trabalhador rural durante o trajeto de casa para o trabalho.

Abengoa Bioenergia Brasil.

170) Rota da Arte

Projeto voltado ao desenvolvimento cultural da comunidade, por meio de apresentações musicais, teatrais e exposições itinerantes. implantado em parceria com o ministério da Cultura.

NovAmérica.

171) Valorização do Colaborador

Celebra o dia internacional da mulher, dia das mães e dia dos pais.

Della Coletta, Equipav, Nardini, Usina São José.

Qualidade de vida

172) Acantonamento de Férias

Programa que recebe filhos de colaboradores para passarem o final de semana na empresa.

NovAmérica.

173) Associação da Criança Abrigada de Serrana

Acolhe crianças com até 12 anos, encaminhadas pelo Conselho tutelar e poder Judiciário.

Pedra Agroindustrial.

174) Cesta de Natal para os Colaboradores

Açúcar Guarani, Alcoeste, Cocal, Cosan, LDC Bioenergia, Usina Batatais, Usina Boa Vista, Usina Ferrari, Usina Iracema, Usina Pitangueiras, Usina Santa Fé, Usina São João, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira.

175) Confraternizações

Visam a integração e valorização dos colaboradores (dia da mulher, dia do trabalho, festa Junina, dia da Criança, final de ano etc).

Açúcar Guarani, Alcoeste, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, Grupo Balbo, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Alcídia, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Ipiranga, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Pitangueiras, Usina Santa Cruz, Usina Santa Isabel, Usina São Domingos, Usina São João, Usina São José da Estiva, Usina São José, Usina São Luiz S/A, Usina São Martinho, Viralcool, Zilor.

176) Construção de parte da nova sede da Apae de Paranaiguara (SP)

Objetiva proporcionar melhor atendimento às pessoas que recorrem à instituição.

Usina Boa Vista.

177) Grupo D'Olhos

Objetivo: melhorar o ambiente de trabalho, por meio da política dos 5s parceria: secretaria da educação e esporte.

Cevasa, Cocal, Usina Guariroba, Usina Moema, Usina Vertente.

178) Oficina Geração de Renda

Artesanato, confecção de trufas, ovos de páscoa etc.

Alcoeste, Usina São José da Estiva.

179) Prata da Casa

Programa de reconhecimento para colaboradores que completam 25 anos de empresa.

Grupo Balbo, NovAmérica, Usina São João.

180) Programas de Benefícios

Todas as associadas promovem essas iniciativas.

181) Programa Habitacional Viva Feliz

Atendimento ao trabalhador que vem de outras cidades, oferecendo acomodações e alimentação.

Equipav.

182) Programa de Preparação para Aposentadoria – PPA

O programa oferece aos colaboradores em fase de aposentadoria orientações para o processo, através de palestras, liberação do trabalho para procurar novos empreendimentos e assistência médica pós-aposentadoria.

NovAmérica.

183) Programa de Qualidade de Vida

Avaliações médicas e atividades físicas em academias para os colaboradores.

Cocal, Equipav, NovAmérica, Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Virgolino de Oliveira.

184) Programa Qualiseg

Voltado aos colaboradores do setor industrial, contou com ações sobre higiene, organização e limpeza, além da semana da segurança.

Usina Colombo.

185) Programa de Recuperação Orçamentária – PRO

Contribui para a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e familiares, viabilizando alternativas para minimização de desajustes socioeconômicos.

Santelisa Vale.

186) Programa de Valorização de Pessoas

Reconhece a contribuição dos colaboradores que completam 15, 20, 25, 30, 35 ou mais anos de trabalho na empresa.

Viralcool, Zilor.

187) Programa de Viagens

Viagens de férias para colaboradores e familiares. a empresa participa da organização e arca com 30% do custo.

Pedra Agroindustrial, Usina São Luiz S/A.

188) Programa Viva

Este programa oferece atividades relacionadas ao lazer, saúde e alimentação que visam a melhoria da qualidade de vida do colaborador.

NovAmérica.

189) Projeto Assistência Recreativa

Recreação de férias para colaboradores e dependentes.

Usina Santa Lúcia.

190) Projeto Bom Dia

Distribuição de lanches para trabalhadores rurais.

Usina Colombo, Usina São José da Estiva, Usina São Luiz S/A, Zilor.

191) Projeto Gestante Mulher e Vida

Acompanhamento em creches, distribuição de kit gestante para esposas de colaboradores etc.

CBAA.

192) Projeto Jardim

Promovido pelos trabalhadores para elevar a qualidade de vida da comunidade (reforma de moradias, doação de alimentos etc.).

Usina São José da Estiva.

193) Projeto Lazer aos Funcionários

As empresas providenciam instalações e promovem iniciativas para o lazer e a recreação dos funcionários e seus familiares.

Todas as associadas promovem essas iniciativas.

194) Projeto Parcerias

Treinamentos: liderança, aplicação de agrotóxicos, processamento de melão, açúcar mascavo e rapadura (para as esposas dos colaboradores).

Della Coletta, Usina Caeté, Zilor.

195) Reforma de Entidades Assistenciais

As reformas de cinco creches e da Casa do idoso em São Manuel beneficiaram filhos de colaboradores e a comunidade.

Usina São Manoel.

196) Relógio de Ouro

Reconhecimento de funcionários com 30 anos de empresa.

Pedra Agroindustrial.

197) Voluntariado

Colaboradores estão empenhados em criar um grupo de voluntários. algumas ações já foram desenvolvidas, como arrecadação de alimentos, apadrinhamento de crianças carentes, entre outras.

Cerradinho, Grupo Balbo, Irmãos Malosso, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Usina Iracema, Usina Santa Cruz, Usina Santa Isabel, Usina São Manoel, Usina São Martinho.

Capacitação

198) Alfabetização de Jovens e Adultos

Alfabetização dos colaboradores para que tenham acesso aos cursos técnicos.

LDC Bioenergia, Usina Mandu, Usina São José, Zilor.

199) Aprimoramento Educacional

Subvenção aos colaboradores em cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e de idiomas.

Açúcar Guarani, Cosan, Infinity Bio, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Santelisa Vale, Usina Boa Vista, Usina Colombo, Usina Guariroba, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Moema, Usina Ouroeste, Usina Santa Fé, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Usina Vertente, Virgolino de Oliveira, Zilor.

200) Cana Limpa

Em parceria com o serviço nacional de aprendizagem Rural, senar, o programa capacita o cortador de cana, tendo como foco o desenvolvimento do homem, como cidadão e como trabalhador, em uma perspectiva de crescimento profissional e de bemestar social. no curso são oferecidas noções de segurança, educação e meio ambiente, além da abordagem de questões sobre equipamentos e ferramentas de trabalho, qualidade da matéria-prima (tipos de impurezas minerais e vegetais), entre outras.

Açúcar Guarani, Alcoeste, Cerradinho, Cocal, Cosan, Della Coletta, Equipav, LDC Bioenergia, Nardini, NovAmérica, Paraíso Bioenergia Ltda., Pedra Agroindustrial, Usina Alcídia, Usina Batatais, Usina Boa Vista, Usina Caeté, Usina Colombo, Usina Iracema, Usina Mandu, Usina Pitangueiras, Usina Santa Fé, Usina São Domingos, Usina São João, Usina São José, Usina São Manoel, Usina São Martinho, Viralcool, Virgolino de Oliveira, Zilor.

201) Capacitação e Desenvolvimento Profissional

Programas de desenvolvimento e aprendizado técnico, comportamental e tecnológico para os trabalhadores..

ANEXO 7.

Posição Acionária das empresas do setor de açúcar e álcool listadas na Bovespa:

- **Açúcar Guarani**

Posição acionária⁵³ – 31-07-08

Nome	% Total
S.A.s Berneuil Participations	48,32
Tereos Do Brasil Participações Ltda	14,11
Ventoria Limited	9,30
Gaviao - M Investments Llc	3,45
Gaviao Ii Investmens Llc	1,49
Gaviao-p Investments Llc	1,05
Sucres Et Denrees	5,02
Ações em Tesouraria	0,0
Outros	17,26
Total	100,00

Fonte: Bovespa

- **Cosan Limited**

Posição acionária – 16-10-08

Nome	% Total
Queluz Holdings Limited	28,61
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar E Álcool	11,09
Janus Capital Management Llc	6,33
Fmr Llc	5,83
Wellington Management Company Llp	5,15
Fundos Gávea Ltda.	14,57

⁵³ Posição dos acionistas com mais de 5% das ações de cada espécie.

Ações em Tesouraria	0,00
Outros	28,42
Total	100,00

Fonte: Bovespa

- **Cosan S/A**

Posição Acionária – 19-09-2008

Nome	% Total
Cosan Limited	69,05
Credit Suisse Hg Corretora de Valores Sa	8,68
Ações em Tesouraria	0,00
Outros	22,27
Total	100,00

Fonte: Bovespa

- **São Martinho S/A**

Posição acionária – 31-07-08

Nome	% Total
Luiz Ometto Participações S/a	25,19
João Ometto Participações S/a	25,19
Nelson Ometto Participações Ltda	10,76
Luiz Olavo Batista	0,89
Homero Corrêa de Arruda Filho	2,02
Nelson Ometto	0,30
Luis Antonio Cera Ometto	0,00
João Guilherme Sabino Ometto	0,00
Murilo Cesar Lemos Dos Santos Passos	0,00

Marcelo Campos Ometto	0,00
Ações em Tesouraria	0,00
Outros	35,65
Total	100,00

Fonte: Bovespa

- **Usina Costa Pinto S/A Açúcar e Álcool**

Posição acionária – 05-08-1996

Nome	% Total
Pedro Ometto S.A. - Adm. E Participação	58,97
Aguassanta Participações S.A.	5,72
Jaime Michaan Chalan	5,77
Isaac Michaan	5,19
Ações em Tesouraria	24,35
Outros	0,00
Total	100,00

Fonte: Bovespa

REFERÊNCIAS

A TARDE ONLINE **Indústria automotiva aguarda auge do etanol para exportar carros flex** 05/04/2007 Disponível em <http://www3.atarde.com.br/economia/interna.jsp?xsl=noticia.xml&xml=NOTICIA/2007/04/05/1067737.xml> Acessado em 06 de Abril de 2007.

AÇUCAR GUARANI. Disponível em www.acucarguarani.com.br Acessado em 12 de Janeiro de 2008.

ALESSI, N. P., NAVARRO, V. L. **Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto**, São Paulo, Brasil Cad. Saúde Pública v.13 supl.2 Rio de Janeiro 1997.

ALESSI, N. P. & SCOPINHO, R. A., 1994. **A saúde do trabalhador da cana de açúcar**. In: *Saúde e Trabalho no Sistema Único de Saúde* (N. P. Alessi; A. Palocci Filho; S. A. Pinheiro; R. A. Scopinho & G. B. Silva, orgs.). pp. 121-151, São Paulo: Hucitec.

ALMEIDA, E. **Etanol verde-amarelo atrai investidores estrangeiros** – Revista Valor Especial, Abril de 2008

ALVES, F. **Migração de Trabalhadores Rurais do Maranhão e Piauí para o Corte de Cana em São Paulo: Será este um Fenômeno Casual ou Recorrente da Estratégia Empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro?** In NOVAES, J. R., ALVES, F. (orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos, Edufscar, 2007.

ALVES, F. J. C. ou ALVES, F. **Por que Morrem os Cortadores de Cana?**. Saúde e Sociedade, v. 15/3, p. 90-98, 2006.

ALVES, F. **Relatório do Projeto Temático FAPESP Políticas Territoriais e Auto-sustentabilidade: Avaliação e Propostas para a Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu**. (Processo 00/02042-2). São Carlos, 2003.

ALVES, F. **Modernização da Agricultura e Sindicalismo: As Lutas dos Trabalhadores Assalariados Rurais na Região Canavieira de Ribeirão Preto**. (Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp, Campinas), 1991.

- ANALISE E INDICADORES DO AGRONEGÓCIO. Vol 1, no. 9, setembro 2006.
- ANFAVEA. Disponível em www.anfavea.com.br. Acessado em Setembro de 2008.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1997.
- ANTUNES, R. **Anotações sobre o capitalismo recente no Brasil**. In ANTUNES, R. & MORAES, M. A. (orgs). *Avesso ao Trabalho*. São Paulo, Editora Expressão Popular, p. 13-27, 2004.
- ASSIS, W. F. T. ; LASCHEFSKI, K. . **Impactos Cumulativos e Tendências Territoriais da Expansão de Cana e Eucalipto para Produção de Bioenergia**. 2006.
- ASSIS, W. F. T. et al . **Despoluindo Incertezas: Impactos Locais da Expansão das Monoculturas Energéticas no Brasil e Replicabilidade de Modelos Sustentáveis de Produção e Uso de Biocombustíveis**. 2007.
- ASSUMPÇÃO, M.R & BIANCHINI, V.K. A relação industrial entre empresas da agroindústria açucareira & das indústrias de alimentos e de bebidas. Relatório Técnico. RECOPE / FINEP. 2001
- BELIK, Walter ; RAMOS, Pedro . **Política para o setor sucroalcooleiro frente à crise: uma proposta alternativa para o Estado de São Paulo**. São Paulo: Diretório Regional do PT/SP, 1999. 44 p.
- BELIK, W.; RAMOS, P; VIAN, C.E.F. **Mudanças institucionais e seus impactos nas estratégias dos capitais do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil** (compact disc). In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 36, Poços de Caldas, 1998. Anais. Brasília, Sober, 1998.
- BERMANN, Célio. **As Novas Energias no Brasil: dilemas da inclusão e programas do governo**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.
- BIHR, A. **Du “Grand Soir” a “L’Alternative” (Le Mouvement Ouvrier Européen en Crise)**. Paris, Les Editions Ouvrières, 1991.
- BNDES Disponível em www.bndes.gov.br Acessado em 03 de Fevereiro de 2008.
- BOVESPA. Disponível em www.bovespa.com.br Acessado em 22 de Maio de 2008.
- CAPPELLIN, P; GIULIANI, G. M. **The Political Economy of Corporate Responsibility in Brazil: Social and Environmental Dimensions**. In *Technology*,

Business and Society Programme Paper Number 14. United Nations Research Institute for Social Development. P 01-67. October 2004.

CARRION, R.S.M; GARAY, A. **Organizações Privadas Sem Fins Lucrativos: a participação do mercado no terceiro setor.** In *Revista Tempo Social* São Paulo: vol. 12 Número 02 P 237-255. 2000.

CARVALHO M.L.S., NETO M.C., PINHEIRO A.C. **A viabilização da agricultura do Alentejo pelo regadio,** *Economia e Sociologia*, 63, 73-95. 1997.

CONSAGRO. Disponível em <http://www.consagronet.com.br/> Acessado em Fevereiro de 2009.

COSAN. Disponível em http://www.cosan.com.br/gestao_fpo.aspx Acessado em 10 de Janeiro de 2008.

CONSAGRO Disponível em http://www.agricultura.gov.br/portal/page?_pageid=33,2330740&_dad=portal&_schema=PORTAL. Acessado em Julho de 2008.

CORREIO BRASILIENSE. **O potencial da energia da biomassa da cana-de-açúcar no Brasil** - 12/09/2008.

CVM Disponível em www.cvm.gov.br Acessado em 12 de Março de 2008.

DATAGRO CONSULTORIA Disponível em www.datagro.com/r_home.php Acessado em 12 de Março de 2008.

DEJOURS, C. **Por um novo conceito de saúde.** *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, São Paulo, FUNDACENTRO, 14(54):7-11, Mar/Jun. 1986.

DIMAGGIO, Paul J. and POWELL, Walter W. **The iron cage revisited: Institutional Isomorphis and collective rationality in organizational fields.** In *The new institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

EID, F. **Économie de Rente et Agro Industrie du Sucre et de IÁlcool au Brésil** Tese de Doutorado orientada pelo Prof. Christian Palloix, apresentada à Faculté d'Économie et de Gestion da Université de Picardie Jules Verne. Amiens, Jan. 1992.

ETHOS Disponível em ETHOS Disponível em www.ethos.org.br Acessado em 04-02-2008.

FIERGS Disponível em www.fiergs.org.br Acessado em 10 de Março de 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Cadeia de biocombustíveis busca certificação.** 30/09/2008.

FOLHA DE SÃO PAULO **Canaviais empregam mais índios.** Pp. A6, 11 de Fevereiro de 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO **Cana concentra trabalho degradante.** Pp. B4, 17 de Fevereiro de 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO **Ribeirão queima 26 mil Maracanãs em um mês.** Jornal Folha de São Paulo, 22 de maio de 2008, Caderno Ribeirão, p. C1.

FOLHA DE SÃO PAULO **Usinas lideram ranking de multas por poluição em SP,** 01/06/2008, Caderno Cotidiano, p. C1

GLOBAL FOREST COALITION **The True Cost of Agrofuels: Impacts on food, forests, people and the climate.** 2008.

GOMES, Gustavo Maia. **Caráter e conseqüências da intervenção estatal no setor açucareiro do Brasil – 1933/1978.** Estudos Econômicos, v. 9, nº 3, pp. 123-150, set/dez, 1979.

GORDINHO, M. C. **Os Ometto.** São Paulo, Ed. C. H. Knapp. 1986

GRAJEW, Oded **Tripé da sustentabilidade total.** Revista Opiniões, Out./2006.

GRI Disponível em <http://www.globalreporting.org> Acessado em 13-04-2008.

GUEDES, S. R. *et al.* **Mercado de Terra e de Trabalho na (Re)Estruturação da Categoria Social dos Fornecedores de Cana de Ribeirão Preto.** In. AGRIC/SP. São Paulo, v 53, nº 1, 2006. 9. 107-122.

HARVEY, David. **A Condição Pós- Moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

HILFERDING, R. **O Capital Financeiro.** São Paulo: Nova Cultural, col. Os Economistas, 1985.

IAA (Inst. do Açúcar e do Álcool). **Brasil/Açúcar.** Rio de Janeiro, 1972. (Coleção Canavieira n. 8).

- IEA Disponível em <http://www.iea.sp.gov.br/> Acessado em 4 de abril de 2007.
- IBASE Disponível em <http://ibase.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> Acessado em 22 de Fevereiro de 2008.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em www.ibge.gov.br. Acessado em Junho de 2008.
- LEITE, M. de P. **O trabalho (re)visitado: uma discussão metodológica.** In GITAHY, L. & LEITE, M. (orgs.) *Novas tramas produtivas – uma discussão teórico-metodológica.* São Paulo, Editora Senac, p. 201-221, 2005.
- LOURENZO MOREIRA JR. A. **Programas de profissionalização e sucessão: um estudo em empresas familiares de pequeno porte de São Paulo.** São Paulo: 1999. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo.
- MANOEL, Alvaro. **Política agrícola, eficiência e concentração na agricultura brasileira: um estudo do setor canavieiro paulista.** São Paulo: IPE, 1986. 180 p.
- MARX, K. **O Capital** - crítica da economia política. Livro 1. Ed. Civilização Brasileira; 3ª ed. Rio de Janeiro:1975.
- MELO, M.T.L. **Defesa da concorrência.** In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. cap.21.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. **Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony.** In *American Journal of Sociology*, v. 83, p. 340-363, 1977.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO Disponível em <http://prt15.org.br> Acessado em 02 de Março de 2007.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em www.agricultura.gov.br Acessado em 30 de Janeiro de 2008,
- MINISTRY OF EXTERNAL RELATIONS (org.) **Biofuels in Brazil: Realities and prospects.** 2007.
- MIRRA, M. Entrevista em 16 de junho de 2008.
- MOREIRA E. R. F.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1997.

NASCIMENTO, D. & PINTO, R. **Plantio Mecanizado era melhor que o convencional.**

NOVAMÉRICA Disponível em <http://institucional.novamerica.com.br/institucional/Responsabilidade/index.jsp>
Acessado em 4 de Outubro de 2008.

NOVAES, R. (a) **Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulistas.** Estudos Avançados, v.21, no. 59. São Paulo, Jan./Abr. 2007.

NOVAES, R. (b) **Heróis Anônimos.** Revista Democracia Viva, no. 36. Set/2007.

O GLOBO ONLINE Avanços no setor canavieiro trazem desafios sociais. 20/10/2008
Disponível em http://oglobo.globo.com/pais/mat/2008/10/20/avancos_no_setor_canavieiro_trazem_desafios_sociais-586024330.asp Acessado em 10 de Março de 2008.

PAIXÃO, M. **Os vinte anos do Proálcool: as controvérsias de um programa energético de biomassa.** FASE, 1997 (Série “Brasil Sustentabilidade e Democracia”), in EID, Farid e SCOPINHO, Rosemeire. Relatório Fapesp *Reestruturação Produtiva, Política Industrial e Contratação Coletiva nos Anos Noventa: as Propostas dos Trabalhadores – Agroindústria da Cana de Açúcar – 1999/2000.*

PACAGNELLA, a. C. *et al* . **A Responsabilidade Social das Usinas de açúcar e álcool: uma análise dos indicadores do balanço social Ibase.** XXVI Enegep, Fortaleza, Ceará, Brasil. Outubro de 2006.

PACHECO, Rogério. Seminário Mensal: **Os fluxos de capital, desafios e oportunidades no agronegócio.** São Paulo, 30 de Maio de 2008, FEA/USP – SP.

PASSIN, R.M. Fusões, aquisições e internacionalização do setor sucroalcooleiro. **Jornal Cana**, Agosto de 2001.

PASTORAL DO MIGRANTE Disponível em <http://www.pastoraldomigrante.org.br>
Acessado em 01 Março de 2007.

PÉLICO FILHO, Sylvio & MEDEIROS, Sérgio Vivacqua de. Aplicação do Fundo Especial de Exportação no Norte-Nordeste (I). **Brasil Açucareiro**, junho de 1975, pp. 21-25.

PORTAL DO AGRONEGÓCIO **Álcool ganha força na Bovespa com estréias**. Set. 2007. Disponível em <http://pr.agronegocio.goias.gov.br/index.php?act=cnt&opt=1,4192>

PROALCOOL. Disponível em <http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool.htm>. Acessado em 12 de maio de 2007.

PROCANA Disponível em http://www.canaweb.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Cana-Clipping&id_materia=26259 acesso em 4 de abril de 2007.

RAMOS, P. **Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno**. Econ. Apl. vol.11 no.4 Ribeirão Preto Oct.\Dec. 2007.

RAMOS, Pedro. **Agroindústria canavieira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

RAMOS, Pedro. Balanço e perspectivas da agroindústria canavieira de São Paulo. In: **Anais do II Congresso Europeo de Latinoamericanistas**. Halle, Alemanha, Agosto/1998.

REVISTA AGROANALYSIS. Agosto de 2008.

REVISTA AGROFUELS: TOWARDS A REALITY CHECK IN NINE KEY AREAS. Jun/2007.

REVISTA BIODIVERSIDADE: SUSTENTO E CULTURAS. Edição Março de 2007.

REVISTA DE POLÍTICA AGRÍCOLA. **National Program for the production and use of biodiesel**. No.3, Jul/Ago/Set 2006.

REVISTA NEGÓCIOS **Por que ele desafiou a Bolsa**. No. 9, Nov/2007.

SARTORE, M. **A Inserção da Responsabilidade Social do Setor Bancário no Contexto da Governança Corporativa**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Engenharia de Produção, UFSCar, 2006.

SALERNO, M. S. **Análise ergonômica do trabalho e projeto organizacional: uma discussão comparada**. Revista Produção, Número Especial, Agosto de 2000, p. 45-60.

SANTOS, V. M. **Por Dentro do Fat**. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 13, N. 26, P. 3-14, DEZ. 2006.

SÃO MARTINHO. Disponível em http://www.mzweb.com.br/saomartinho/web/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=12647&conta=45 Acessado em 04 de Fevereiro de 2008.

SCHLESINGER , SERGIO **Lenha Nova para a Velha Fornalha: a febre dos agrocombustíveis**. 1ª EDIÇÃO RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2008.

SCHERER, A.L.F. **O modelo norte-americano de governança corporativa: gênese, instrumentos e conseqüências**. Porto Alegre: Ensaio FEE Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, p.295-572, 2003.

SEBRAE **O Novo Ciclo da Cana: Estudo sobre a Competitividade do Sistema Agroindustrial da Cana-de-açúcar e Prospecção de Novos Empreendimentos**. Ed. IEL. SEBRAE, 2005.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, M. A. M. **A morte ronda os canaviais paulistas**. *Revista Abra*, v.33, no.2, Ago/Dez, 2006, p. 11-143.

SMITH, V. **New Forms of Work Organization**. *Annual Review of Sociology*, v.23, 1997, p.315-339.

SUCUPIRA, J. **Modelos de Balanço Social**. In *Revista do IDEC* número 78, Junho de 2004. P 45.

SZMRECSÁNYI, T.; MOREIRA, E. P. **O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial**. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, pp.59-70, Jan./Abr.1991.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. **Êxodo rural na Paraíba: Análise do período 1991/96**. 2000. Disponível em: www.fundaj.gov.br/docs/text/pop2001-12.doc. Acesso em: Agos. 2006

THOMPSON, J. **Organizations in action**. New York: Jonh Wiley, 1967.

TRIQUES, F. Entrevista 27 de Maio de 2008. Local Planner Corretora de Valores S.A.

UNICA Disponível em www.portalunica.com.br. Acessado em 22 de Outubro de 2008.

UNICA (2005) **Açúcar e álcool no Brasil**. Disponível em <http://www.unica.com.br> Acessado em 5 de Março de 2007.

VEIGA FILHO, A.A.; RAMOS, P. **Proálcool e evidências de concentração na produção e processamento de cana-de-açúcar**. Informações Econômicas, SP, v.36, n.7, jul. 2006.

VIAN, C. E. F. **Inércia e mudança institucional: estratégias competitivas do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil**. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

VIAN, C. E. F. **Expansão e Diversificação do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil - 1980/96**. São Carlos, DEP/UFSCAR, 1997.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.